



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA ANGÉLICA MONTEIRO DE BRITO
FRANCYELE KALYNE DO NASCIMENTO SILVA

A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: TENSÕES E DESAFIOS

JOÃO PESSOA

2017

ANA ANGÉLICA MONTEIRO DE BRITO
FRANCYELE KALYNE DO NASCIMENTO SILVA

**A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: TENSÕES E DESAFIOS**

Trabalho Monográfico apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Mestra Liana Amaro Augusto de Carvalho.

JOÃO PESSOA

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Brito, Ana Angélica Monteiro de.

A precarização das condições de trabalho do assistente social na proteção básica: tensões e desafios /Ana Angélica Monteiro de Brito, Franciele Kalyne do Nascimento Silva. - João Pessoa, 2017.

139 f.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

ANA ANGÉLICA MONTEIRO DE BRITO

FRANCYELE KALYNE DO NASCIMENTO SILVA

**PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: TENSÕES E DESAFIOS**

Trabalho Monográfico apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Mestra Liana Amaro Augusto de Carvalho.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Me. Liana Amaro Augusto de Carvalho (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Batista Aurino

Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Me. Jéssica Maria de Souza Mélo

Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho ao meu filho, **Andrew Monteiro Campos**, toda razão e motivação para eu prosseguir à luta incansavelmente pelos nossos objetivos. Amo-te incondicionalmente!

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me proporcionado esse momento tão importante da minha vida diante de tantos desafios durante toda minha caminhada.

Imensamente aos meus pais, **Francisco M. Alves Brito e Marizete Monteiro de Brito**, que mesmo distante sempre torceram por mim em todos os momentos desse processo e que me ensinaram a ser essa pessoa que me tornei. Amo vocês!

Ao meu amor, esposo, **Marcílio Gonçalves Bezerra**, presente em todas as etapas desses quatro anos e que tanto me ajudou com o companheirismo de sempre, pela paciência e compreensão da minha ausência em diversos momentos. Amo te!

Às minhas duas irmãs, **Tathiana Vanessa Monteiro de Brito e Bartiria Monteiro de Brito** que sempre me apoiaram nos momentos em que nós duvidamos que fosse conseguir e me deram força para que eu tivesse coragem durante essa caminhada.

Ao meu amigo querido, **André Gonçalves Campos**, de sempre e que Deus colocou em minha vida, a quem eu irei ser imensamente grata sempre, por ter contribuído para que hoje eu estivesse concluindo essa etapa tão importante da minha vida.

À minha madrinha, **Ana Maria Alves de Brito**, que sempre me defendeu e que nunca deixou que eu permanecesse triste em diversos momentos difíceis da minha vida, que me acolhia quando eu mais necessitava me dar colo quando eu precisava chorar e que sempre me teve com amor de filha. Amo-te! Meu muito obrigado por sempre me amar!

Ao meu tio, **Gabriel Alves de Brito**, que considero como meu segundo pai, pessoa que sinto um grande afeto e que faz parte das lembranças importante da minha infância. Eu ainda me lembro de que um dia você me falou que nada na vida era estático, obrigado por me incentivar!

Às minhas duas “Marias” avós maternas e paternas, **Maria da Luz Monteiro da Silva e Maria Alves de Brito (in memorian)**, exemplos de força e perseverança, mulheres guerreiras que lutaram bastante para conseguir criarem seus filhos,

generosas, simples e principalmente avós amáveis para com seus netos. Sempre as amarei!

À minha amiga querida, **Gesiele Macedo dos Santos**, de longa data e que desde sempre me incentivou acreditar nos sonhos os quais eu almejava, amiga dos momentos não tão fáceis da vida, mas que sempre esteve presente para aconselhar, escutar e me encorajar. Obrigada por fazer parte da minha vida!

Em especial às minhas duas companheiras imbatíveis, **Francyle Kalyne e Nayara Karlyne**, que estiveram ao meu lado durante todo esse processo acadêmico as quais sempre me aconselharam para as melhores escolhas nessa caminhada, meu muito obrigado!

À minha supervisora acadêmica de estágio, **Marlene de Melo Barboza Araújo**, o meu agradecimento por toda contribuição, paciência e as diversas orientações que serviram para construção do meu desenvolvimento acadêmico. Professora comprometida com a sua atuação de Assistente Social, pessoa ética, que fala de maneira simples, inteligente e não coloca de maneira alguma uma barreira entre os seus alunos. Meu muito obrigado por toda dedicação que teve para comigo durante esse processo.

À minha orientadora, **Liana Carvalho**, que contribuiu de forma relevante para construção desse trabalho, que sempre me atendeu com imensa prontidão, o meu muito obrigado por todos os ensinamentos e às horas de dedicação que sempre teve para comigo. Somando assim para o nosso processo de formação e profissional.

À nossa banca, composta por, **Ana Lúcia Batista Aurino; Jéssica Maria Souza de Mélo**, que aceitou o convite para participar desse momento importante de nossas vidas e nos favoreceu com suas relevantes contribuições no sentido de melhorar nosso estudo, o nosso muito obrigado!

À Universidade Federal da Paraíba.

A todos os Professores desta instituição do Departamento de Serviço Social, que de maneira relevante contribuíram para o meu crescimento acadêmico e minha percepção crítica. Obrigado por tudo!

Ao meu Campo de Estágio CRAS Cristo que abriu a porta para me receber durante um ano, a quem serei bastante agradecida pela acolhida e apoio da

coordenadora interina, **Ariana Karla e Cristiane Farias de Araújo**, minha supervisora de campo. Meu Muito Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado saúde, perseverança e força para superar as dificuldades desta jornada.

Agradeço a minha mãe, **Cristina**, heroína que me deu amparo e incentivo nas horas difíceis de anseio, desânimo e cansaço. Obrigada pelo amor e apoio incondicional!

Ao meu pai, **Edinaldo**, que mesmo estando longe na maior parte do tempo, sempre me deu força e confiança.

Ao meu noivo, **Joacir**, que sempre esteve presente nesta caminhada me motivando, sendo compreensivo quanto às minhas ausências e me estimulando a sempre dá o melhor de mim. Obrigada por acreditar no meu potencial!

Agradeço ao meu irmão, **Júnior**, que me ensinou a ter paciência e sempre ver o lado bom das coisas.

Obrigado às minhas avós, **Maria** e **Severina**, pelo carinho e amor a mim dedicados.

Obrigada aos meus, primos e tias, pelas contribuições valiosas.

Meus agradecimentos a minha amiga, **Ana Angélica**, que sempre esteve ao meu lado nos momentos bons, mas principalmente em meios aos desafios. Meu muito obrigado!

Agradecimentos aos meus amigos e irmãos de amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba por ter me dado a oportunidade de iniciar e concluir um curso superior.

À **Liana Carvalho**, minha orientadora, que me ajudou e deu suporte durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada pelas contribuições, pelo empenho nas correções e incentivos nos momentos turbulentos.

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal da Paraíba, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito apreender. Meus eternos agradecimentos.

As professoras, **Ana Lúcia e Jéssica**, por terem aceitado o convite para participar da banca.

Ao meu campo de estágio CRAS de Mangabeira que me acolheram durante o tempo estagiado e a supervisora de campo, **Wanessa**, pela atenção a mim dispensada.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e torceram por mim. Muito obrigada!

*“Somos muitos Severinos
Iguais a tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido,
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque os sangues que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
Iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
de fraqueza e de doença é que a morte Severina
ataca em qualquer idade e até gente não nascida”.*

*Trecho do livro Morte e Vida Severina, de
João Cabral de Melo Neto (1995)*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Social

CadÚnico – Cadastro Único

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do trabalho

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Estatuto do idoso

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LBIEPD – Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência

LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPT – Ministério Público do Trabalho

NCC – Novo Código Civil

NOB – Norma Operacional Básica

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema de Assistência Social

PAIF – Programa Atenção Integral às Famílias

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNI – Política Nacional do Idoso

PNIPD – Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência

PSB – Política Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social

RESUMO

O estudo tem por finalidade discutir a precarização das condições de trabalho do Assistente Social no âmbito da Proteção Social Básica: tensões e desafios. O interesse pela pesquisa se deu mediante a vivência durante o período de estágio no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS quando tivemos maior aproximação com a atuação prática, com isso, as aspirações voltadas para esse tema nos despertaram a curiosidade em identificar como a precarização das políticas sociais e das condições de trabalho vem rebatendo na intervenção profissional do assistente social. Tal inquietação fez com que levantássemos o questionamento sobre a implementação e operacionalização da Política de Assistência Social, bem como isso tem favorecido para o processo de precarização do trabalho, dos (as) Assistentes Sociais na Proteção Social Básica. Ademais, nos resta sinalizar que ao apresentarmos os pontos relevantes para materialização dessa pesquisa nos propusemos uma análise crítica a partir da Teoria Social Crítica e das elaborações teóricas da tradição marxista, incorporando a cena um debate reflexivo de que maneira podemos enfrentar os diversos desafios que se defrontam perante a prática dos/as assistentes sociais diariamente em face dessa conjuntura atual adversa mediante os impactantes retrocessos e rupturas dos direitos adquiridos.

PALAVRAS CHAVE: Transformações Societárias. Precarização do Trabalho. Assistente Social. Proteção Social Básica.

ABSTRACT

The study aims to discuss the precarious working conditions of Social worker in the field of Basic Social protection: tensions and challenges. The interest in research was given by experience during the training period in the Centre of reference of Welfare-CRAS when we had closer ties with the performance practice, with this, the aspirations focused on this theme, we awakened curiosity to identify as the precariousness of social policies and working conditions comes swinging on professional intervention of a social worker. Such concern made up the questions about implementation and operationalization of Social assistance policy as it has favored the process of precarious work, of the social workers in Basic Social protection. Furthermore, we left with flag to perform the relevant items for the materialization of this research we set out a critical analysis from the Social Theory.

KEYWORDS: Social Transformations. Precarious Work. Social Worker. Basic Social Protection.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Classificação de Municípios por Parte (PNAS 2004).	102
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução da Produção de Grãos da Safra no Brasil entre 1993/94 a 2013/14.	35
Figura 2: Taxa de Desocupação no Brasil em Percentagem.	57
Figura 3: Gastos do Governo Federal com a Seguridade Social no Período de 2011 a 2015 (Da Esquerda para Direita).	65
Figura 4: Taxa de Desemprego no Brasil no Período de 2011 a 2016 (Da Esquerda para Direita).	67
Figura 5: Bolsa Família – Famílias Beneficiadas (em Milhões) Desde 2003 a 2015 (Da Esquerda para Direita).	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS	22
1.1 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO E OS SEUS IMPACTOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	22
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO	32
2 A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	55
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA	56
2.2 OS REBATIMENTOS SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	63
2.3 O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSTRUMENTALIDADE.....	72
2.4 A FALSA DICOTOMIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	76
3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL	86
3.1 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	86
3.2 O FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	101
3.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	105
3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência do curso para obtenção do bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e tem por finalidade discutir a Precarização das Condições de Trabalho do Assistente Social no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), sobretudo destacando as tensões e desafios enfrentados pela profissão.

A escolha do tema desta pesquisa deu-se em decorrência da experiência de estágio curricular desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Bairro do Cristo e Mangabeira no Município de João Pessoa- PB, os quais tiveram durações equivalentes há dois semestres, 2016.2 e 2017.1. Sendo assim, as aspirações voltadas para essa temática se dão a partir das experiências vivenciadas e observadas no processo do estágio obrigatório, quando tivemos maior aproximação com a prática do assistente social no âmbito da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social.

Ainda em decorrência da nossa experiência enquanto estagiárias do Serviço Social nos respectivos CRAS podemos constatar mediante observações os limites impostos ao fazer profissional do assistente social nesse espaço, uma vez, que o cumprimento das suas atividades não dependem somente deste (a), visto que seu dever é o de viabilizar direitos, considerando-se que o papel garantidor da sua efetivação é dado ao Estado.

Ademais, justificamos o interesse em estudar este tema, porque acreditamos que a pesquisa poderá contribuir para problematizar, aprofundar e identificar nos CRAS as principais semelhanças e diferenças encontradas no cotidiano profissional do Assistente Social, a fim de que os mesmos possam pensar diariamente sobre seu papel nesse universo.

A vivência ao longo dessa etapa de formação nos despertou a curiosidade em analisar a seguinte inquietação: como a precarização das Políticas Sociais e das condições de trabalho vêm rebatendo no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais? A referida inquietação nos levou ao levantamento da seguinte hipótese: os processos de precarização do trabalho dos (as) Assistentes Sociais têm se

reproduzido na implementação e na operacionalização da Proteção Social Básica da Política de Assistência.

Essa inquietação é, portanto, o reflexo das observações sistematizadas no decorrer do estágio acima mencionado, e traduz o interesse em elucidar a realidade na qual se insere a prática profissional do (a) assistente social. Diante disso, busca-se compreender o espaço sócio ocupacional do CRAS enquanto lócus contraditório, em que existe uma subordinação das políticas sociais em relação às políticas econômicas devido o processo de contrarreforma do Estado, esta relação interfere na qualidade da prestação dos serviços oferecido a população usuária e consequentemente nas condições de trabalho dos profissionais que atuam nesta referida área (CAVALCANTE; PREDES, 2010).

Assim, entende-se que no CRAS a presença dos assistentes sociais deve voltar-se na busca pela afirmação de direitos sociais à luz do arcabouço legal que dar suporte a Política Pública de Assistência Social, mas, sobretudo centrando esforços quanto à prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidades e risco sociais, através da intervenção territorial e com foco nas relações familiares e comunitárias (MDS, 2009).

O Centro de Referência da Assistência Social conhecido pela sigla CRAS, é uma unidade pública estatal descentralizada sendo responsável pela organização, execução e oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do SUS para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. (SAS, 2018).

No Brasil desde a consolidação da Constituição Federal de 1988 é que a assistência social passou a ser vista legalmente como direito social e dever do Estatal (CFESS, 2011). No entanto, com os vários processos de redefinição das bases da acumulação deliberadas pelo setor econômico e político, causaram uma diminuição drástica quanto aos investimentos da área social, especificamente nas políticas sociais, tornando-se atualmente um instrumento de reprodução capitalista.

Segundo Sitcovsky (2010), o conjunto de medidas adotadas pela política econômica atingiu frontalmente os seguimentos da sociedade mais vulnerabilizados que dependem diariamente dos serviços públicos ofertados, principalmente aqueles oferecidos pelas esferas estatais e municipais. Desta forma, esta redução de gasto reflete no serviço dos profissionais que atuam diretamente com as políticas sociais,

sucateando as condições de trabalho, como é o caso dos Assistentes Sociais que dependem destas para efetuar a viabilização dos direitos sociais e da cidadania.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como a precarização das políticas sociais e das condições de trabalho vêm rebatendo no dia-a-dia dos profissionais do Serviço Social na Proteção Social Básica, bem como as possibilidades e limites da atuação profissional.

Especificamente pretendemos identificar como as transformações societárias decorrentes do setor político-econômico refletiram no mundo do trabalho e consequentemente nas condições de trabalho do Assistente Social; apresentar os obstáculos que impedem o profissional do serviço social na Proteção Social Básica de agir de forma coerente com o Projeto Ético Político, compreender como os Assistentes Sociais na Proteção Social Básica lidam com os limites e desafios impostos no seu cotidiano profissional.

A metodologia será realizada sob o enfoque de uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e exploratória, a partir de uma discussão analítico-crítica embasada na perspectiva da Teoria Social em Marx e nas elaborações teóricas da tradição marxista, visando investigar a realidade em sua totalidade, indo além da aparência do objeto na realidade, com o objetivo de captar seu movimento e a sua essência. Como procedimentos metodológicos de pesquisa, foi realizada a leitura e sistematização de livros, cartilhas, dissertações de mestrado, artigos científicos e diário de campo. E os dados utilizados são secundários, disponíveis em meio eletrônico.

Para que possamos entender a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social no Município de João Pessoa optamos por organizar a exposição deste trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo é composto por duas partes: na primeira parte detalharemos especificamente o contexto político-econômico mundial, destacando as principais transformações decorrentes do modelo econômico capitalista, na sociedade e no mundo do trabalho, e na segunda parte direcionamos a abordagem para as particularidades brasileiras e sobre como essas transformações societárias na contemporaneidade incidem no mundo trabalho e consequentemente no contexto social.

No segundo capítulo discutiremos a precarização das condições de trabalho no exercício profissional do assistente social. Este capítulo será subdividido em quatro partes: na primeira será abordado como as transformações societárias no mundo do trabalho e seus efeitos, refletem sobre a classe trabalhadora. Na sequência iremos abordar de que maneira tais transformações vem rebatendo no exercício profissional do Assistente Social, posteriormente a abordagem será direcionada a discussão do Serviço Social e sua instrumentalidade, e por fim será discutida a questão da falsa dicotomia entre teoria e prática.

O terceiro capítulo será subdividido em quatro partes: a primeira tem como objetivo tecer uma breve contextualização histórica da Política Social no Brasil tentando compreender seus desdobramentos e delineamentos até sua consolidação enquanto política social de direito, na sequência será abordado como se dá o seu funcionamento, posteriormente discutiremos como se dá o trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência Social e por fim abordaremos a questão da Política Nacional de Assistência Social no município de João Pessoa, neste destacaremos os principais desafios para a consolidação da Política na Proteção Social Básica.

Desse modo, esperamos que essa pesquisa possa servir como fonte de informação para a comunidade acadêmica, e que as discussões contidas no referido trabalho possam contribuir para o desvendamento de concepções da realidade, a fim de proporcionar a compreensão das reais condições e possibilidades que revestem o cenário contraditório da prática profissional do Assistente Social, como espaço de luta e de (re)afirmação do acesso aos direitos sociais.

1 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO E NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Neste primeiro capítulo, realizaremos um breve resgate histórico do desenvolvimento capitalista no âmbito mundial e posteriormente intercalaremos a esta discussão aspectos sobre as particularidades do contexto brasileiro. Nesse sentido, é nos rumos da reflexão sobre o processo sócio-político-econômico que foi se inscrevendo ao longo do tempo, que iremos nos deter mais adiante. Ainda cabe ressaltar, que esta discussão terá como ponto de partida o período referente a 1970 até os dias atuais, sem deixar de ressaltar que no decorrer do texto traremos alguns aspectos que remetem às décadas anteriores, mas que são de extrema importância para o entendimento do referido processo.

Para tanto, iniciaremos por uma necessária reflexão histórica processual acerca dos moldes que regem a economia mundial, elucidando também os seus efeitos em meio à particularidade brasileira, ressaltando ainda as estratégias implementadas nessa formação social, para se esquivar das crises intrínsecas do capitalismo que serão citadas posteriormente. Neste fio condutor de análise, destacamos alguns apontamentos sobre o Neoliberalismo e sinalizaremos uma breve discussão acerca do Novo Desenvolvimentismo no Brasil. Por fim, discutiremos ainda sobre os reflexos que tais processos provocaram para o mundo do trabalho e para as políticas sociais.

1.1 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO E OS SEUS IMPACTOS PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

A conjuntura dos anos 1960 trouxe um grande índice de crescimento econômico, entretanto, deve-se assinalar que esse desenvolvimento aparece de forma distinta tanto dos países centrais quanto nos subdesenvolvidos.

Nos países capitalistas centrais apesar das enormes desigualdades sociais, prometia-se aos trabalhadores a “sociedade afluyente”[...] proteção social assegurada pelo *Welfare State*, apontava-se para a um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel; nos países periféricos, projetos industrializantes apareciam como a via para superar o subdesenvolvimento. Nos centros, chegou-se a apregoar a “integração da classe operária”; nas periferias, o “desenvolvimentismo” era a receita para curar os males do atraso econômico-social (NETTO & BRAZ, 2012, p. 224).

Podemos dizer que o pacto entre o taylorismo/fordismo e o keynesianismo, demarcou uma fase denominada de “capitalismo democrático” pelos autores supracitados, o que significa dizer que foi o período referente à produção em larga escala pela qual se encontraria um mercado em expansão e a intervenção reguladora do Estado. Esse cenário “democrático” se deu devido às novas propostas de conciliação entre o setor político e econômico, juntos ambos deram suporte e construíram respostas ao caos existente desde a devastadora segunda guerra mundial (1939 - 1945).

Esse período foi representado pela onda longa expansiva, como afirma Mandel (*apud* Netto & Braz, 2012, p. 225), “os períodos cíclicos de prosperidade mais longos e intensos”.

Pode-se dizer que nesse período houve uma maior expansão do desenvolvimento do capital que culminou com a sua fase madura. Ao que tange os caracterizados “anos gloriosos”, esta fase foi configurada por altas taxas de lucros e altos ganhos tanto para o capital quanto para “investimentos” sociais quanto para a classe trabalhadora como foi salientado ainda há pouco. Nesse sentido, se torna importante ressaltar que tais ganhos não se deram igualitariamente para ambas as classes, visto que, os ganhos sempre serão predominantes para o capital.

Porém, é no contexto de transição entre a década de 1960 a 1970, que se inicia o período de colapso da economia mundial, quando as taxas de lucro começam a cair rapidamente em vários países, e o crescimento econômico consequentemente tende a diminuir drasticamente, chegando ao fim do tão sonhado controle econômico e financeiro mundial que se configurou na década de 1960. A partir daí instaura-se a grande crise de superprodução do modelo econômico pós-guerra precisamente no período de 1973-1974, decorrente da alta taxa do petróleo, do esgotamento do sistema de produção taylorista-fordista, da queda da taxa de lucro, do agravamento

do desemprego e dos tantos outros fatores que deram sinais contundentes que seria impossível conciliarem níveis de crescimento econômico com democracia.

[...] quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com taxa de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995, p. 10).

Porém, não podemos deixar de mencionar que nesse período referente à virada da década de 1960 para 1970 ocorreu a ascensão dos movimentos sindicais com concentração significativa nos países centrais em razão de seus direitos. A luta gerou-se em torno não somente de melhorias salariais, mas também de reivindicações contra os sistemas de produção taylorista/fordista. Com isso, lançaram-se outras representações de várias categorias, que se designaram em defesa de seus objetivos específicos. No entanto, esse cenário não foi duradouro, pois ao longo da década de 1970 foi se configurando um período de recessão da economia e como primeira medida para conter a crise foi à redução dos gastos sociais o que atingiu frontalmente o movimento sindical.

Como salientado recentemente, foram nos anos de 1974 e 1975 que ocorreu de fato a denominada recessão do capital. Com isso, o capitalismo deu seguimento ao seu ideário de romper os vínculos que o regulamentavam, com intenção de manter uma forma de Estado que parecia ser amplo para o capital e mínimo para os gastos sociais. Dessa forma, segundo Perry Anderson (1995, p. 11), buscou-se conter uma:

[...] estabilidade monetária que deveria ser a meta suprema para qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” desemprego [...].

Diante disso, as políticas Keynesianas começam a dar início de esgotamento, posto que já não se mostravam suficientemente compatíveis com as necessidades do capital que se alastrava durante a década de 1970 e com isso, o neoliberalismo mesmo que no seu estágio inicial, encontra terreno fértil para se instalar rapidamente.

Portanto, é no final dos gloriosos anos que se adentram as primeiras investidas do neoliberalismo, como estratégia de saída da crise que predominava. Como aponta

Harvey (2014, p. 19), a deflagração do neoliberalismo se dá a partir da “reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial”. Com esse período pós-guerra, se buscou garantir melhores condições de estabilidade econômica e revitalização do capitalismo para que a tão presente ameaça que rondava o capital não mais o atingisse – as rivalidades geopolíticas.

Conforme Harvey (2014) foi necessário ainda garantir acordos apaziguadores e firmar alianças entre capital e trabalho, ou seja, a burguesia acaba cedendo a alguns benefícios para a classe trabalhadora de forma irremediável, com o objetivo de deslegitimar a causa de luta, haja vista, os cenários de efervescência de lutas da classe trabalhadora a qual se obteve uma maior dimensão do processo reivindicatório, adentrando-se aos âmbitos políticos e sociais. Ou ainda, nos termos de Behring e Boschetti (2009, p. 6), “[...] obrigando a burguesia a entregar os anéis para não perder os dedos”.

Robert Dahl e Charles Lindblom (1953, p. 20), citados por Harvey (2014), afirmam que “tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado”. Em outras palavras, os autores afirmam que ambos falharam por não trazerem respostas consistentes que defendiam como propostas predominantes. Ainda nesse contexto, os referidos autores apontam como alternativa única para conseguir tais respostas, “[...] uma combinação de Estado, mercado, e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e estabilidade [...]” (idem, ibidem, p. 20). No entanto, torna-se necessário salientar que a experiência histórica do capitalismo tem demonstrado que o modelo societário vigente não oferece possibilidades consistentes para garantir a paz, inclusão, democracia, igualdade, equidade, e tanto outros horizontes que são afetados pela lógica capitalista, tendo em vista, que estes atingem tanto o plano objetivo, quanto o subjetivo do ser social, ou seja, as experiências históricas do capitalismo contribuíram para as inflexões que atingiram as condições materiais, política e econômica, enquanto que no plano subjetivo remete-se ao campo das ideias.

Diante disso, Perry Anderson afirma:

Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos, os países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos

parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muito dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia (sic) de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas [...] (ANDERSON, 1995, p. 22,23).

Alves (1999, p. s/p), aponta ainda alguns elementos que contribuíram para a ofensiva neoliberal neste contexto, como: a força intrínseca do capital adquirida graças à longa fase de acumulação dos “trintas anos gloriosos”; as novas tecnologias que as corporações transnacionais, perseguidas pela concorrência dos grupos japoneses, souberam utilizar para seus próprios fins, principalmente com o intuito de modificar suas relações com os trabalhadores assalariados e as organizações sindicais; e um apoio fundamental por parte dos Estados capitalistas, sobre a forma das políticas de liberalização, desregulamentação e privatização (as políticas neoliberais).

Torna-se importante destacar ainda, que os países capitalistas avançados sofreram os efeitos do neoliberalismo de uma forma diferente em relação aos países periféricos, posto que:

O impulso subsequente à neoliberalização após 1980 envolveu pouca mudança material em suas condições de empobrecimento. Nos países capitalistas avançados, a política redistributiva (incluindo algum grau de integração política do poder sindical da classe trabalhadora e apoio à negociação coletiva), os controles sobre a livre mobilidade do capital (algum grau de repressão financeira particularmente por meio de controle do capital), a ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, as intervenções ativas do Estado na economia, e algum grau de planejamento do desenvolvimento caminham lado a lado com taxas de crescimento relativamente elevadas. O ciclo de negócio foi controlado com sucesso mediante a aplicação de políticas fiscais e monetárias Keynesianas. Promoveu-se uma economia social e moral (sustentada às vezes por um forte sentido da identidade nacional) por meio das atividades de um Estado intervencionista (HARVEY, 2014, p. 21).

Por outro lado, alguns países periféricos, por aderirem ao modelo neoliberal em seu estágio tardio, se tornaram mais explorados pelos países capitalistas avançados quando ocorre a deflagração da crise do capital, acrescentando a isso, a concepção de que nas particularidades brasileiras, isso se deu por meio de práticas modernas dentro de uma conjuntura arcaica, não deixando de ressaltar que diferente dos países capitalistas centrais, o Brasil não experimentou o estado de bem-estar social o que nós tínhamos era a implementação e aprofundamento de políticas desenvolvimentistas, principalmente a partir do governo JK, o que mais tarde se transformou num Estado Ditatorial.

Ou seja, segundo Harvey (2014) o que se pode constatar é que, enquanto as taxas de lucratividade continuavam a crescer elevando os índices de estabilidades dos países do capitalismo avançado, tudo caminhava bem, porém quando tudo isso se desmoronou nos anos de 1970 as classes altas de tais países começaram a se sentir ameaçadas, com isso começaram a agir de forma mais ágil para se proteger da crise devastadora econômica. Diante disso, se inicia o processo de expropriação de riquezas aos países subperiféricos, a exemplo do Brasil, daí se inicia o processo de privatizações.

Ainda de acordo com Harvey (2014, p. 26-27), entendemos que os processos neoliberalizantes podem ser elucidados como um “projeto utópico de realizar um plano teórico de organização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restauração do poder das elites econômicas [...]”. Com efeito, é através da concentração de riqueza que o neoliberalismo não somente revela o efeito da desigualdade como também se manifesta intrínseco ao caráter destrutivo do capitalismo. Neste sentido, “[...] a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979” (idem, ibidem, p.31).

Mas ao que tange às particularidades do Chile a experiência neoliberal se deu de forma peculiarmente através do regime ditatorial de Pinochet, este, por sua vez, revela-se pioneiro no processo de implantação das doutrinas neoliberais. Segundo Harvey (2014), o governo democrático de Salvador Allende foi interrompido por Pinochet que instaurou um golpe contra o seu mandato o qual foi patrocinado pelos Estados Unidos, CIA, dentre outros. Aliado a isso, este por sua vez, extinguiu todas

as formas de organizações democráticas dos movimentos sociais, já ao mercado de trabalho houve a desregulamentação das leis trabalhistas, tais como: restrições regulatórias e institucionais. Neste contexto, a economia se encontrava estagnada, as políticas de substituição de importações adotadas pelo país não conseguiam responder ao desenvolvimento econômico, com isso houve uma necessidade de um redirecionamento da economia, deste modo aderindo ao neoliberalismo.

Nessa direção, Pinochet introduz um cenário extremamente coercitivo como bem diz Perry Anderson (1995, p. 19), sob: “[...] desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”.

Salienta-se ainda que, as influências neoliberais no Chile, já se manifestavam em um período anterior ao de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, posteriormente esse fato citado, serviu como inspiração para Inglaterra na década de 1970, se estendendo a um excelente entrosamento não apenas com a Inglaterra, mas para outros países avançados do Ocidente e América Latina na década seguinte.

Se o Chile, neste sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também provou a experiência- piloto para o neoliberalismo do Ocidente pós-soviético. [...] a América Latina também iniciou a variante neoliberal “progressista”, mas tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80 (ANDERSON, 1995, p. 20).

Nessa sequência, a experiência Chilena, segundo as contribuições de Anderson (1995) podem ser deduzidas como uma anulação da democracia, sendo reconhecida como um dos piores períodos ditatoriais do pós-guerra.

Conforme foi salientado ainda pouco, a consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica na Grã-Bretanha se deu em 1979. Em consonância com Harvey (2014), ainda neste ano, Margareth Thatcher se elegeu no referido país e teve como horizonte principal a demanda de alavancar a economia que se encontrava estagnada. Com isso, Thatcher recusa as ideias keynesianas para aderir à saída do mercado.

Portanto, os governos do capitalismo central tiveram a responsabilidade de colocar em prática um conjunto de medidas que viabilizasse reformas econômicas que se sobressaíssem do estado de estagnação que insistia sob a economia. É válido salientar, que diante de todos os desdobramentos das reformas neoliberais do Governo Thatcher referentes às medidas para reestruturação produtiva do desenvolvimento capitalista, tendo como ponto pertinente as intervenções imprescindíveis sem a presença dos Estados capitalistas mais poderosos do planeta, deu-se origem à chamada revolução conservadora capitaneada por Margareth Thatcher e por Ronald Reagan entre as décadas de 1979 - 1981.

[...] Isso significava nada menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que se consolidara no país a partir de 1945. Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva [...] desmantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem estar social, privatizar empresas públicas [...], reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para reduzir um forte fluxo de investimentos externo (particularmente no Japão). Ficou famosa sua declaração: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” - e acrescentou depois, suas famílias. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares (HARVEY, 2014, p. 31- 32).

Ainda segundo Harvey, é na década 1980 que Ronald Reagan vai ser eleito como presidente do Estado Unido, posteriormente adotando o neoliberalismo como saído da crise de estagnação que assolava o país, com isso Reagan optou por medidas legais restritivas, tais como: ataques ao sindicalismo, cortes orçamentários, entre outras medidas que provocaram o aumento do desemprego.

Resta salientar que Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank, foi o propulsor que promoveu a inserção dos ideais neoliberais no país. Neste sentido, os compromissos estabelecidos pelo New Deal ¹foram rompidos, sendo substituído

¹ Segundo Harvey (2014), o New Deal representou políticas fiscais e monetárias keynesianas a qual tinha como objetivo o pleno emprego, sendo rompida em detrimento a uma política fiscal no intuito de conter a inflação monetária sem se preocupar com o contexto social.

posteriormente por políticas monetárias sem medir os reflexos que traria para o âmbito social (idem, ibidem, 2014).

Decorrente de tais medidas restritivas Reagan sob influência de Volcker derrotou o PATCO² que era concebido como o sindicato dos controladores de voo o qual adentrou em uma extensa greve na década de 1981. Este evento deflagrou uma verdadeira ofensiva para classe trabalhadora, tendo em vista, que este produziu elevadas taxas desemprego (idem, ibidem, 2014).

Ademais, podemos salientar que segundo Netto e Braz (2012) os finais dos anos 1970, foram demarcados por medidas legais restritivas que limitaram o poder de atuação dos sindicatos, nos anos 1980 estas medidas foram incorporadas de modo ainda mais rígido por meio de condutas repressivas tendo como exemplo as ações incorporadas nos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos).

Com isso, uma nova etapa do desenvolvimento capitalista mundial vai surgir a partir dos anos 1980, tendo como traço principal a mundialização do capital, haja vista, que esse novo processo da mundialização financeira vai decorrer mediante uma profunda crise de superprodução do fim dos anos 1970. Essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial traz diversos apontamentos que nos leva a compreensão dos impactos ao mundo do trabalho como o aumento do desemprego, o sucateamento dos salários e outros elementos que serão expostos posteriormente.

Segundo Chesnais apud Alves (1999, s/p),

Ocorrem a partir daí mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de "Estado de Bem-Estar". Dá-se uma nova – e precisa - orientação ao processo de internacionalização capitalista, com o capital voltando a ter liberdade para se desenvolver e, principalmente, para se movimentar em âmbito internacional de um país ou continente para outro – liberdade que não desfrutava desde 1914: "... o capital não teria podido alcançar seus objetivos sem o sucesso da 'revolução conservadora' do final da década de 1970".

² O PATCO não se configurava como um simples sindicato, pois era concebido como um sindicato de trabalhadores com graduação e por isso possuía um caráter de uma associação de profissionais especializados. Portanto, ele representava a classe média e não a classe proletariada (HARVEY, 2004).

Nos anos 1980, os países capitalistas avançando que aderiram às políticas neoliberais não conseguiram atingir alguns êxitos em suas propostas de contenção de gastos e os ajustes da política fiscal para elevar a economia de mercado. Deste modo, se desencadearam alguns efeitos os quais demonstraram de forma contundente o desapontamento do neoliberalismo em relação à economia, atestadas a partir das insignificantes taxas de crescimento. Dados referentes à taxa de acumulação dos anos de 1980 demonstram que não houve um crescimento econômico efetivo nesse período, como também ao que se refere às décadas posteriores, com cifras descendentes, isto, porque “a desregulamentação financeira que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para inversão especulativa do que produtiva” (ANDERSON, 1995, p. 16). O autor afirma que esse novo processo de financeirização não prioriza o modo de produção acumulativo, mas sim, agir de forma parasitária.

Portanto, não se pode negar que nos anos de 1980, ocorreu uma enxurrada de transações monetárias de práticas especulativas em detrimento das práticas produtivas de mercadorias reais. Sendo assim, o projeto neoliberal teve como intuito fundamental conter a estagnação ocasionada mediante a crise de 1970. Se por um lado tal regime de acumulação conseguiu êxito ao que se refere esse primeiro momento, por outro lado, no segundo momento não pôde garantir as consignas prometidas pelo ideário da elite burguesa.

A hegemonia neoliberal na década 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalhos não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta da mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais. (BEHRING, 2011, p. 127).

Em consonância com o que foi abordado acerca das transformações societárias contemporâneas no âmbito mundial, discutiremos mais adiante de que maneira isso vem rebatendo no contexto brasileiro.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

O cenário mundial decorrente da década de 1980 não se manifestou da mesma forma de acordo com as particularidades do Brasil, visto que, em consenso com pensamento dos autores pesquisados, podemos destacar que a década 1980 configurou-se para o setor econômico como a década perdida a nível mundial, de forma simplificada, assim, podemos dizer que o mesmo atingiu frontalmente de modo agressivo a economia no geral. Por outro lado, para o social levando em consideração as particularidades da América Latina, porém em especial a brasileira, foi o período de maior efervescência dos movimentos sociais, contingente da classe trabalhadora e da sociedade civil. Para, além disso, se teve a criação da Constituição Federal em 1988, dando maior amparo para âmbito social.

Como dizem Behring & Boschetti (2011, p.138),

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da constituição de 1988. O recrudescimento do endividamento externo e suas conseqüências são dados fundamentais para entender o caso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Segundo o rico estudo de Kucinski e Branford (1987), no processo de endividamento localizam-se as principais decorrências da reorientação da política econômica norte-americana em busca da hegemonia do dólar, bem como no início das pressões cujos resultados derruíram a possibilidade de ruptura com a heteronomia, contida no desenvolvimentismo, este por sua vez, fundado na substituição de importações no Brasil e na América Latina [...].

Em contrapartida, segundo Santos (2012, p. 95) deve-se levar em conta que a sociedade brasileira desde sua formação sócio-histórica esteve ancorada no modo conservador de modernização ditada pelo capital estrangeiro. Em virtude disso, é importante entender às características econômicas sociais que se desenvolviam na conjuntura brasileira, tendo em vista, que desde seus primórdios o Brasil nunca foi propício a realizar transformações estruturais. Isto é, aponta-se como traço marcante

do desenvolvimento capitalista o processo econômico-social, ao qual se deu da mesma forma pela qual se aplicava nas experiências euro ocidentais, e ao apontar tal pensamento à autora se refere a uma modernização conservadora, tendo em vista, que esta representou avanços para o âmbito econômico sem efetivar grandes mudanças sociais.

Ainda convém destacar que no interior do desenvolvimento da conjuntura brasileira com sua clássica recorrência de se modernizar através do viés tradicional pelo modo de redimensionar suas antigas práticas, também se encontram outras características fundamentais que se atrelam a esse modo conservador no Brasil, que remete a maneira de como se deu a formação social no contexto brasileiro.

Segundo Santos (2012), o processo de formação social brasileiro sempre esteve atrelado a um teor antidemocrático referente à socialização das decisões políticas ao seguimento das classes subalternas, por parte da classe dominante que percebia nisso um fator de risco para a manutenção da sua dominância na direção da vida social.

Em consonância com isso, Teixeira (2016) aponta elementos vivenciados pelo Brasil na década de 1980 que evidenciam uma interrupção no processo de industrialização, o que marca uma tendência de cada vez maior do Brasil se voltar para o mercado externo como produtor de bens primários e semimanufaturados, tornando-se a economia com o maior porte de exportação de “oito produtos *commodities agrícolas*” do mundo.

Hoje, quase dois terços de suas exportações são de *commodities* (agrícolas, minerais e metálicos). Oriundos de setores intensivos em recursos naturais. Os restantes 35% representam a participação de manufaturas, mesmo assim, com poucos itens de alta tecnologia, aptos a competirem em mercados internacionais mais dinâmicos (p. 89).

O que se pode compreender a partir do exposto é que embora as formas econômicas de produção no Brasil estejam assumindo contornos mais complexos se comparados ao tempo colonial, ainda assim ficam candentes os traços muito marcantes do processo de colonização, em função de que embora se tenha taxas relevantes que classificam o Brasil como um país com grande potencial de

exportação, ao lado disso, percebe-se que a economia ainda continua sendo direcionada para o sistema econômico internacional, por tanto, levando o Brasil a continuar efetuando um ciclo desvantajoso quando exporta matérias primas para o exterior e comprando mais tarde por um preço superior ao que vendeu isso porque não se investe no setor tecnológico como uma determinação do lugar que este país ocupa no contexto geopolítico global.

No Brasil, por exemplo, os estudos de Gonçalves (2008), sustentam que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) financiou o retrocesso do aparelho produtivo, posto que focou seus investimentos na exportação de produtos primários, configurando o projeto de reprimarização da economia. Esta parece ser uma tendência das economias latino-americanas, que se veem fortemente impelidas a exportar produtos básicos. Tal processo é acompanhado pela desindustrialização das economias, embora alguns setores possam se desenvolver, sob o ponto de vista da incorporação da tecnologia e das inovações. (MOTA, 2012, p.169)

Atualmente há um grande incentivo quanto à questão da exportação, no sentido de ser algo extremamente lucrativo o qual irá alavancar a economia, quando na realidade ao se realizar esses processos acabam barateando os produtos para a economia exterior em detrimento de um aumento desses mesmos produtos no país de origem.

Outro ponto relevante a se assinalar é também uma forte presença da idealização a respeito do incentivo ao agronegócio e ao empreendedorismo, como forma de conter os abalos da crise econômica. Esse incentivo, por sua vez, reflete positivamente para o interesse do Estado, que resguarda os interesses da lucratividade burguesa, visto que na medida em que esse processo é consolidado, ele faz girar a economia. Se considerarmos o empreendedorismo, podemos perceber que atualmente houve um grande índice de desemprego, portanto ao se incentivar essa ideologia o antigo empregador capitalista repassa a sua responsabilidade para o trabalhador que se tornou microempreendedor, e este por sua vez contrai uma dívida ao investir o seu dinheiro em algo que ele julga ser lucrativo. Feito isso, o chamado microempreendedor beneficia a economia e conseqüentemente o Estado se exime de mais uma responsabilidade, transferindo-a tão somente para o trabalhador. Desse modo, “[...] apesar de a economia brasileira, hoje, depender substancialmente do

mercado interno para a realização de sua produção, continua subordinado à decisão tomada fora de sua esfera doméstica” (TEIXEIRA, 2016, p. 90).

A Figura 1 apresenta a evolução da produção de grãos da safra no Brasil nos períodos de 1993/94 a 2013/14. É possível observar área por hectare, produtividade por quilograma/hectare e produção por milhões de toneladas. Nota-se que com o decorrer dos anos a produtividade e a produção tem crescido.

Figura 1: Evolução da Produção de Grãos da Safra no Brasil entre 1993/94 a 2013/14.

Ano/safra	Área (x1000 ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção (milhões de toneladas)
1993/94	39.094	1.945	76,035
1994/95	38.339	2.103	81,065
1995/96	36.971	1.990	73,565
1996/97	36.575	2.144	78,427
1997/98	35.001	2.187	76,559
1998/99	36.896	2.234	82,438
1999/00	37.824	2.195	83,030
2000/01	37.847	2.649	100,267
2001/02	40.235	2.407	96,799
2002/03	43.947	2.893	123,168
2003/04	47.423	2.512	119,114
2004/05	49.068	2.339	114,695
2005/06	47.868	2.560	122,531
2006/07	46.213	2.851	131,751
2007/08	47.411	3.040	144,137
2008/09	47.674	2.835	135,134
2009/10	47.416	3.148	149,255
2010/11	49.873	3.264	162,803
2011/12	50.885	3.266	166,172
2012/13	53.287	3.518	185,050
2013/14*	55.400	3.406	188,700

Fonte: * Estimativa em março/2014

Fonte: Ecoagro.

Portanto, o que se pode sinalizar é que embora o Brasil tenha tentado avançar ao longo do tempo no que tange aos elementos históricos, econômicos e sociais que colocam em cheque o seu suposto desenvolvimento, pouco ainda foi feito, principalmente em relação a sua real independência e desvinculação das orientações

do capital estrangeiro. Isto sem dúvida atesta o caráter dependente do tipo de desenvolvimento que tivemos historicamente aqui.

O subdesenvolvimento assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro (OLIVEIRA, 1998, P. 1-2).

Nessa perspectiva, podemos direcionar os apontamentos anteriores às particularidades do Brasil, que é concebido como um país subdesenvolvido que possui particularidades históricas singulares demarcadas por subserviência para os países centrais. Tal característica serviu para que o país continuasse sendo até os dias atuais uma colônia de exploração, ou seja, servido como uma escória ao produzir mais-valia para o capital estrangeiro.

Nesta direção, é com as novas orientações capitalistas sob as formas revigorada das políticas neoliberais, que tudo vai se tornar predominantemente alvo da mercantilização para o capital financeiro, com características unicamente voltadas para o perfil parasitário e rentista. Para Chesnais (2000), esse processo se denomina como “mundialização financeira”. Portanto, o mesmo se dá mediante um caráter de acumulação rentista o qual visa uma lucratividade exorbitante na esfera do modelo especulativo na medida em que este traz mudanças substantivas na dinâmica das relações de trabalho e entre as diversas dimensões.

De acordo com Alves (1999), esse regime de acumulação predominantemente financeiro decorre de determinações políticas e econômicas, abrindo as portas para a interação financeira e quebrando barreiras entre os Estados, aproximando-os por meio da acumulação capitalista.

A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 pode ser caracterizada como sendo a da “mundialização do capital” (uma denominação precisa para o fenômeno da “globalização”). Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento

capitalismo. Esse novo período capitalista se desenvolve no bojo de uma profunda crise de superprodução (Brenner, 1999) e é caracterizado por outros autores como sendo marcado pela "produção destrutiva" (Mészáros, 1997) ou ainda pela "acumulação flexível" (HARVEY apud ALVES, 1999. s/p.).

Tendo em vista, tais apontamentos podem salientar que o regime de acumulação flexível, decorre de uma alteração do sistema de produção, a qual se mostra cada vez mais distantes dos empregados pelos modelos disseminados nos “anos gloriosos”, quando predominava o modelo de acumulação baseado na articulação entre taylorismo e fordismo.

A acumulação flexível, [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY apud NETTO & BRAZ, 2012, p. 227).

Essa conjuntura se dá sob as bases de um novo conceito de produtividade, baseado no modelo toyotista, caracterizado principalmente pela reestruturação produtiva que substituirá o anterior regime de produção fordista, por um novo sistema de produção que se dava por demandas, diminuindo e até mesmo eliminando os estoques. Esse novo modelo busca atender demandas exclusivas, associando-se ao processo de mundialização que procura desbravar as barreiras culturais mundialmente, focando-se primordialmente no escoamento e realização das mercadorias.

A "globalização" tendeu a alterar os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais. Por exemplo, nos anos 90, é perceptível a *importância dos investimentos externos diretos (IED) mais do que as trocas*. O IED, ao contrário das trocas, tende a moldar as estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços. De certo modo, é a importância do IED e sua peculiar natureza que corroboram para a *disseminação de um padrão mundial de inovações produtivas* (o que poderíamos denominar "toyotismo"), capazes de dar um molde comum à estrutura de produção (e de intercâmbio) do capital em vários lugares do mundo capitalista (ALVES, 1999, s/p).

Segundo Netto & Braz (2012, p. 228) outro processo se manifesta em meio à reestruturação produtiva, “[...] o capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a desterritorialização da produção”. Em outras palavras pode se afirmar que com a desterritorialização as mercadorias são produzidas e distribuídas em várias partes do mundo, em especial nos países considerados emergentes e periféricos. Sem dúvida essa estratégia facilita uma maior exploração da força de trabalho na periferia do mundo, visto que com o pouco controle de fiscalização em relação às leis trabalhistas ou até sua própria ausência, a tarefa da produção à custa da venda de força de trabalho barateada se torna ainda mais viável.

Diante de tais apontamentos podemos ressaltar que segundo Alves (1999), o processo de globalização mediante a adesão das políticas neoliberais, compõem uma nova proposta de saída da crise que se consolidou durante os anos de 1974-1975. Paralelamente a isso, se desencadeia uma idealização voltada para o progresso técnico, que serão incorporadas a um direcionamento adotado por organizações transnacionais, por meio do processo de reestruturação produtiva que alterará as formas de relações de trabalho.

Em consonância com isso, Netto & Braz (2012, p. 288) afirmam que a reestruturação produtiva deflagra um novo processo, sendo esse:

[...] a incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo [...] vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção [...].

Os referidos autores apontam ainda três implicações que decorrem desse processo, a primeira refere-se ao trabalho coletivo que é caracterizada pelo surgimento das atuais condições de trabalho decorrente das formas produtivas que tem implicado no alargamento das fronteiras do trabalho coletivo, tendo em vista que as operações e atividade intelectuais desempenhadas durante o processo de produção, tem se apresentado cada vez mais completos, a segunda implicação que o autor traz, refere-se às imposições que são exigidas em relação à força de trabalho executada diretamente no processo de produção, ou seja, é requisitada dos trabalhadores

durante esse processo uma capacitação cada vez maior, além de do fato ser requisitado dos mesmos a habilidade de exercer atividades multifuncionais, por fim a terceira refere-se à gerência das forças de trabalho, aqui será feita a substituição do processo de acumulação rígida que decorria do taylorismo e o fordismo pelo toyotismo que ganha espaço com as novas formas estratégicas, como exemplo, podemos citar a redução das hierarquias no âmbito de trabalho, nesse sentido é empregado a ideia de que há “colaboradores” e não hierarquia entre patrão e empregado. No final o que os capitalistas pretendem passar é a existência de uma grande congregação em que todos estão trabalhando em prol de um bem comum em que todos, sem exceção, se beneficiaram. Quando na verdade sabemos que, à medida que todos os “colaboradores” vestirem a camisa da empresa os grandes lucros serão direcionados para o capitalista. Portanto, nesta relação de trabalho o que se pode constatar é que há uma grande estratégia velada para romper com a consciência de classe dos trabalhadores.

Diante disso, pode-se concluir que o capital não tem se empenhado em redirecionar-se por vias tecnológicas e sob o processo de reestruturação produtiva em vão, pelo contrário, todos os seus esforços são estrategicamente pensados e resultam primordialmente para a obtenção de lucro, haja vista, que seus efeitos criam condições voltadas para reprodução da pobreza e das desigualdades sociais.

É por meio dessas transformações demandadas pelo capital que se observa quem é penalizado verdadeiramente, a classe trabalhadora, e sobre ela recaem todos os rebatimentos da exploração do trabalho.

Para Mota (2012),

Contemporaneamente, o processo de restauração capitalista, cuja intensidade e densidade dependem da conjuntura histórica de cada país e região, materializam-se, fundamentalmente, em três processos inter-relacionados: os novos mecanismos de exploração da força de trabalho, afetando diretamente os processos, as relações e as condições de trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva. As mudanças na atuação do Estado – via (des) regulação do trabalho, supressão de direitos sociais e privatização/ mercantilização de políticas e serviços públicos. A sociabilidade das classes trabalhadoras (cultura e ideologias) expressa no seu modo de ser e de viver (p. 231).

Esse quadro sinaliza os reflexivos em forma da flexibilização do trabalho, das novas formas que são implantadas que precarizam o trabalho com a redução salarial, o aumento da jornada de trabalho, a desigualdade salarial de gênero, o trabalho infantil, a supressão de garantia de trabalho digno, a rotatividade, a terceirização, o processo de polivalência o sucateamento dos direitos garantidos por lei, entre outros.

O capital por sua vez, vem engendrando estratégias que atingem frontalmente a classe trabalhadora, desestruturando e desmobilizando a consciência de classe, com o objetivo de permanecer no controle dominante, mantendo a classe trabalhadora subalterna. De acordo com Netto & Braz (2012, p. 232-233),

[...] e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável [...]

Outra questão a qual os referidos autores chamam atenção que tem aflorado em meio a esse cenário delineado pela ofensiva neoliberal, é o aprofundamento das expressões da “questão social”, que vem sendo naturalizada. Neste ponto, podemos adicionar ao raciocínio a questão referente ao desemprego, que atualmente pode ser considerado como uma expressão da questão social, visto que o processo de redefinição do capitalismo transformou as relações de trabalho, aceitando-se o desemprego em massa.

Na mesma linha argumentativa a respeito da ofensiva neoliberal no mundo do trabalho, Netto & Braz (2012) afirmam:

Nesse plano, porém, o mais significativo é o fato de o capitalismo contemporâneo ter transformado o *desemprego maciço* em **fenômeno permanente** - se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre “taxas aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exercício industrial da burguesia escamoteia esse fenômeno - tratam de *naturalizá-lo*, como se não houvesse alternativa que a de conviver com ele (2012, p. 232).

Trazendo para o contexto brasileiro podemos apontar que a década de 1990 adentra com os resquícios da caótica dimensão econômica vivenciada na década de 1980. Nos termos de Behring (2008, p.127),

[...] as transformações do capitalismo contemporâneo, que atinge o conjunto do mundo do capital, impondo orientações para uma contrarreforma do Estado na direção da flexibilidade, competitividade, adaptabilidade e atratividade [...] algumas interpretações do nosso processo de modernização, ou seja, de como se espalhou a hegemonia das relações sociais capitalistas de produção e reprodução na formação social brasileira com suas contradições e especificidades nacionais [...].

Nesse sentido, a perspectiva da “reforma neoliberal” no Brasil vai ser levada a frente dando conta do contexto das transformações do capitalismo a nível mundial com o ciclo depressivo aberto no início dos anos 1970. Por assim dizer, a contextualização brasileira não irá ser diferente por aderir às orientações voltadas para o mercado no sentido de um processo de redefinição do papel do estado que se desenvolvia no Brasil e se apropriavam de um termo inapropriado e ideológico, ao qual não se respeitava as consequências sociais, as particularidades da realidade brasileira não se expandia a um progresso social. Ademais, se percebe que era uma reforma propícia a combinação entre acumulação e aumento das desigualdades sociais, ou seja, dividiam-se os lucros e socializavam os prejuízos, ocasionadas por várias medidas tomadas pelas lideranças do país. A “Reforma Neoliberal” no Brasil encontra um ambiente favorável para implementação de uma plena reestruturação, devido à exaustão dos processos inflacionários; tentativas fracassadas dos planos de estabilização; tensões do processo de redemocratização e um baixo investimento no setor público. Sendo assim, a autora chama esse processo de contrarreforma pelo fato de haver uma tendência de caráter contrário aos padrões redistributivos e democráticos que se desenvolvia em 1980, no sentido que houve também uma desconstrução dos direitos assegurados pela Constituição Federal 1988, sob a justificativa de ajustes, acompanhado de uma visão conservadora, antidemocrática, retrocesso de direitos, implementação do trinômio neoliberal - focalização, privatização e descentralização (BEHRING, 2008).

É importante ressaltar que a referida “reforma do Estado” realiza-se através do Plano Diretor da Reforma do Estado (MARE- 1995) tendo como principal mentor Bresser Pereira. Esta reforma decorre mediante a justificativa de que a crise dos anos 1980 se deu devido ao próprio Estado, pelo fato de que este se desviava de suas funções básicas, ocorrendo assim à deterioração dos serviços públicos e consequentemente agravando a crise fiscal e de inflação. Dessa forma, a orientação foi fortalecer a regulamentação do Estado para uma orientação econômica de mercados e os serviços básicos de cunho social, sendo, portanto caracterizada como uma reforma gerencial.

O processo de privatização ainda sob as particularidades brasileiras se deu a partir da adesão do ideário neoliberal a favor do capital, sobretudo na década de 1990 na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Nesse cenário a figura do Estado era considerada através do conceito de ineficiência e o mercado era visto como a solução para todos os problemas. Com isso, se adentra a um processo de naturalização da compra dos patrimônios públicos no qual tudo se torna mercantilizado, dando início ao processo de privatização das estatais. A paralisação dos investimentos governamentais acarretou o sucateamento das empresas públicas como o intuito de acelerar o referido processo. Com as privatizações o Estado prometia ampla concorrência, expansão do mercado, qualidade dos serviços, redução dos preços, prometendo ainda o acesso de bens e serviços que até então não eram possíveis, porém o que se pode constatar é que os preços foram elevados, pois a venda dos patrimônios públicos representou um descomprometimento do Estado para com a sociedade brasileira, visto que as empresas enquanto estatais possuem a responsabilidade de incentivar a economia assim, refletindo em benefícios para a população a exemplo disso, podemos citar a permanência dos postos de trabalho. Por outro lado, quando os patrimônios públicos são privatizados para as transnacionais a elas já não cabe mais as preocupações em garantir benefícios à sociedade, pois o seu objetivo é apenas a extração de lucro.

Na conjuntura brasileira a implementação neoliberal retratou uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, tendo em vista, que com o avigoramento do neoliberalismo na década de 1990, juntamente com a mundialização do capital os quais levaram a economia brasileira a uma proposta mais agressiva de redirecionamento das estratégias do capitalismo privado, este, por sua vez diferente

do nacional desenvolvimentismo que ganha espaço na história do ideário econômico brasileiro, a partir do processo de industrialização por volta 1930 na era Vargas decorrente da grande recessão econômica a qual assolava o cenário mundial - após o fim dos trintas “gloriosos” anos como uma forma de enfrentamento da crise- desta forma configurando-se a partir de uma forma mais simplória quanto às investidas neoliberais.

O que se hoje tem é uma tecnocracia animada pela aspiração de desenvolver, maximizar, robustecer o capitalismo brasileiro e inscrevê-lo de forma mais presente vigorosa no cenário do capitalismo mundial. O nacional-desenvolvimentismo tinha uma conotação nacional desse desenvolvimentismo atual é fraca. O tema forte nele é o desenvolvimentismo da ordem burguesa no Brasil. (VIANNA *apud* CASTELO, 2012, p. 630).

Behring & Boschetti (2011), afirmam que a economia e o âmbito político da sociedade brasileira foram acometidos pelos acontecimentos mundiais nas primeiras décadas do século XX. A grande recessão internacional do período de 1929-1932 vai ter como efeito principal na sociedade brasileira uma mudança na correlação de forças entre os segmentos das classes poderosas e por outro lado também acarretou consequências grandiosas para a classe trabalhadora.

Boris Fausto (1975) citado por (id..ibidem, 2011) O qual o mesmo faz questionamentos sobre que tenha realmente acontecido em 1930 uma revolução no Brasil. A partir desses questionamentos vamos trazer alguns acontecimentos importantes que demarcaram esse período de 1930, o qual diz respeito a denominada chamada “revolução” de 30.

Segundo Behring & Boschetti (2011), A economia Brasileira era fundamentada pela monocultura cafeeira a qual era responsável por 70% do BIP brasileiro, tendo como função principal a exportação. Em decorrência da estagnação que atingia o mercado mundial em detrimento da imensa recessão de 1929-1930, as oligarquias dos segmentos cafeeiros encontravam-se vulneráveis tanto economicamente, quanto politicamente.

Assim, as oligarquias dos demais segmentos encontravam-se fora do núcleo do poder político, abriu-se margem para aproveitar esse momento, alterando a

correlação de forças a qual passaria diversificar o setor econômico no Brasil. Nesse momento Getúlio Vargas consegue apoio dos segmentos militares sendo alguns deles participantes da Coluna Prestes e outros apresentavam com nítido estímulo ao autoritarismo e fascismo.

Ainda segundo as mesmas autoras, (Id.,Ibidem, 2011), a denominada “revolução” que se diga de passagem, não passou de uma espécie de quartelada, sem que haja um afastamento concreto da oligarquia do café, que por sua vez mantinha um peso econômico para alavancar a diversificação e a economia do país. Dessa forma, irão alcançar à agenda política as demais frações das classes sociais. Oligarquias agrárias e juntamente com setor industrial no sentido que passa a romper com o poder cafeeiro e também com a agenda modernizadora.

Sobre o que significou na verdade esse movimento de 1930 no Brasil as autoras especificam de que,

O movimento de 1930 não foi à revolução burguesa no Brasil, com o incremento da indústria, como interpretam muitos intelectuais e historiadores, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil. Vargas esteve à frente de uma ampla coalização de forças em 1930, que a historiografia caracterizou como um Estado de compromisso, e que impulsionou profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileiras (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.105).

Isso significa afirmar que o movimento de 1930 não passou de um movimento sedicioso sem precedentes sociais a partir de golpes, o que fica claro perante o presente recente de que a história do nosso país é marcada por diversas vezes por atos inconstitucionais, sem compromisso com os direitos dos cidadãos, movimentos antidemocráticos e golpistas capitaneados por uma classe dominante, que quando não conseguem assegurar seus interesses e privilégios de maneira legítima, sempre vão escolher a via antidemocrática imposta pela elite burguesa, isto porque esse é um traço historicamente visceral da formação social brasileira.

Para Santos (2012), O Primeiro Governo Varguista que se dá entre 1930-1945 sendo considerado um período importante para a historicidade da economia brasileira, tendo em vista que é nesse momento que a consolidação do processo de substituição de importações de produtos de produções pelo da indústria nacional, a qual tem início

na periodicidade de 1933 até 1955. Ainda segunda a autora, o processo industrialista em Vargas não pode ser percebido como um processo apartado dos interesses da burguesia agrária do país, uma vez que a política valorativa cafeeira permaneceu sendo executada até 1944.

Ao que diz respeito ao setor político, o Governo Varguista vai ter como característica marcante a centralização do poder, no sentido que irá implementar no seu mandato um discurso nacionalista, o qual tem como intuito conseguir transferir as bases hegemônicas enraizadas nas localidades regionais. Com isso, a centralização do poder já se apresenta mediante o governo provisório (1930-1934) e se intensifica com mais rigor no segundo golpe em 1937 passando ser conhecido de “Estado Novo”- tendo em vista a suposta manutenção da segurança do país que se encontrava ameaçada pelo movimento comunista de 1935.

Sobre as principais características desse período denominado de Estado Novo Iamamoto afirma que,

As características principais da ditadura implantada a partir do Estado Novo, no sentido da articulação do Estado com as classes sociais, já estarão presente desde 1935, quando o proletariado – única classe que ainda não se havia submetido e aderido de fato ao novo sistema de ordem – é duramente reprimido, desmantelando-se sua organização política e sindical autônomas.³¹ A partir desse momento o corporativismo, enquanto sistema de denominação política, não sofrerá mais resistência significativa, aplainando-se o caminho para a efetiva vigência da nova política social (2011, p.161).

Ainda segundo (id., Ibidem, 2011), A partir desse processo do Estado Novo pós-1930, o elemento recente que funda a política social desenvolvida nesse período não será conduzida apenas pela sua intensidade e universalização, todavia também tinha em sua vinculação a um modelo estrutural corporativista. Sendo assim, será nos primeiros mandatos do Governo Provisório que a lei social irá ser revista e ampliada. “[...] – jornada de 8 horas, menores, mulheres, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho etc.- projetando-se sua aplicação generalizada nos meios urbanos [...]” (IAMAMOTO, 2011, p.161-162). Afirma a mesma autora, que correspondente com tal processo é que irá ocorrer o adiantamento do cumprimento efetivo das medidas “protetivas ao trabalho”, no sentido que será

criada uma legislação sindicalista a qual tenderá a associar estreitamente ao domínio do aparelho Estatal a organização da classe trabalhadora.

Para Marilda Iamamoto (2011), nesse período apenas com exceção parcialmente da década 1934-35, o contexto político presente contribuía para repressão da manifestação da classe operária e que tinha na sua organização independente uma contundente repressão, a qual passa se configurar de modo mais acentuado do que no ordenamento anterior. Contudo, será acompanhada e complementada a um programa de integração fundado em um grande movimento ideológico. Que se configura de “[...] Repressão à organização autônoma e vinculação dos “direitos do trabalho” – verdadeiros ou fictícios – à aceitação do sindicalismo controlado, [...]” (id., ibid., 2011, p. 162). E isso significou segundo a mesma autora, parte de um único projeto de integração e desorganização do proletariado e que não teve como ser percebido isoladamente.

Conforme (id.; ibidem, 2011), nesse período os representantes políticos difundiam em seus discursos nitidamente esse projeto político. A suposta proteção para classe trabalhadora como meio de contribuir para a paz social, traziam em seus discursos enaltecendo a ideia de justiça social; estímulo ao trabalho; ordem social e elevação da produção. Isso significou um meio de controlar e subordinar a classe trabalhadora em detrimento da abrangência capitalista mediante a exploração da força do trabalho. Ou seja, a ideia era controlar e adequar o trabalhador ao modelo neoliberal da ordem vigente através do discurso demagógico do bem comum social entre as classes.

Em decorrência de tais estratégias da ofensiva ideológica contra o movimento operário permanecerá por muito tempo. Nos termos de Iamamoto “[...] Buscará isolar a classe de sua vanguarda organizada e afirmar o mito do Estado benetactor, da outorga da legislação protetora do trabalho, o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais [...]” (id., ibidem, 2011). Em linhas gerais, esse período foi marcado pela luta independente do movimento operário que tentava acender na cena política e lutava por melhores condições salariais, dentre outras políticas. Com isso, o Estado vai passar a desenvolver ações paternalistas mediante a filantropia, assistência, benesse ou favor, no sentido que o Estado através do seu discurso ideológico de contribuir para ordem social e harmonia entre as classes,

tentava mesmo era cooptar a luta do movimento operário e ajustá-los aos ditames do modelo neoliberal da sociedade capitalista.

Como já vimos anteriormente às mudanças que afetaram o capitalismo mediante o seu processo de produção, demarcou um período de transformações nos anos 1980. Para Mota (2012), a saída para tais transtornos se deu através de medidas restauradoras voltadas à elevação dos índices de acumulação em todos os países capitalistas, as referidas medidas se desenvolveram por meios das inovações tecnológicas, restrições de direito em especial os trabalhistas, até os fortes ataques aos países periféricos. Esse cenário deu origem ao capitalismo especulativo.

A autora considera que,

Naquele período, o diagnóstico da Cepal era que as economias dos países não desenvolvidos tinham uma estrutura econômica pouco diversificada e integrada, ainda que apresentassem um setor agroexportador dinâmico. Porém, este não estava sendo capaz de transferir progresso técnico para os demais setores da economia, nem mesmo de absorver a força de trabalho e de proporcionar ganhos reais de salário, como nos países desenvolvidos, cuja estrutura econômica, baseada em produtos industriais, tinha capacidade de generalizar o progresso técnico e permitir ganhos reais de salários. Para alterar este cenário, o diagnóstico cepalino indicava, para os países subdesenvolvidos, a adoção de políticas de diversificação econômica, basicamente via industrialização, como meio para que o mercado interno passasse a ser o motor da acumulação e do crescimento, em lugar da demanda externa de produtos primários. No entanto, não bastava somente a ação do mercado: seria importante a intervenção do Estado no planejamento, na indução, no financiamento e como investidor direto, para que o processo de industrialização se efetivasse (MOTA, 2012, p. 155-156).

Neste sentido, com a consolidação das políticas neoliberais e como o redirecionamento da economia juntamente como a emergência da financeirização da dimensão econômica, pode-se dizer que os países subdesenvolvidos no que tange o âmbito social e econômico, começam a tomar direcionamentos voltados às reformas econômicas, como bem diz Mota (2012, p. 156), “[...] especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, reformas do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade”.

Na América Latina, segundo a autora, essa fase do capitalismo foi conduzida de forma diferente, de acordo com as condições históricas de cada país e com a

realidade vivenciada na década de 1990 representou o ápice da capital parasitário. Porém, no ano de 2000, a realidade vivenciada pelos governantes que chegaram ao poder, os “setores progressistas”, defendiam o desenvolvimento nacional, através de uma nova roupagem. “[...] Não se trata de uma repetição do desenvolvimento nacional dos anos 1960, mas de uma defesa de um desenvolvimento auto-sustentável desde o ponto de vista econômico e social” (idem, 2012, p. 155).

Nessa direção, podemos dizer que esse novo processo que se apresentava na realidade brasileira se caracterizava através do projeto neodesenvolvimentista e sobre o que significou esse projeto neodesenvolvimentista no Brasil afirma Gonçalves (2011), citado Teixeira (2016), que tal projeto caminhou em uma direção totalmente oposta ao contexto do nacional desenvolvimentismo. Consideram os mesmos autores, que nada foram feito pelos representantes dos governos progressistas do período neodesenvolvimentista para reverter à ausência de uma política industrializante econômica, o projeto de reprimarização da economia, da enorme dependência tecnológica, da desnacionalização econômica, entres outras características desse processo neodesenvolvimentista. “[...] o neodesenvolvimentismo é, na verdade, uma negação do desenvolvimentismo [...]” (TEIXEIRA, 2016, p.96).

Conforme Teixeira (2016), podem se afirmar que o neodesenvolvimentismo seria a política alternativa do ideário neoliberal da década de 1990. O mesmo autor se indaga a respeito do que seria fundamentação política neodesenvolvimentista (BOITO Jr.2012 citado por Idem 2016), Afirmando que essa base política foi instituída por um bloco de frente político,

[...] dirigida pela grande burguesia interna brasileira; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram fora do bloco do poder- baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (...); c) a frente contém uma relação do tipo populista com essa marginal; d) a frente se constitui no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco de poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa - essa é a nossa hipótese de trabalho - o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público. (2012, p.4 apud, 2016, p.95).

O que se apresenta na atualidade mediante o desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e seu estágio tardo burguês - encontra nos países periféricos e em toda América Latina um ambiente propício para garantir sua expansão e valorização capitalista. Assim, não é difícil perceber que o Brasil sempre teve uma tendência desde sua formação histórica à subalternidade aos ditames orientados pelo capital estrangeiro. Para Mota (ibidem), os discursos dos defensores do novo desenvolvimentismo enveredam para a perspectiva de que o ideário liberal e seus preceitos – mediante suas reformas conservadoras- não foram capazes de solucionar diversas questões as quais permeia a humanidade. A partir da década de 1990 com o encontro do Consenso de Washington mediante sua agenda política orientada para o receituário neoliberal a qual aguça as desigualdades coletivas e todas as formas de desmonte aos direitos sociais.

Sobre esses apontamentos Mota afirma que:

Embora reconhecendo que a agenda do consenso de Washington não tenha alterado o quadro de recrudescimento da questão social nem tampouco as possibilidades de superação do desenvolvimento e enfrentamento da desigualdade- que permanecia e se aprofundava nos países latino-americanos - a Cepal passa a se alinhar às propostas de mercado, posição denominada por Carcanholo (2010, p. 132) de uma “perspectiva revisionista” (2012, p. 156).

Dessa forma, se configura no contexto atual, mediante essa inversão do novo regime de acumulação financeira que adentra a América Latina, o discurso de projetos de desenvolvimento em todo continente visando à expansão capitalista rompendo com todas as barreiras que impeçam o seu desenvolvimento. Fontes citada por Mota (2016, p. 235), aponta que,

[...] “as expropriações contemporâneas tornaram-se agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em potenciais mercadorias”, cujo acesso somente é possível através da compra, por meio do mercado.

Assim, será a partir dos governos do PT, como Luiz Inácio da Silva e Dilma, a partir dos anos 2000 que se dá uma maior efervescência do novo-desenvolvimentismo de forma contundente no Brasil.

[...] os governos que pleiteavam a representação dos chamados setores progressistas da chegada ao poder com posicionamentos anti-imperialistas e a defesa do desenvolvimento nacional [...]” tal partido trabalharam com o discurso crítico em relação o capital, mas em contra-partida ao assumir o mandato, ocorreu um redirecionamento do seu discurso que seriam suficientes para romper ou superar o subdesenvolvimento existente (MOTA, 2016, p. 155).

Para (BOITO Jr., 2012 citado por Id..ibidem, 016), as políticas executadas pelo neo desenvolvimentismo nos mandatos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Deram-se a partir de: mediante a tentativa da recuperação do salário-mínimo, políticas das altas taxas de juros custeadas para sustentar o grande capital nacional, uma política de crédito fora da esfera doméstica apoiando às empresas brasileiras voltadas para o mercado de exportação, e uma política econômica direcionada para controlar as crises entre outras [...]. Dessa maneira, como se pode perceber não houve a criação de nenhuma política que fossem contrários aos interesses do projeto neoliberal durante os Governos liderados pelos representantes da esquerda do Partido dos Trabalhadores.

Mercadante citado por Castelo (2012, p. 626), aponta que:

[...] “os analistas do PT refizeram sua análise de conjuntura e chegaram à conclusão de que a correlação de forças era desfavorável a uma ruptura, [...] “uma necessária revisão tática” de abdicar da ruptura e assumir “o compromisso com uma transição progressista e pactuada”.

(Segundo Mercadante, 2010; Pochmann 2010, citado por Castelo 2012), consideram que a pausa ou possível abandono pelo receituário do neoliberalismo no âmbito brasileiro aconteceu mediante “transição progressiva e pactuada”, a qual não deixava claro com quem se havia feito tal pacto. Para os autores supracitados o pacto foi fechado com as novas e antigas classes poderosas a exemplo: do capital financeiro e as recentes parcelas rentistas e o agrobusiness, tais quais fazem parte do bloco de poder que se encontra em posicionamento notório, no intuito de assegurar a

governança do Brasil mediante a lógica dos representantes do Partido dos Trabalhadores.

Assim sendo, houve sim uma pactuação entre as classes para que haja um melhor crescimento nacional sendo necessária a união entre elas. Ou seja, o novo desenvolvimentismo requer um tipo de compromisso entre as duas classes antagônicas no intuito de um mesmo objetivo entre ambas, a busca do desenvolvimento econômico.

Afirma Mota (2012), sobre as bases ideopolíticas que se subentendem a partir desses mecanismos ideológicos e que está justaposto a maneira de ser nos ditames do capital contemporâneo que se encontram presente no discurso esquerdista desses países, aponta a autora,

Na ausência de uma leitura crítica da realidade e de projetos que deem sentido e direção para além do capital, incorporam-se os limites macroeconômicos e até certa romantização da sociedade, ao conceder a possibilidade de convivência de interesses entre o que antes era considerado por essas mesmas esquerdas, como antagonismo de classe. (2012, p.171, 172)

A autora chama a atenção sobre esse pensamento econômico brasileiro que se denomina como modelo social desenvolvimentista ao afirmar que o mesmo não pode oferecer outra via de escape, que não seja a ordem do regime vigente desse modelo MPC. Isso porque, seria até ingênuo acreditar que diante das condições criadas pelo capital poderia se permitir condições de conciliação entre classes que divergem dos mesmos interesses, ou seja, reconhecida como classes antagônicas.

(MANTEGA, 1985 citado por id.;ibidem, 2012, p. 171) afirma “[...] a necessidade de intervenção do Estado de promover ações voltadas à implementação para o mercado de consumo da classe trabalhadora, [...]”. No sentido que passaria a conter as insatisfações de classes e também produzir lucros para o grande capital mediante a expansão de novas rotas de mercado nos países não desenvolvidos (MANTEGA 1985, citado por Id.,ibid.,2012). Segundo a visão dos autores, O Estado tem a necessidade de intervir na promoção de criar políticas creditícias e promover a ampliação do bem de consumo da classe trabalhadora pela via do mercado.

Veiga 2006 citado por Id.,ibid.,2012, considera que estas considerações não suprimam a permanência de novas políticas dadas durante todos esses anos de

liberalismos investidos no subcontinente, entretanto, tais respostas não dão conta do ranço e a cultura neoliberal a qual tem forte tendência a solapar os direitos e as políticas juntamente com o pensamento pós-modernistas e a estratégia de cooptar os movimentos sociais vem atingindo ideologicamente os paradigmas clássicos para favorecimento de outra concertação de classes, [...]. Especificam como marcos desse desdobramento a: “[...] Convivência solidária, sem discriminação, garantia dos mínimos sociais, recuperação do bem público universal, e do apelo à ampliação das capacidades humanas [...]” (Idem 2006, citado por Id.,Ibidem, 2012,p.171).

Segundo (id..ibidem, 2016), nos Governos de Lula e Dilma não foram feitas nada que não beneficiasse o grande capital financeiro, ou seja as ações tomadas no processo do neo desenvolvimentismo foram todas voltadas para que não contrariasse a livre liberdade do mercado. No sentido, não é difícil perceber que o foco principal de suas ações era a pobreza, a qual passava ser público alvo do Estado, mas nada que colocasse em risco a instabilidade e todas as políticas criadas para financiamento do grande capital. (IDEM, 2016, p.98) “[...] É essa a receita de sucesso dos governos Lula-Dilma: aos pobres, uma política de assistência à pobreza; aos donos do capital, recursos e liberdade para acumular [...]”

Diante do contexto neoliberal o qual atende aos ditames do capital, dentro dessa lógica social é impossível engendrar condições que concilie políticas estruturantes as quais realmente atinja a espinha dorsal do capital, o máximo que eles permitem são alguns benefícios estratégicos como meio de disseminar o discurso romantizado que se pode equilibrar nesta ordem societária, capital com equidade. “[...] tomados como conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento social; ou em outros termos: valorização do capital e equidade, pares conceituais incompatíveis na lógica do capital (MOTA, 2012, p.160). Com isso, propagam em seus discursos a ideia de diversos temas importantes dos movimentos de lutas das causas sociais, mas que na verdade, são temas que não podem ser percebidos e nem tratados fora de uma concepção crítica, analisadas isoladas a partir das capacidades humanas fora da perspectiva da totalidade.

Em decorrência dessa afirmação fica clara a direção política tomada pelo partido dos trabalhadores, pois ainda segundo Castelo (2012, p. 626), “[...] De 2003 a 2006, o governo Lula teria aceitado sem maiores constatações as políticas neoliberais e, a partir de 2007-08, teria voltado ao projeto original do novo desenvolvimentismo.”

Sendo ainda válido salientar por meio de uma leitura crítica que o novo desenvolvimentismo através das propostas estabelecidas não apresentou grandes transformações na base estrutural. Como especifica Gonçalves (2012),

[...] a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar “desenvolvimentismo às avessas”; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. Durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram investidos. O que se constata claramente é: desindustrialização; dessubstituição de importações; reprimarização das importações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação de financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES *apud* GONÇALVES, 2012, p. 638).

Em linhas gerais, segundo Mota; Gonçalves; Castelo (2012); Teixeira (2016). Os governos de Lula e Dilma não representaram mudanças estruturais no país, uma vez que estes não criaram uma política que contrariasse a ordem do capital, tendo em vista que suas ações referentes ao novo desenvolvimentismo estavam pautadas em políticas compensatórias, como continuidade da implementação do projeto neoliberal no Brasil. Este governo foi perpassado por “políticas” localizadas e contingenciais, como empréstimos consignados, crédito popular, economia solidária, bolsa-família, “políticas de cotas, bolsas de estudo, programas para pequenos empreendedores [...]” (TEIXEIRA, 2016, p. 97). De forma que as ações pontuais do novo desenvolvimentismo foram voltadas a políticas específicas a pobreza, desde que tais ações não ameaçassem a estabilidade econômica e nem atingissem o superávit primário destinado ao grande capital.

Ou seja, percebe-se claramente diante das ações do novo desenvolvimentismo é que as políticas compensatórias voltadas para pobreza são disseminadas para o segmento mais pobre da classe trabalhadora com intenção de conter as desigualdades, pobreza, subdesenvolvimento, dentre outros, desde que não interrompa a manutenção e o livre desenvolvimento do capital na particularidade brasileira.

Diante de tudo que foi exposto a respeito do Novo desenvolvimentismo, se torna válido salientar que todo esse contexto político, econômico e social pleiteados pelos governos PT apresentou indícios de esgotamento a partir da crise mundial que se adentrava no período referente a 2011-2014. Como bem aponta Mélo (2016, p.126) “indícios de esgotamento desde meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), que como saída à crise vinha apresentando o recrudescimento de medidas neoliberais”.

Como vimos anteriormente e ainda segundo a autora (idem, ibidem) “a causa desse esgotamento foram às mudanças pontuais e superficiais realizadas pelos governos do PT que prezaram pela preservação das garantias de sustentação do grande capital”. Diante do exposto, (GONÇALVES apud MÉLO, p. 127) apontam as causas nas relevantes das crises que se aprofundava no Brasil.

[...] como: a) o Brasil invertebrado, b) o Brasil negativado, c) e o movimento de transformismo realizado pelo PT. O Brasil invertebrado se refere à perda de identificação da sociedade civil com as instituições representativas do Estado, pelo fato das práticas de corrupção, patrimonialismo e clientelismo tão presente em todas as esferas do poder público. O Brasil negativado se refere ao aumento das dívidas públicas e privadas que estão cada vez maiores, bem como ao aumento da inadimplência via a ampliação de acesso ao crédito, e juros abusivos praticados pelo sistema bancário. A terceira causa da crise é identificada como o transformismo do PT, que mesmo antes de chegar à presidência com Lula, já dava indicativos de que não ia romper com a herança deixada por FHC. No entanto, havia ainda bastante esperança que com a chegada do ex-metalúrgico algumas mudanças estruturais fossem realizadas, o que para a frustração de muitos que depositaram seu voto de confiança nessa mudança, não se concretizou.

Dessa forma, podemos sinalizar que, (idem, p.130) mediante as particularidades do Brasil, o esgotamento do neo desenvolvimentismo se dá por meio da “estagnação dos investimentos sociais e do salário mínimo, uma ampliação do desemprego, alta da inflação, redução do consumo, diminuição de acesso ao crédito, etc.” Assim, podemos vislumbrar a partir disso que, começa a acontecer o fim de uma etapa que se pautava no consumo e também na limitação dos direitos principalmente ao que tange os direitos trabalhistas.

Assistimos ao esgotamento do projeto conhecido historicamente como democrático popular, de base operária e popular hegemonizado pelas frações burguesas vinculados ao capital financeiro nacional e

internacional e às grandes burguesias internas brasileiras num país como o Brasil, que não coloca em questão a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo e que se nega a assumir sua situação de semicolônia, o que permitiria sob a direção da classe trabalhadora empreender uma luta antiimperialista e socialista consequente (ROJAS 2014, p. 2 apud MÉLO 2016, P. 130).

Em conformidade com o que foi exposto na discussão deste capítulo, discutiremos no capítulo seguinte como as mudanças societárias contemporâneas têm rebatido no exercício profissional do assistente social na atualidade.

2 A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Neste capítulo iremos realizar um breve resgate acerca dos desdobramentos históricos que dizem respeito às condições objetivas de exercício da profissão do Serviço Social, particularmente no contexto brasileiro, no sentido de compreender o significado da profissão, o lugar que esta ocupa na divisão social e técnica do trabalho e de como se desenvolve a sua intervenção, dando ênfase às condições de trabalho deste profissional dentro dos espaços sócio-ocupacionais.

Entendemos que as transformações societárias contemporâneas, após 1970, atingiram de maneira contundente tanto o plano objetivo quanto subjetivo da classe trabalhadora, o que incide diretamente na dinâmica objetiva dos processos de trabalho do assistente social.

Por este motivo, faremos uma discussão voltada para as transformações no mundo do trabalho, a seguir discutiremos de que modo tais transformações rebatem no exercício profissional do assistente social, na sequência direcionaremos a abordagem para a importância da instrumentalidade na atuação do mesmo e por fim para a relação entre teoria e prática.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Neste item discutiremos as transformações ocorridas no modo de produção capitalista contemporaneamente e seus direcionamentos para a classe trabalhadora no que tange o mundo do trabalho.

A crise do desenvolvimento capitalista do pós 1945 obrigou a economia a buscar novos mecanismos de cooptação de lucratividade que desce conta de reerguer o capitalismo fracassado, com isso se deram inúmeras tentativas para a sua reestruturação, como foi sinalizado no capítulo anterior, porém a tentativa de saída mais agressiva para o mundo do trabalho se deu através da mundialização do capital que teve início na década de 1980, através de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial também caracterizada como um “regime de acumulação predominantemente financeira, conforme afirma Chesnais (2000), e concomitantemente se instaura mais uma estratégia utilizada por esse modelo econômico capitalista associado à ideologia neoliberal: a reestruturação produtiva, com o advento do toyotismo.

As transformações no mundo do trabalho e também no âmbito da produção foram conduzidas de modo a trazer soluções quanto às necessidades produtivas impostas pelo capital. “[...] ao não suportar mais a rigidez do controle do trabalho e do processo de produção, instituíram um modelo que propõe a flexibilização, como ponto de partida para sua revitalização e reestruturação” (NEGRI, 2011, p. 40).

Este processo foi caracterizado por Harvey (2003) como a acumulação flexível.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. *Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.* Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novo mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvida (HARVEY *apud* NEGRI, 2011, p. 40-41, grifos nossos).

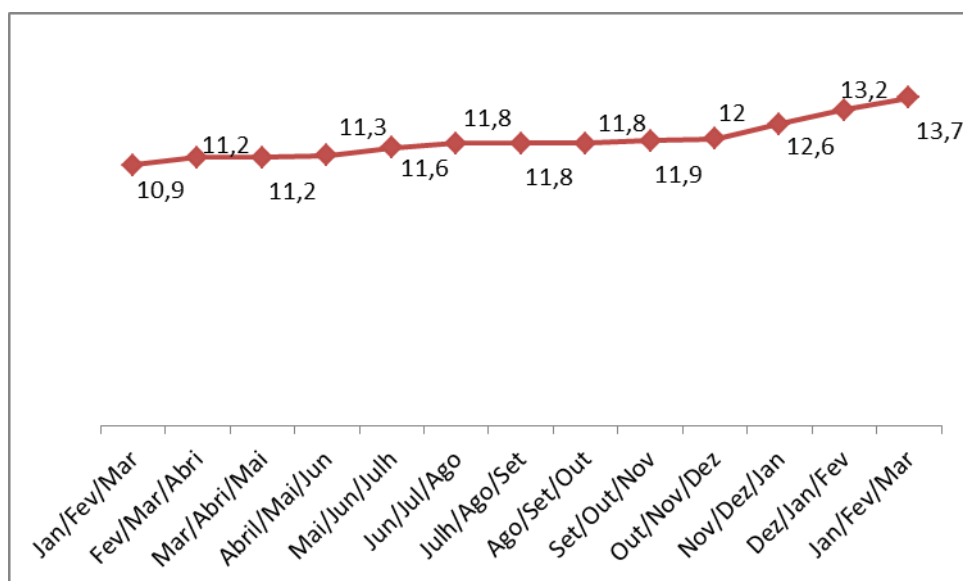
Harvey ao trazer tais considerações remeteu-se ao sentido de que esse modelo de acumulação sugeriu na superação dos padrões rígidos de produção-fordismo/taylorismo, pois estes se encontram ultrapassados e por este motivo foi proposto à busca de novas estratégias capazes de dar conta das demandas produtivas postas naquele tempo histórico ao capital. Por isso, para que se realizasse a superação deste sistema rígido de produção seria necessário aderir ao modelo de acumulação flexível, ou seja, a flexibilização dos processos de trabalho e das relações de produção.

Segundo Negri (2011, p. 41) este modelo de acumulação flexível “[...] propõe um modelo de produção ajustado na reestruturação dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo”. Neste sentido, podemos dizer que a acumulação flexível se configura a partir da incorporação de novas tecnologias que vão sendo incorporadas ao processo de trabalho, nas alterações ocasionadas no âmbito dos mercados e dos setores financeiros.

Sem dúvida, o conjunto desses fatores culminou na reorganização do setor produtivo e com isso, trouxe impactos severos para a classe trabalhadora, ocasionando como, por exemplo: na maior precarização das condições de venda da força de trabalho empregada, na extinção de inúmeros postos de trabalho e na eliminação de um grande contingente de trabalhadores do mercado principalmente informal, obrigando-os a seguir o trabalho informal ou temporário, sem o amparo dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pela Pnad Contínua citada por G1 Economia, mostram na Figura 2 que o desemprego atinge 13,7% no primeiro trimestre de 2017, o que significa afirmar que alcança 14,2 milhões de desempregados no Brasil, ocupando também o ranque da série histórica.

Figura 2: Taxa de Desocupação no Brasil em Percentagem.



Fonte: IBGE apud G1. Infográfico elaborado em: 28/04/2017

Para o IBGE citado por G1 Economia afirma que ao que diz respeito ao número de pessoas desocupadas, a população subiu para 14,9% (mais de 1,8% de milhões do contingente desempregado) em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2016 e 27,8%, ou seja, mais de 3,1 milhões de pessoas a procura de emprego. Se comparado ao mesmo trimestre do ano 2016 segundo dados do IBGE.

Ainda conforme a mesma fonte, Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimentos do IBGE, aponta que desde os primeiros três meses de 2014, O Brasil teve um declínio cerca de 3 milhões de postos de trabalho fixos. Conforme G1 aponta os dados do IBGE, o trimestre terminado em fevereiro de 2014 foi o que apresentou uma taxa menor referente à desocupação, quando já apresentava cerca de 6,6 milhões de pessoas desempregadas no país, esse número obteve uma alta para mais que o dobro em três anos.

Assim, transformações advindas com a reestruturação produtiva, segundo Negri (ibidem) “intensificaram a competitividade, flexibilizaram os direitos trabalhistas, os contratos, demandaram novas especialidades de trabalho e reformularam processos de trabalho”. E é por meio de tais fatores, que nos possibilitam dizer que o proletariado foi e continua sendo o mais penalizado nesse processo, visto que ele é sempre o primeiro a sentir os efeitos das mudanças direcionadas ao setor produtivo, pois na medida em que as transformações introduzidas pelo modelo de acumulação flexível associado ao neoliberalismo vão se fortalecendo o proletariado cada vez mais

se torna subordinados aos seus ditames, tendo em vista, que eles apenas dispõem da venda da sua força de trabalho para sobreviver, enquanto o capitalista, dispondo de todos os meios necessários a produção, se apropriam do valor que é produzido pelos trabalhadores. Neste sentido, “esse processo torna-se uma mera “relação de compra e venda” da força de trabalho em que o trabalhador não se tornará o dominador, mas sim, sempre o subalterno” (id., *ibid.*, p. 45).

Desta forma, a reestruturação produtiva promoveu mudanças no mundo do trabalho e consequentemente excitou a competitividade no mercado, a expansão das terceirizações, o aumento do desemprego e das subcontratações, do trabalho informal, da polivalência do trabalhador que deve desempenhar várias funções pelo mesmo salário, o sucateamento das condições objetivas do trabalho e de tantos outros fatores que colaboraram para a concretude daquilo que conhecemos como o modelo de acumulação flexível.

Além de sofrer todos esses impactos frontalmente, o trabalhador ao desempenhar as suas funções neste modelo de produção, passa a ser atacado em suas categorias, tendo em vista, que suas demandas são transpostas do âmbito coletivo para o campo do individualismo, reduzindo a sua consciência de classe e o poder das suas organizações sindicais. “Com a reestruturação produtiva, o trabalhador organizado foi praticamente destruído, sendo esta uma das bases necessárias à acumulação flexível” (id., *ibid.*, p. 41-44).

Como já vimos à reestruturação produtiva causou sérios efeitos para o mundo do trabalho, mas ao que tange o sentido macro desse processo, podemos dizer que os trabalhadores passaram a ser subdivididos entre a posição central e periférica no processo produtivo.

Os trabalhadores centrais são mais valorizados, considerados estratégicos ao capital, recebem incentivos em qualificação e premiações financeiras (tanto individuais como por equipe), porém também sofrem muita pressão, especialmente com a possibilidade sempre presente de serem substituídos. Os trabalhadores periféricos são considerados como força de trabalho descartável, submetidos a subcontratações, através das terceirizações, provocando reduções salariais, intensificando o trabalho e ampliando a exploração do mesmo com o aumento da produtividade. Acabam excluídos do mercado formal de trabalho, consolidando a precarização do trabalho,

das condições salariais, dos direitos trabalhistas e previdenciários (NEGRI, 2011, p. 42- 43).

Neste sentido, podemos dizer que as alterações causadas pelo modelo de acumulação flexível, introduziram a dissociação da classe trabalhadora, ocasionando na sua desmobilização. Tais fenômenos causaram a fragilização da consciência de classe do trabalhador, o que fez favorecer ainda mais o robustecimento do modo de produção capitalista, visto que, este modelo de produção se objetiva a partir da obtenção de lucro, o qual neste caso é produzido a partir da exploração da força de trabalho que tende a reduzir o esforço de resistência aos ditames capitalistas a cada dia.

Desta forma, o modo de produção capitalista sob a sua forma atual,

[...] atingiu de forma direta a organização dos trabalhadores, desconstruiu o sentimento de pertencimento de classe, o trabalhador passou a se estranhar entre a própria classe. [...] Um exemplo desta situação foi o processo de esfacelamento ou anulação do movimento sindical, consolidado pela reestruturação produtiva, em que o capital passou a cooptar lideranças sindicais ou a afastar das negociações aqueles líderes que não foram cooptados. O capital estabeleceu relações de negociações paralelas e consolidou o que foi denominado de “quebras da espinha dorsal” do movimento sindical, e os trabalhadores foram chamados a participar de espaços de discussão sobre os processos de trabalho, porém a participação se deu de forma despolitizada e se tornou uma forma de participação que atende a demandas gerenciais do capital (NEGRI, 2011, p. 44).

Sendo assim, tais transformações resultaram no surgimento de um sistema cruel, em que o trabalhador passa a priorizar o seu emprego como propósito maior da sua existência, haja vista, que além do alto índice de desemprego, também se tem aumentado as exigências em relação ao acesso do mercado de trabalho, o que tem forçado o contingente de trabalhador a se especializar cada vez mais, porém, não garantindo de fato o acesso ao emprego. Desta forma, modificou-se não só o modelo de produção, mas as condições e as relações de trabalho.

No início da década de 1990, a incerteza de uma recuperação econômica pairava no ar e, somava-se a isso, a necessidade de trabalhadores qualificados (o que exigia o seu treinamento) e de redução dos custos de contratação da força de trabalho. Diante desta situação, os empregadores utilizaram o recurso das horas extras, com

o intuito de elevar o volume de produção sem precisar recorrer ao emprego de novos operários, conseqüentemente, aumentando a produtividade por trabalhador. E mais, tornou-se lugar comum a contratação de outras empresas para a realização de atividades intermediárias, caracterizando a terceirização de serviços e processos produtivos antes executados internamente nas próprias indústrias. Cacciamali e Bezerra (1997) chamam a atenção para o fato de que este fenômeno não é capturado pelas pesquisas oficiais de produção e emprego, portanto, a terceirização acaba por superestimar a produtividade do trabalho nos estabelecimentos industriais. A indústria nacional segue o mesmo movimento das economias industrialmente avançadas, ou seja, a tendência de transferir postos de trabalho de grandes empresas para médias e pequenas empresas. Ela promove, dessa forma, a flexibilidade na produção, de modo que esta estratégia vem sendo adotada tanto no setor de serviços quanto no setor industrial em associação com a incorporação de tecnologia e da organização do processo de produção, culminando na reestruturação produtiva. (Cacciamali e Bezerra (1997), apud SOUSA CLEIDIANNE, 2014. P. 17)

Sem dúvida, este cenário tem refletido no aumento da miséria e das desigualdades sociais que tem se agravado cotidianamente. Isto evidencia que na conjuntura atual e na dinâmica das condições objetivas há uma expansão e aprofundamento das expressões da “questão social”, objeto da atuação profissional do serviço social.

O Serviço Social tem como elemento fundante do seu trabalho profissional, as múltiplas expressões da “questão social”

A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise social aqui assumida *recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos*. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressão a questão social, resguardando a fidelidade à história. Em outros termos, apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo, na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões universais, particulares e singulares (IAMAMOTO, 2013, p. 114 -115).

Dessa forma podemos compreender que apenas através da capacidade de desvendar o movimento da realidade ultrapassando a aparência posta, e buscando considerar nessa relação à historicidade, é que se conseguirá atingir o raciocínio de que existe um sistema econômico dominante por trás de todas as mazelas contidas

nas expressões da “questão social” e consequentemente na sociedade contemporânea.

Portanto, podemos concluir que a “questão social” é concebida como objeto de trabalho do assistente social e é fruto dos antagonismos de classes presentes no modo de produção capitalista, se manifestando sobre diferentes formas de acordo com cada contexto histórico estabelecido. Dessa maneira, contemporaneamente ela tem se apresentado mediante diversas formas, uma de suas expressões mais evidentes tem sido a questão do desemprego e a precarização das relações de trabalho que tem requisitado do assistente social a atuar em seu enfrentamento, assim como também de outras expressões.

Como já vimos anteriormente, o desemprego é uma das expressões da questão social, está associado a um processo de transformações econômicas impulsionadas pelo modelo econômico capitalista. Iamamoto (2013, p. 117) sinaliza que:

[...] o quadro que vem afetando o conjunto dos trabalhadores, dentre os quais, os assistentes sociais. O cenário dominante no mercado de trabalho nos anos 1990 aponta, pois, para: a redução do emprego do trabalho vivo na produção, a racionalização da contratação; a desverticalização das empresas com o crescimento da terceirização, o que tende a ampliar o trabalho temporário e por tarefa, destituído de direitos. Enfim, cresce o desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Neste contexto, uma questão a ser analisada como desafio a profissão consiste no impasse de como efetuar o exercício profissional nesta dinâmica flexionada pelas manobras neoliberais sem abrir mão dos princípios éticos e políticos que norteiam a profissão.

Para Iamamoto (2009, p. 15), “a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento [...]”. Desta forma, esse processo acarretou prejuízos de forma regressiva ao conjunto dos direitos adquiridos ao longo do tempo pelas lutas sociais.

Portanto, conclui-se que a restauração econômica do capitalismo buscou garantir as bases para a sua sustentação, através da exploração da força de trabalho. Com isso, o trabalhador passou a ser minimamente assistido, por meio de políticas

sociais pontuais e focalizadas as quais possuem o objetivo de apenas garantir as necessidades mínimas dos trabalhadores. O acesso tornou-se garantido apenas aos que se mostravam aptos aos critérios de condicionalidades impostos pelo próprio capitalismo, ou seja, apenas aos que estão imersos no perfil de extrema pobreza³.

Destaca-se que dessa relação de produção transformada, em que se criou o desemprego estrutural, o resultado foi a exclusão de muitos trabalhadores do mercado de trabalho, ocasionando a ampliação da demanda nos programas, projetos, serviços, e benefícios prestados pelo Estado. Este passou por um processo de reforma, reduzindo sua intervenção no mercado e na garantia de políticas públicas, em especial nas décadas de 1980 e 1990, acentuando-se nesta última (NEGRI, 2011, p. 45).

Segundo os termos da autora, o Estado ao se despir de responsabilidades, não intervém de forma comprometida quanto à garantia ao acesso dos trabalhadores às políticas sociais, inviabilizando a garantia dos direitos sociais.

No próximo item iremos discutir de que maneira as transformações societárias contemporâneas tem inflexionado o exercício profissional do assistente social na atualidade.

2.2 OS REBATIMENTOS SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Como já aludimos anteriormente, o Serviço Social contemporâneo tem sofrido alguns impasses em detrimento das transformações no âmbito das condições sociais,

³ De acordo com Silva (2009) apud Santos e Arcoverde (2011, p. 4), “[...] define pobreza em dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica e pobreza relativa que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país. “O que significa dizer, que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na idéia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”. (SILVA, 2009, p.157). Nessa mesma direção o IPEA (2010a) apud Santos e Arcoverde (2011, ibidem), “Relacionando pobreza com renda o IPEA (2010a) mensura pobreza absoluta como rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal e introduz a concepção de pobreza extrema - rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo mensal”.

políticas, históricas e econômicas que permeiam a particularidade da nossa formação social ao longo dos anos.

Este tempo histórico nos coloca diversos desafios no sentido da afirmação dos princípios sinalizados no Código de Ética do Serviço Social, pois “estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade [...]” (IAMAMOTO, 2013, p.18).

Estas mudanças têm colocado novas exigências para o profissional do Serviço Social, que também é concebido como profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho. Tais transformações não trouxeram apenas novas demandas para o Assistente Social, mas também uma nova forma de atuação profissional, que agora aparece também precarizada. Chamamos a atenção, por exemplo, para o fato de “ter a presença de assistente sociais em praticamente todas as organizações, mas não necessariamente em quantidade suficiente nos postos de trabalhos” (SANTOS; FILHO; BACKX, 2017, p. 40). Fica então evidente que o mercado tem a intenção voltada para a redução da quantidade de profissionais de modo a sobrecarregar aqueles que já empregados tornando-os trabalhadores muitas vezes polivalentes, quando desempenham práticas não condizentes com as suas competências e atribuições, uma vez que, com esse novo direcionamento demandado pela ofensiva neoliberal juntamente com as feições do capitalismo contemporâneo, o desemprego tem atingido uma enorme dimensão de trabalhadores, o que induz muitos profissionais a obedecer às demandas impostas pelas instituições empregatícias, e isso implica dizer que esse processo tem reduzido cada vez mais a autonomia relativa do mesmo.

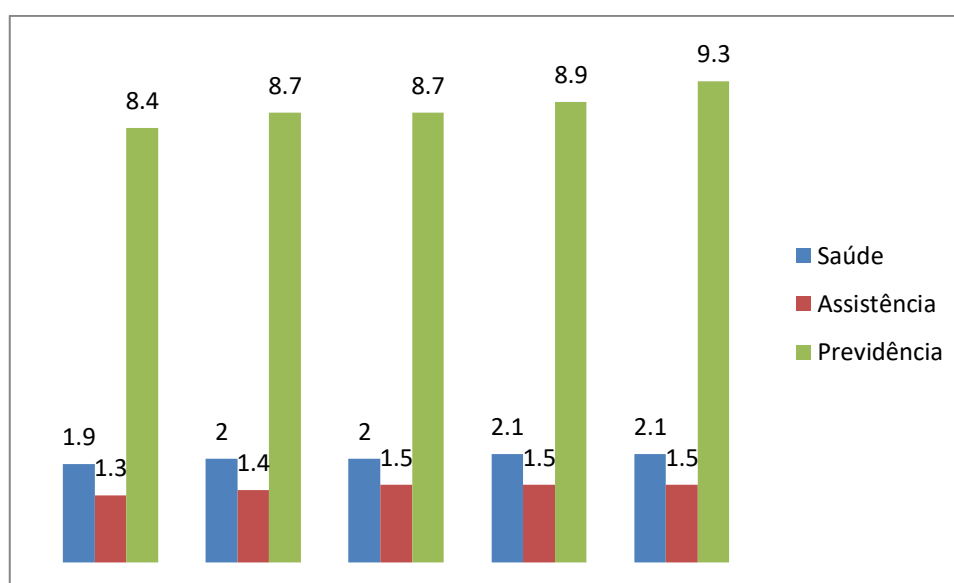
Mediante a deflagração das condições de trabalho dos assistentes sociais “Podem se tornar atraentes os segmentos mais corporativistas da categoria [...] a busca de respostas imediatas e fragmentadas às demandas profissionais que se apresentam determinadas, dentre tantos fatores, por um grau intenso de aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais- salário, formas de vínculos empregatícios, jornada de trabalho, etc”. (BRAZ, 2007, p. 8 *apud* CANTALICE, s/d, p. 15).

O que se percebe é a difusão do discurso enaltecedor do mercado e do consumo o qual colabora para o processo exorbitante de acumulação do grande capital. E desta forma, traz diversos rebatimentos para os ambientes de trabalho,

apontando para um grande crescimento da demanda dos serviços sociais ofertados. Ainda, sobre esses rebatimentos referentes a tais serviços sociais, “[...] o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais [...]” (IAMAMOTO, 2013, p.18).

Segundo Mélo (2016, p.151) mediante o gráfico (03) nota-se de que maneira esse orçamento é distribuído pelas políticas que compunham a seguridade social, configurando uma quantia mínima que o governo federal vem gastando com tais políticas.

Figura 3: Gastos do Governo Federal com a Seguridade Social no Período de 2011 a 2015 (Da Esquerda para Direita).



Fonte: MÉLO, Jessica. 2016, p. 151.

Ainda segundo a mesma autora, as políticas sociais vêm se apresentando cada vez mais a partir de um modelo focalizado e clientelista. Mélo aponta que a exemplo do Programa Bolsa Família, até o período de 2014, existia como critérios estabelecidos seleção de renda direta vinculada mediante o salário mínimo: a renda per capita do grupo familiar tinha como o teto máximo $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo.

Diante dos dados apresentados na Figura 3 o que se percebe é que há uma distinção dos valores gastos entre as políticas sociais, as quais fazem parte da

seguridade social, nota-se que a Política da Assistência Social é a que menos recebe repasse do governo federal, ou seja, isso deixa claro que tal política desde sua gênese sempre foi menosprezada pelas entidades governamentais.

O Serviço Social na contemporaneidade necessita perceber as transformações sociais que emerge sobre o contexto da totalidade social e incidem nas práticas sociais deste profissional e por isto, o mesmo não pode ser percebido a partir de si mesmo, ou seja, pois este nasce com os processos sócio-históricos da sociedade. Ao que diz respeito sobre a importância de apreender o Serviço Social interligados com os processos da sociedade, lamamoto (ibidem) explica também que,

[...] para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneiras em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez [...] Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade crítica de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (p.20).

Desta forma, encontramos diversos desafios que atingem de forma direta e indiretamente as particularidades do trabalho, que se apresentam mediante as formas de produção e reprodução de novas relações postas nos processos de trabalho.

Aliado a isso, mediante a lógica do mercado se impõe segundo Mota (2010) que há uma “[...] refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho [...]” (p.25).

Conforme Mota (2010), a dificuldade enfrentada atualmente pelo profissional vai se dá mediante dois planos: o primeiro se configura na dinâmica do contexto imediato, que se encontra correlacionado com os aspectos que atingem o exercer profissional, as transformações no âmbito do trabalho e nas condições destes profissionais; já o segundo se apresenta no campo mais amplo, dizendo respeito ao

aparecimento de novas problemáticas que podem ser acionadas a partir de competências profissionais, resultando em um conjunto de proposições que direcionam para uma elaboração teórica, éticas e técnicas como meio de responder às situações que lhe são requisitadas.

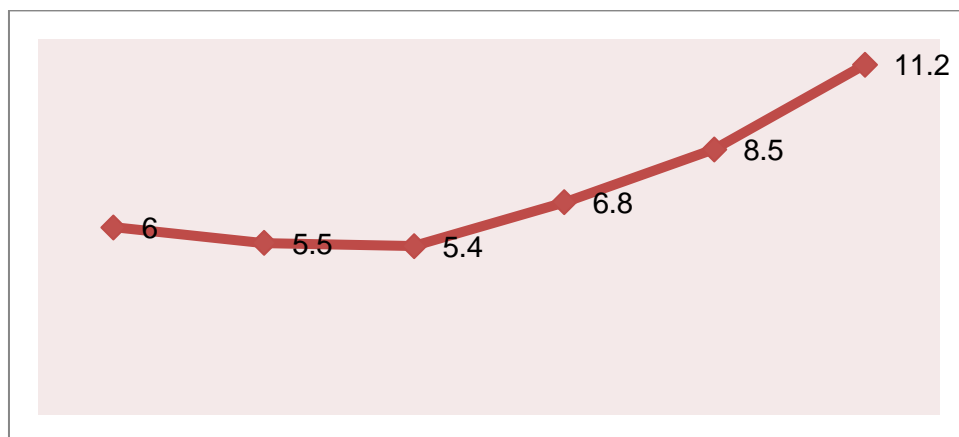
O Serviço Social na contemporaneidade encontra-se diante de um enorme desafio que é o de identificar as condições objetivas das necessidades tais como: políticas, culturais, materiais e sociais. Sendo necessário que o profissional esteja devidamente capacitado para exercer a sua profissão de forma qualificada e conseguir obter respostas que atendam as demandas postas.

Em decorrência disto, os profissionais devem compreender que as mudanças que ocorrem no plano societário mediante a reestruturação produtiva não se configuram como uma questão que atinge apenas o âmbito das práticas empresariais. Assim, torna-se importante considerar que “[...] a estratégia de passivização das forças produtivas encerra, evidentemente, uma eficácia própria, envolvendo diferentes dimensões do universo produtivo [...]” (BRAGA *apud* MOTA, 2010, p. 39). Com isso, não acarreta apenas mudanças de ordem técnicas as quais atingem o mundo da produção material, mas afetam também a dinâmica das práticas sociais.

Outrossim, nota-se que o redirecionamento do modelo societário de produzir as mercadorias impõe uma orientação determinante para as configurações das problemáticas que emergem na atualidade, apresentando-se como múltiplas expressões da “questão social”, que no contexto brasileiro apontam para um desemprego alarmante e uma maior burocratização dos serviços sociais na esfera pública, tornando moroso o acesso a serviços como: educação, saúde, previdência social e também a esfera privada.

A Figura 4 demonstra a evolução da taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 2011 a 2016.

Figura 4: Taxa de Desemprego no Brasil no Período de 2011 a 2016 (Da Esquerda para Direita).



Fonte: IBGE. *Primeiro trimestre de 2016 apud MÉLO 2016, 148.

Com base nas informações apresentadas pelo gráfico (04) e também de acordo com Melo (2016), podemos constatar que entre 2014 e 2016 a taxa de desemprego quase dobrou. Ainda segundo a autora e o IBGE, no primeiro trimestre do ano de 2016 no Brasil 11,4 milhões de pessoas estavam desempregados, isso acaba ocorrendo devido o contexto internacional que se mostrar sob a presença de uma forte crise e também da crise política pela qual o país estava imerso.

Sobre esses redirecionamentos na órbita dos serviços capitaneados pelo domínio do capital aponta Mota (2010) que,

O grande capital [...] requer e demanda um conjunto de intervenções sócio-institucionais que reatualizem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Estas intervenções apontam para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores (p.39).

O capital monopolista pautado pela redefinição das suas estratégias de produção de mercadorias, no intuito de suprir as suas necessidades e interesses de classe, mediante o processo de reestruturação produtiva, passa a incorporar a passivização dos trabalhadores como uma imposição do capital.

Mota (2010), explica como se dá essa relação das necessidades postas pelo capital monopolista no contexto da vida social mediante o conjunto das questões discutidas, sendo assim, fica claro que as necessidades do processo de reestruturação

produtiva, passa a refletir para o âmbito das demandas do assistente social, isso acontece mediante o reconhecimento dos empregadores perceberem o processo de legitimação do fazer prático profissional dos assistentes sociais.

Em decorrência disso, reconhecemos os limites impostos aos assistentes sociais. No sentido de possuírem uma relativa autonomia referente ao modo como conduz o atendimento aos usuários, posto que a sua inserção nos espaços sócioocupacionais, a autonomia se torna limitada em decorrência das condições que são exigidas pelas instituições empregatícias.

Iamamoto (2013) chama atenção para,

A relativa autonomia que dispõe o assistente social decorre da natureza mesma desse tipo de especialização do trabalho atua junto a indivíduos sociais – e não com coisas inertes -, dispondo de uma interferência, pela prestação de serviços sociais na reprodução material e social da força de trabalho (p.97-98).

Para a referida autora, o assistente social se reconhece na esfera social do trabalho enquanto trabalhador assalariado que tem sua inserção no mercado por meio de uma relação de troca que se estabelece pela compra e venda de força de trabalho por um determinado período de tempo. Este profissional que exerce um tipo de trabalho especializado, tendo como empregadores tanto a iniciativa pública, quanto privada.

Nessa perspectiva o assistente social ao atuar na esfera da vida social tem suas bases fundamentais em uma dimensão dupla ao qual se configura mediante uma ação contraditória, uma vez que é requisitado para controlar os conflitos sociais e ao mesmo tempo reproduz a ideologia da classe dominante. Assim, ocorre uma contradição no interior da sua prática a qual passa permear relações de classes antagônicas, tendo em vista, que o mesmo está inserido em uma sociedade capitalista.

Vale dizer também que o assistente social muitas vezes não possui todos os mecanismos e nem todas as condições adequadas para materialização das suas atividades práticas. No entanto, embora que os assistentes sociais tenham diversas limitações no campo das condições necessárias para realização e efetivação de sua

prática profissional, este pode conter em si a intenção de redimensionar sua ação em prol da população usuária, a partir do seu compromisso ético-político, nos diversos espaços sócio-ocupacionais os quais se encontram os profissionais do Serviço Social.

Sobre esse aspecto, Iamamoto (2013) esclarece que o profissional possui possibilidades objetivas de redirecionar o sentido de suas ações para rumos distintos daqueles esperados por seus empregadores. Ela ainda chama a atenção para as possibilidades de alargar os horizontes para a construção de uma cidadania ampla para todos, criando as bases para uma cultura da coisa pública democrática.

Daí o caráter político do trabalho do assistente social. Política aqui entendida, no sentido Gramsciano, como “catarse”, transição do momento econômico ao momento ético-político, ou seja, “a elaboração da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”, a passagem da esfera da necessidade à da liberdade, expressando o salto entre determinismo econômico e a liberdade política, que dá origem as novas iniciativas. [...] a ética e a política mediatizam o processo de desalienação ou transição da “classe em si” – da esfera da manipulação imediata do mundo – para a “classe para si” – a esfera da totalidade, da participação na genericidade humana. (IAMAMOTO, 2013, p.98-99).

Dessa maneira, os assistentes sociais dependem de outros meios e recursos para efetivar programas e projetos de trabalho alocados nos organismos empregadores. Em decorrência disto, são distintos os meios e as condições as quais atravessam e realizam o trabalho do assistente social. Conforme Marilda Iamamoto (2013) as normas requisitadas pelas políticas sociais públicas ou as organizações privadas, são decorrentes de relações postas pelos espaços institucionais. A referida autora diz que tais condições são elementos constitutivos para efetivação do trabalho e estes não podem ser percebidos como condicionantes externos desta relação.

Para Mota (2010), ao longo do século XX consequentemente no lapso dos últimos trinta anos, contribuíram para o processo de desenvolvimento capitalista. A autora explica como se dá essa dimensão do trabalho nesta esfera do setor de serviços, cujo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista internaliza as atividades de serviços mediante essa lógica de produção impondo claramente um processo de crescimento e diversos serviços. Ainda segundo (idem, ibidem. 2010), estas configurações do processo de diversificação dos serviços tanto

trazem novas formas de incorporações no contexto do trabalho, quanto sinaliza na atualidade maneiras distintas da recomposição da lógica capitalista de seu caráter tradicional mediante seus setores, tais como: os industriais, os financeiros, os comerciais e os serviços.

No cenário atual os serviços passam a assumir um novo caráter especulativo na órbita da acumulação flexível, pois vem se configurando através de uma postura indispensável frente às diversas mudanças societárias advindas com mundialização do capital financeiro e o processo de reestruturação produtiva, a qual traz rebatimentos contundentes para efetivação da força de trabalho no contexto social da totalidade.

Mota (2010), afirma que existem determinados serviços os quais expressam um valor para reprodução material da força de trabalho, sendo eles objetos de consumo ou coletivo, tais como: saúde, educação, transporte entre outros. Este por sua vez, mantém em si um modo pelo qual se realiza, enquanto um valor de uso. Mota explica que embora os serviços estejam dentro de uma lógica de organização capitalista, estes, preservam seu valor útil de uso perante a ótica da teoria crítica.

[...] mesmo que possam adquirir uma expressão mercantil, em função da natureza das relações capitalistas e da mediação que estabelecem no consumo de algumas mercadorias, os serviços – particularmente aqueles voltados para as necessidades de reprodução material da força de trabalho - não se configuram como uma mercadoria. Estes serviços não representam trabalho social materializado em alguma bem cuja origem e destino estejam presos necessariamente aos atos de compra e venda no mercado, razão maior deles se diferenciarem de uma mercadoria propriamente dita (NOGUEIRA *apud* MOTA, 2010, p.100).

Assim sendo, os serviços dentro da lógica capitalista de produção, passam configurar os efeitos úteis do trabalho em um valor último mercantilista, transformando-o em uma mercadoria pautado no valor de troca. Conforme (BRAVERMAN 1987, p.303-4 citado por Mota 2010, p.100), “[...] os efeitos dos serviços (...) não servem para constituir um objeto vendável que encerre seus efeitos úteis como parte de sua existência na forma de mercadoria [...]”. Para o autor, isso ocorre quando os serviços entram na órbita da circulação o qual deixa de atender uma

necessidade direta aos usuários, acontecendo assim à realização do regime de produção capitalista no âmbito dos serviços.

Em linhas gerais, os desdobramentos que ocorrem no estágio contemporâneo referente ao desenvolvimento do processo de produção capitalista como forma de redirecionar seu modelo de produção tradicional, desencadearam diversos rebatimentos para o contexto cotidiano da vida social.

A partir dos elementos supracitados, podemos dizer que tais desdobramentos trazem apontamentos que atingem os variados níveis da vida social como a exemplo dos diversos segmentos da sociedade civil que “[...] afetam as esferas do trabalho, da produção, da cultura, da vida privada, das práticas do Estado e da sociedade civil e com os quais se defrontam, na atualidade, o profissional do Serviço Social [...]” (MOTA, 2010, p.41). Isso significa dizer que esses desdobramentos afetam não apenas o âmbito da produção material, mas também todo o conjunto da vida social.

No próximo item discutiremos sobre a importância da articulação das três dimensões contidas na instrumentalidade para o exercício profissional do assistente social.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSTRUMENTALIDADE

Para que possamos entender a problemática dos rebatimentos na prática do exercício profissional do assistente social na atualidade decorrente as mudanças no mundo trabalho diante da realidade social, é de suma importância ter a capacidade de utilizar a instrumentalidade para exercício profissional visando dar respostas qualificadas às demandas que apresentam no contexto da vida social. Haja vista, que deve estar pautado a partir das três dimensões constitutivas: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa. E que tais dimensões, devem estar inerentemente conectadas em relação às demais dimensões, por entender que há nelas uma relação de unidade. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar a necessidade de se respeitar suas particularidades para melhor intervir nas finalidades objetivas da ação profissional em sua totalidade.

Guerra (2017, p.50), considera que,

[...] Tais dimensões, dado o nível de complexidade da própria realidade social na qual o assistente social atua, bem como das sequelas da chamada questão social, as quais fornecem os objetos de intervenção profissional, também se complexificam e se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão torna-se capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam [...].

Guerra (2014), afirma que, encontram-se sinais de lacunas e insuficiências sobre a abordagem que tratam das questões voltadas para intervenção do assistente social. Sendo assim, percebe-se a importância de reconhecer que as demais dimensões estão conectadas uma com as outras, embora seja a dimensão técnico-operativa que demonstrem o modo pelo qual se apresentam a autoimagem da profissão.

Assim, podemos entender que é decorrente desta relação que há entre a profissão e a dimensão técnico-operativa que se origina a autoimagem da profissão, sobre esta relação aponta a referida autora,

Não é supérfluo lembrar que a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o Serviço Social atua na reprodução da profissão ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia. O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social (GUERRA, 2017, p. 50).

Dessa forma, o profissional do Serviço Social é requisitado a intervir na realidade cotidiana, por meio do seu exercício prático atuando mediante as diversas demandas das múltiplas manifestações da “questão social” a qual exige a necessidade de respostas prepositivas, criativas e qualificadas para as distintas demandas que se apresentam nos espaços sócios ocupacionais. Portanto, este é um profissional convidado a intervir através da elaboração, implementação, execução e

avaliação de políticas sociais, no intuito de realizar intervenções no sentido de viabilizar direitos.

É na busca de ampliar e viabilizar melhores condições de acesso aos serviços, benefícios e programas oferecidos pelas políticas públicas e sociais, de modo a não favorecer a burocratização do acesso e democratizar as informações a população usuária, que o profissional deve buscar ampliar sua capacidade de articular as três dimensões que compõem a instrumentalidade do Serviço Social para alcançar determinados fins na ação interventiva da realidade social.

Na dinâmica cotidiana do âmbito teórico-operativo configura-se como um campo expressivo de representação da vida social, por esse motivo o profissional do Serviço Social é chamado a intervir por meio de uma ação instrumental, ou seja, um exercer instrumental que dê respostas para além do imediato. Pois, é no espaço do cotidiano que se apresentam as diversas demandas sejam elas, fragmentadas ou pontuais.

Neste sentido, é demandado ao profissional assumir uma postura, a qual ele não passe apenas a ser um mero executor de tarefas institucionais, mas que este faça menção a uma direção social, com clareza dos seus valores éticos e possa também realizar reflexão acerca da realidade para além de como esta se apresenta no imediato da realidade social.

O imediatismo como uma característica própria do cotidiano, que implica na ausência de apreensão das mediações, só pode ser enfrentado através desta via: da apreensão das mediações que constituem os processos sociais e os vinculam a outros, já que estas só se explicam no seu movimento de constituição, na historicidade e na relação com os outros processos que se movimentam numa perspectiva de totalização (GUERRA, 2017, p. 55).

Partindo do pressuposto que o Serviço Social desde sua gênese seja fundamentalmente apreendido por sua característica operativa, é necessário salientar que “[...] o que dá esse caráter instrumental à profissão, para além do espaço que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, é o tipo de resposta dada à sociedade [...]” (GUERRA, 2017, p. 56). Ainda segundo a referida autora, decorrente disso busca-

se respostas que possam intervir na sociedade realizando modificações em diversas dimensões da vida social.

Ainda no contexto do dia-a-dia que se encontra um horizonte propício para realizar-se o pragmatismo, podemos apontar que isso ocorre tanto na prática quanto no pensamento convertendo-se categoricamente. E isto, acontece na dinâmica do contexto em que se apropria da dimensão técnico-instrumental desvinculando-se das demais, torna-se a pedra de toque do pragmatismo.

Sobre esse momento do pragmatismo perante a dinâmica do cotidiano. Guerra (2017) citando Netto aponta que,

Requisita dos indivíduos respostas funcionais às situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficaz - *o que conta* não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o desfecho em si (NETTO *apud* GUERRA, 2017, p. 57).

Deste modo, concluímos que o Serviço Social não deve ser percebido e nem reduzido à sua ação interventiva, pois este possui um significado social e histórico vinculado aos movimentos da própria sociedade. O Serviço Social é uma profissão que incide na dinâmica cotidiana e social, mas que reconhece suas limitações dentro dessa sociedade que produz e reproduz as contradições emergentes do conflito entre capital e trabalho e que refletem diretamente em suas atividades profissionais.

Portanto, o exercício do profissional do Serviço Social não pode e não deve ser apreendido apenas em sua dimensão técnico-operativa, pois ao reduzir a prática profissional ao nível do imediato ele cai na armadilha de reproduzir as propostas que reproduzem a ideologia burguesa. Nesse sentido, podemos dizer que nossa prática é contraditória, pois reproduz as relações sociais capitalistas e burguesas, de modo que as políticas sociais que são nossa principal área de atuação são mecanismo de manutenção da ordem vigente, visto que mesmo quando prestamos informações e viabilizamos direitos, estamos realizando uma prática que condiz com a alienação. Portanto, as políticas sociais não vão questionar a ordem, a divisão social de classes, nem a desigualdade na distribuição de renda.

Desta forma, entendemos que “[...] reduzir a dimensão técnico-operativa ao instrumental técnico-operativo significa, portanto, reduzi-la a um estatuto meramente formal com os ditames da racionalidade burguesa” (SANTOS; FILHO & BACKX, 2017, p. 30).

Em seguida abordaremos sobre a relação entre teoria e prática na atuação do exercício profissional do assistente social.

2.4 A FALSA DICOTOMIA ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Na direção que a nossa argumentação caminha, torna-se importante trazer a discussão à questão da falsa dicotomia entre teoria e prática ainda tão presente entre alguns profissionais do Serviço Social contemporaneamente.

Como vimos, o Serviço Social pode ser concebido como “uma profissão sócio histórica, que atua na realidade humana-social, tendo por objeto de intervenção profissional as expressões da questão social” (MORAIS & MARTINELLI, s.d.). No entanto, é notável que embora se tenha avançado bastante em relação a alguns dilemas carregados pela profissão desde o seu surgimento, ainda podemos perceber que alguns continuam presentes no exercício prático de grande parte do contingente profissional, a exemplo dos ainda tão presentes questionamentos existentes a respeito de como se deva atuar de forma crítica e de modo transformador em um contexto predominantemente conservador, burocrático e alienado ou mesmo como compreender essa realidade tão complexa associando dialeticamente teoria e prática. Martinelli (2009) ressalta a necessidade de o profissional realizar a interpretação da realidade a partir das relações estrutura, conjuntura e cotidiano, pois,

[...] instituem como forma de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela

análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas (MARTINELLI *apud* MORAIS & MARTINELLI, s/d, p.1-2).

De acordo com o exposto podemos assinalar que o profissional ao fazer uma leitura crítica da realidade e conseqüentemente ao interpretá-la, ele adquire a capacidade de montar os mecanismos necessários para uma atuação de forma criativa e crítica mediante a dinâmica posta pelo movimento do real, assim, alcançando uma prática transformadora.

Oliveira (1988), citado por Moraes & Martinelli (*idem*, *ibidem*), chamam a atenção para o fato de que ao analisarmos uma realidade concreta é necessário utilizar alguns instrumentos, pois “as categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações”, e é através dessas categorias dialéticas que o profissional vai aplicar uma direção quanto ao seu exercício profissional, podendo ser crítico ou não.

Nas palavras do próprio Marx *apud* Moraes & Martinelli (s/d, p. 2-3):

“As categorias exprimem formas de modos de ser, determinações de existências”. Portanto, se as categorias são constituídas a partir do seu contexto, significa que elas não são estáticas ou isoladas do movimento da sociedade, pelo contrário, são dialéticas e dinâmicas, pois se realizam a partir do movimento, permitindo assim, a compreensão dos fenômenos concretos.

Tendo em vista esses apontamentos podemos indicar a categoria mediação como sendo a base dessa perspectiva para desvendar o movimento do real de forma crítica. Conforme nos apresenta Moraes & Martinelli (s/d, p. 3), essa categoria faz parte da dialética e possui uma dupla dimensão. São elas: ontológica, que pertence ao real e está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; a outra dimensão é a reflexiva, que busca se nortear por meio da razão para atravessar o plano da imediatez, alcançando a essência, ou seja, buscando através do plano ideal construir mediações que interpretem o próprio movimento do objeto.

[...] o saber que o Serviço Social domina vem de todos os seus conhecimentos teóricos-metodológicos, mas vem também do conhecimento da realidade onde atuamos". É aí que se institui uma particularidade da profissão, no sentido de entender a forma de existência das expressões da questão social a partir da tríade singularidade universalidade e particularidade, entendendo o espaço de intervenção como um campo de mediações que se estrutura sobre determinações históricas sociais constitutivas dos complexos sociais. Relembrando que essa profissão é de natureza interventiva com forte significado social, cujo compromisso é com a construção de uma sociedade humana, digna e justa (MORAES & MATINELLI, s/d, p. 6).

Deste modo, a categoria mediação auxilia na intervenção profissional do assistente social, visto que ela proporciona a interpretação dos fenômenos contidos na sociedade em sua totalidade, considerando que ele sofre influências de todos os seguimentos da estrutura societária. De acordo com Cavalli (s/d, p. 7), esse processo pode ser concebido a partir do campo da singularidade, particularidade e universalidade.

Conforme a referida autora a singularidade refere-se a demandas isoladas e pontuais, ou seja, elas dizem respeito a problemas mais individuais, por isso, cada caso deve ser tratado diferente. Seu enfrentamento não traz efeitos transformadores na vida do indivíduo, pelo contrário, elas apenas respondem às necessidades que possuem um caráter de maior urgência, isto é, as mais imediatas. É por este motivo que a intervenção profissional não deve se restringir a esse campo. A universalidade por sua vez, está relacionada a um campo mais amplo que atinge uma esfera para além do imediato, em outras palavras, é olhar na totalidade a essência dos fenômenos existentes na realidade social. Nesse campo o olhar direcionado ao indivíduo não está mais direcionado a sua culpabilização, mas sim, para busca do que está por trás da situação apresentada pelo mesmo. A particularidade consiste no campo da intervenção profissional do assistente social. Nela deve-se levar em conta, a particularidade da demanda a partir do rompimento da visão aparente compreendendo as manifestações sociais a partir da relação entre o indivíduo e os processos sócio históricos. A atuação profissional aqui não é limitada às necessidades imediatas, mas sim a trazer mudanças transformadoras, através de uma ação profissional crítica, sempre levando conta que embora cada realidade possua características semelhantes, ela sempre se manifestará de forma particular. Portanto, pode-se dizer

que a categoria de mediação serve como mecanismo de interpretação da realidade que auxilia a realização de uma prática transformadora por parte do assistente social.

No entanto, Barroco & Terra (2012) apontam para uma questão pertinente a respeito dos posicionamentos políticos de cada profissional diante de sua atuação:

As ações cotidianas dos assistentes sociais produzem um resultado concreto que afeta a vida dos usuários e interferem potencialmente na sociedade e que nessas ações se inscrevem valores e finalidades de caráter ético. É verdade que essa intervenção ocorre independentemente da consciência individual dos profissionais. Além disso, não existe garantia de que o produto de uma ação conscientemente planejada será objetivado na direção proposta. No entanto, isso não anula o papel ativo da consciência nas ações práticas; portanto afirma que o conhecimento crítico ou a falta dele e o comprometimento político ou a sua ausência podem ampliar ou limitar a materialização da ética profissional, no âmbito de suas possibilidades históricas (p. 32-33).

Neste sentido, importa ressaltar a dificuldade que tais profissionais possuem em relacionar a teoria apreendida nos processos de formação com o cotidiano vivenciado, cheio de determinações e que exige um posicionamento efetivo deste profissional. Infelizmente, muitos profissionais reproduzem a antiga frase de que a teoria não tem relação com a prática profissional, mostrando-se claramente a fragilidade existente em exercer uma conduta crítica por meio da capacidade do desvendamento da aparência para buscar a essência do que está posto na sociedade dinâmica vivenciada.

Sua prática se orienta por diversos referenciais, buscando em sua visão de mundo, em valores pessoais e ou pressupostos dos códigos anteriores a 1986: códigos que já foram superados exatamente por não atenderem às exigências históricas do presente. De formas variadas e por várias razões o CE não é materializado (BARROCO & TERRA, 2012, p. 34).

Nesta perspectiva, as referidas autoras (idem, 33), chamam atenção para o resultado da conduta profissional dos assistentes sociais que desvinculam a teoria da prática dentro das instituições empregatícias, isso tem causado os respectivos comportamentos: a desumanização que reforça o autoritarismo, as discriminações e

o descaso das relações humanas no enfrentamento às expressões da questão social. Deste modo, podemos destacar que tais elementos têm causado rebatimentos brutais no decorrer do atendimento ao usuário.

Diante dessas perspectivas neoliberais que vem ganhando terreno desde a década de 1990 no Brasil, podemos observar nitidamente a composição desse quadro conjuntural, visto que as exigências institucionais têm imposto cada vez mais respostas imediatas, mecânicas e corporativistas dos profissionais, o que tem colaborado para a limitação da articulação de estratégias no enfrentamento às expressões da “questão social”, rebatendo na capacidade teórica de compreensão reflexiva da realidade social.

Dessa maneira, percebemos que tanto a intervenção profissional é mediatizada por concepções elaboradas pelo próprio assistente social que podem tomar diferentes posicionamentos, como também podemos perceber a dificuldade na compreensão e operacionalização dos valores contidos no projeto ético-político profissional⁴, não lhe conferindo materialidade. Barroco e Terra (2012, p.35), trazem na discussão citada alguns apontamentos acerca do sentido da materialização dos valores propostos pelo Código de Ética e a sua importância para exercício profissional do Assistente Social.

O CE é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: *ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto* (BARROCO & TERRA, 2012, p.35, grifos do autor).

É importante sinalizar que as possibilidades e limites impostos pela conjuntura se mostram persistentes, por isso é importante atentarmos para o fortalecimento da

⁴ O PEP exigiu uma nova postura ética, novos valores e referências teóricas e a reformulação das principais referências para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional: as disciplinas de Ética e de Fundamentos Filosóficos dos currículos de Serviço Social, o CE e a Lei de Regulamentação da Profissão. Principalmente fez-se necessária a sistematização teórica de uma ética profissional fundada na teoria social que influenciou fortemente o PEP em sua origem: a teoria social de Marx (BARROCO; TERRA, 2012, p. 42).

intervenção profissional baseada pelos pressupostos incluídos no Código de Ética, assim como em todo o Projeto Ético Político. Torna-se necessário salientar que mesmo que sua materialização hoje seja um desafio constante, devido às condições postas nessa quadra histórica, não podemos recuar na ação crítica e condizente com os valores e com o compromisso ético-político que norteia a profissão.

Além das questões ético-políticas, é importante enfatizar também a materialização das ações profissionais baseadas nos pressupostos teórico-metodológicos pelos quais o profissional se utiliza de um conjunto de conhecimentos, informações e formas de conceber a realidade, associando as habilidades e técnicas que norteiam o seu fazer profissional.

Sobre esta questão, Guerra (2014) situa o Serviço Social antes e depois da aproximação com a tradição marxista, dizendo:

[...] Essas ações referenciavam-se teoricamente a construções que, ao serem tomadas de ciências sociais particulares (psicologia, Direito, Administração, sociologia), eram transformadas em técnicas e aplicadas às situações imediatas. Assim, temos para o Serviço Social a “teoria de resultados”, cujo valor residia em fornecer respostas à intervenção profissional. Com a aproximação dos profissionais às teorias macroscópicas especialmente de tradição marxista, as preocupações transcenderam o universo da prática profissional e firmaram-se sobre a estrutura, a conjuntura e os contextos nos quais a intervenção se realizava [...] (p. 55).

Ou seja, o que se pretende dizer é que antes da aproximação dos assistentes social a tradição marxista, a intervenção profissional era realizada de forma imediatista voltada para uma teoria positivista, no entanto com aproximação da tradição marxista as ações interventivas passaram a ser viabilizadas por meio de uma perspectiva embasada na processualidade histórica e no olhar para além da aparência, buscando apreender a essência do que estava posto na realidade social.

Ainda segundo a autora essa mudança no eixo de análise a respeito da prática profissional é a responsável para muitos por provocar as possíveis lacunas existentes no interior da profissão ou ainda a “defasagem entre as elaborações teórico-metodológicas e a intervenção profissional” (Guerra, 2014, p. 55).

Guerra (2009) aponta sobre a questão relevante da natureza investigativa na atuação do profissional do Serviço Social na atualidade, tendo em vista as mudanças

nas relações de trabalhos e entre outras necessidades, impondo o requerimento deste profissional está preparado tanto ao que diz respeito à questão política quanto ao que se refere ao aporte de uma teoria social crítica-metodológica a qual viabiliza o caminho para a realização de uma leitura crítica para além do que se apresenta no plano imediato do contexto da vida social.

Sobre essa questão de não tão somente o profissional está munido da dimensão política e da direção social nos espaços sócio ocupacionais aponta a referida autora,

[...] o redimensionamento dos espaços profissionais, das demandas e respostas, do que depende, essencialmente, mas não exclusivamente, da escolha dos aportes teórico-metodológicos aliada à capacidade política de estabelecer estratégias socioprofissionais adequadas. Explicita-se, então, a dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional bem como se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa de grande parte das competências profissionais. Na relação dialética entre investigar e intervir, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, os conhecimentos teórico-metodológicos, os saberes interventivos e procedimentais constituem-se componentes fundamentais (SANTOS *apud* GUERRA, 2009, p.4).

Assim sendo, embora que a investigação e a intervenção sejam elementos de naturezas distintas emanam dialeticamente o caráter pelo qual a profissão apresenta categoricamente nas atribuições e competências da profissão. Dessa maneira, a dimensão investigativa e a pesquisa assumem uma parte indispensável para o exercício prático do assistente social. Por esse motivo, se torna imprescindível o conhecimento investigativo sobre o dia-a-dia realizado pelo indivíduo social que ao investigar o resultado da sua prática contribuem para a interpretação e melhoramento do conjunto da vida social na realidade. (idem, p.5) considera “[...] a realidade se nos apresenta como campo no qual se exercita a intervenção prático-material. Deste campo, derivam-se a intuição e o saber imediato”.

Decorrente dessa necessidade dos homens produzirem conhecimentos ou investigar sobre determinados aspectos, entende-se que sempre haverá algo a que nos motive indagar, isto, necessariamente não significa dizer que toda pesquisa científica pode ser considerada conhecimento teórico.

Destaca a autora sobre essa relação distinta da produção do conhecimento perante a pesquisa,

Intuitivamente, estamos sempre investigando. Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empíria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração. Mas nem toda investigação pode ser considerada uma pesquisa científica e nem todo conhecimento é teórico (SANTOS *apud* GUERRA, 2009, p.7).

Desta forma, podemos concluir que para fazer pesquisa é necessário que se tenha disciplina, compromisso e preparo. Como foi aludida anteriormente na discussão toda pesquisa não pode ser considerada como conhecimento teórico, nesse sentido, se torna importante ressaltar que a pesquisa deve seguir determinados requisitos tais como: métodos, técnicas, sistematização e outros elementos que direciona o caminho que deve ser percorrido no decorrer da pesquisa.

Há ainda a questão da concepção relacionada ao fazer profissional a qual segundo Guerra (2014, p. 57), desde a década de 1970 vem se concebendo como um dos dilemas intelectuais da profissão, “tendo como base de sustentação uma concepção de Serviço Social como disciplina de aplicação de conhecimentos ou tecnologia social, de forte cariz racionalista”. E é a partir da combinação dessa perspectiva que vem se imprimindo para muitos profissionais o sentido da teoria e a prática. Muitas vezes sendo concebidos a partir dos modelos interventivos mecânicos, sem proatividade, através de ações semelhantes.

Faz-se ainda importante mencionar a questão das possibilidades e limites impressos a profissão, tanto devido aos ranços conservadores que ainda acompanham a trajetória profissional como na correlação de forças existentes nas instituições de atuação dos profissionais. Estas últimas muitas vezes não oferecem condições objetivas para a realização do trabalho, impossibilitando a viabilização dos objetivos profissionais, muitas vezes divergentes dos objetivos institucionais.

[...] as condições nas quais a intervenção profissional se processa são as mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigências pelo desempenho de funções que muitos se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro

profissional, se propõe a realizar; baixos salários; altos níveis de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído a questões sociais é fragmentado, casuístico, paliativo. Desse modo, as condições objetivas colocadas à intervenção profissional não dependem apenas da postura teleológica individual dos seus agentes e de seus instrumentos de intervenção. A própria lógica que move a ordem burguesa, pela fragmentação e abstrações que produz e a sustentam, constrange qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutre. Porém, as atividades dos indivíduos são teleológicas e por isso o “fato subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes modificador e, por sua vez, até mesmo decisivo” (Lukács, 1978, p. 11) e neste sentido compete-nos atuar em direção do estabelecimento das condições materiais necessárias a uma intervenção profissional que supere a prática burocrática, imediatista, reformista (GUERRA, 2014, p. 61).

Assim, torna-se imprescindível o entendimento por parte do profissional do serviço social sobre duas questões: a primeira refere-se ao seu papel, enquanto agente chamado a intervir nas relações antagônicas da realidade social, o qual de acordo com os pressupostos da profissão volta-se aos interesses da classe trabalhadora, deste modo direcionando-se suas práticas de ação em defesa dos direitos e na ampliação da cidadania. E a segunda refere-se ao fato de que é possível atuar em meio às limitações colocadas à intervenção profissional. Portanto, o profissional deve ser criativo e astuto, utilizando o conhecimento adquirido no seu processo de formação e constante capacitação tanto nas requisições profissionais quanto pelo conhecimento do público alvo atendido, tentando reverter os entraves postos na realidade social ao seu favor, ou seja, priorizando as suas finalidades enquanto profissional.

Desse modo, Guerra aponta:

Tais demandas exigem do profissional a criação e recriação, tanto de categorias intelectivas que possam tornar compreensíveis às problemáticas que lhe são postas como de intervenção nos sistemas de medições que possibilitem a passagem da teoria às práticas (GUERRA, 2014, p. 68).

Outra questão que não pode deixar de ser salientada é o fato de que embora cada profissional possua um modo de ver o mundo e as relações sociais contidas nele

através da sua subjetividade, o mesmo deve levar em conta que essa subjetividade individual não deve ser confundida por ações livres de racionalidade ou criticidade mediante sua intervenção nas expressões da “questão social”, incorporando o reflexo da realidade através de percepções simplórias, como já foi bem salientado ainda pouco. Bem ao contrário, este profissional deve buscar a apreensão do movimento do real, buscando a compreensão da sua essência, orientando-se pelo projeto ético político diante dos desafios diários.

Nessa direção, discutiremos no próximo capítulo sobre a Política de Assistência Social no Brasil e sua consolidação enquanto política pública de direito bem como a precarização das condições de trabalho do assistente social na Proteção Social Básica.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo apresentará um resgate histórico, de modo breve, demonstrando como a Política de Assistência Social se consolidou a partir dos seus respectivos marcos legais e sua implementação enquanto política social de direito, demonstrando, na sequência, de que maneira a Política de Assistência Social no Brasil tem ampliado seu papel compensatório e como, atualmente, vem refuncionalizando esta dimensão. Servindo de mecanismo da relação capital/trabalho mediante a ofensiva neoliberal nos dias atuais.

Ressaltaremos ainda, de que maneira tais ofensivas tem rebatido de modo contundente no âmbito das condições de trabalho do assistente social. Em detrimento de isso destacar as mudanças que ocorreram no processo de organização, nas relações e vínculos no mundo do trabalho. Posteriormente direcionaremos a discussão a implementação da Proteção Social Básica no município de João Pessoa.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A política de Assistência Social perpassou por um contexto de grandes desdobramentos, de lutas e conquistas, como também por grandes níveis de descaso até se consolidar como direito do cidadão e dever do Estado.

Conforme a LOAS (1993 Art. 1º)

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

. Mediante a tais processos torna-se importante sinalizar, neste item alguns pontos históricos que demarcaram a Política de Assistência Social antes de sua legalidade enquanto Política Pública.

A Assistência Social, em sua gênese, era aplicada como agente de assistencialismo aos pobres, voltando-se aos segmentos mais vulneráveis. A pobreza neste contexto significava uma fatalidade e a assistência muitas vezes era deixada a iniciativas da igreja que desempenhava ações filantrópicas. O Estado por sua vez, concebia a mesma por meio de ações clientelistas, pontuais e ao lado de instituições privadas e religiosas.

Vale salientar que nesse período a “Questão Social⁵” era vista como “caso de polícia”, uma vez que ela era concebida de forma moralizante e individual e tratada de maneira coercitiva pelos aparelhos repressivos do Estado.

Mas é na primeira metade dos anos 1930, que a *questão social* se inscreve no pensamento dominante como legítima, expressando o processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO *apud* MDS, 2008, p.89).

A partir de 1930 a classe trabalhadora conduziu a “Questão Social” ao centro da agenda pública. A classe proletária juntamente com suas reivindicações e mobilizações acerca da “questão social” conseguiu desempenhar um papel motivador de medidas como forma de pressionar o Estado para que o mesmo oferecesse uma maior proteção ao segmento da classe trabalhadora e a sua família. Isso simbolizou o fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas que resultou em resposta aos movimentos de revoltas sociais. Este processo de luta da classe trabalhadora deu legitimidade à “questão social”, que posteriormente foi um grande impulsionador para que as primeiras políticas sociais fossem constituídas.

No Brasil as primeiras iniciativas de políticas sociais se deram partir do processo de industrialização com o governo Vargas em 1930, mediante a luta dos trabalhadores e das expressões da “questão social” que se intensificaram paulatinamente em decorrência das relações engendradas entre capital e trabalho.

⁵ A Igreja Católica é a primeira instituição a reconhecer a existência da Questão Social.

Deste modo, foi a partir desse momento que o Estado passa a realizar atuações mais representativas referentes ao âmbito social, contudo, foram realizadas de maneira ainda muito fragmentada, de caráter paternalista, populista e repressor. Vale ressaltar ainda, que o Estado Novo representou um grande retrocesso para as políticas sociais como resposta a necessidade do processo de industrialização.

A Constituição de 1937 coloca que o trabalho é dever de todos (art. 136), o que implica crime o não-trabalho. Assim, como que num movimento de punição, define que não merece garantia de atenção aquele que não trabalha e não produz (MAESTRINER, 2001, p. 90).

Assim, a proteção social passa a ser reconfigurada como uma espécie de acordo entre as categorias de trabalhadores formais⁶ e o capital, restando a desproteção para a classe operária que não possuíam vínculos empregatícios sólidos e tão poucos perspectivas de classe organizada. Este por sua vez, é o segmento que maior sofreu os impactos das penalidades que foram desenvolvidas por meio das ações sociais fragmentada, clientelistas, seletivas e filantrópicas.

Do ponto de vista estatal, a atenção para esses segmentos vai basear-se numa lógica de benemerência, dependente de critérios de mérito e caracterização pela insuficiência e precariedade moldando a cultura de que “para os pobres qualquer coisa basta”. Dessa forma o Estado não apenas incentiva a benemerência, mas passa a ser responsável por ela, regulando-a através do Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS (criado em 1938 mantendo a atenção aos pobres sem a definição de uma política e não acompanhamento dos ganhos trabalhistas e previdenciários, restritos a poucas categorias) (MAESTRINER *apud* MDS, 2008, p. 91).

Nesse sentido, podemos salientar que o Estado além de estimular a benemerência, ele passa a ser o responsável pela sua disseminação, regulando esse processo por meio do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), conservando através desse processo uma percepção aos segmentos mais pobres sem que

⁶ São as categorias que tinham mais importância para o desenvolvimento e amadurecimento do modo de produção capitalista.

houvesse o estabelecimento de política, e ao mesmo tempo sendo ausente quanto à questão da gestão e monitoramento dos gastos trabalhistas e previdenciários, os quais poderiam ser considerados através de uma forma limitada a algumas categorias.

Somente em outubro de 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) irá intitular-se como sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para congregar as organizações de caridade e filantropia, cujo às ações eram voltadas a benemerência e assistencialismo sem qualquer perspectiva de direito⁷. A LBA será a primeira instituição, com abrangência nacional, a qual surge para atender as famílias dos pracinhas brasileiros enviados à guerra ampliando suas ações a atender aos vulneráveis. Iamamoto & Carvalho (2011, p. 265) apontam que o objetivo da referida instituição era o de “[...] prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra [...]”. Tal instituição logo será financiada pela esfera governamental e também com o apoio das grandes representações corporativas do setor industrial e comercial do país.

Vale ainda destacar a relevância da LBA para a institucionalização do Serviço Social brasileiro nesse contexto, pois a instituição contribuiu para,

[...] a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os *princípios* do Serviço Social, e consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de *trabalhadores sociais* (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 267).

Porém, para a área social pouco mudou, visto que a LBA se espalhou pelo país como a criação das comissões municipais estimulando o voluntarismo feminino. O modelo social baseava-se no Conselho Nacional da CNSS a qual não era ainda visto como perspectiva de direito.

Segundo (idem, ibidem), No governo Vargas foi criado o Ministério do Trabalho, da Indústria, do Comércio e houve a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) assim,

⁷ Essa conjuntura foi marcada pelo primeiro damismo, cujas ações eram coordenadas pela primeira dama Darcy Vargas que por sua vez, desenvolvia ações assistencialistas. Ou seja, as ações eram desenvolvidas pelo favor, clientelismo e sob uma perspectiva moral e coercitiva.

como também surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que serviam como sistema de Previdência Social, fundado sob a lógica corporativista, tendo fator determinante a contribuição para o acesso ao benefício, isto é, voltando-se para trabalhadores do mercado formal. Esse processo do surgimento das diversas instituições se deu mediante a pressão popular que começaram a reivindicar melhores condições de vida e ampliação da cidadania, sendo necessário o Estado permitir a mobilização e a organização como forma estratégica de mediar os conflitos e ceder algumas reivindicações da classe trabalhadora urbana, no intuito de controlar a revolta popular a qual prejudicaria de forma direta o desenvolvimento econômico e a esfera política. “[...] A pressão pela ampliação da cidadania social torna necessário algo como uma negociação periódica de um contrato social, [...]” (ide., *ibidem*, p. 252).

Sendo assim, essa legislação significou uma mínima proteção para o trabalho, isto porque ela se encontra fundada a princípio sujeita a vinculação da classe operária a esfera do Estado, resultando em abrir mão de um projeto político e social. Ainda segundo, Iamamoto & Carvalho (2011), em decorrência disso há a quitação da Aliança Nacional Libertadora nos anos de 1935 acontecendo assim, à desarticulação da classe trabalhadora seguido da repressão que se dão mediante o golpe de 1937. Desse modo, os sindicatos vão redirecionar suas funções se transformando em agências auxiliaadoras do Poder Público. Sobre essas transformações sindicais mediante a cooptação do Estado. Os autores esclarecem que:

A descaracterização das funções históricas dos sindicatos – a substituição das mobilizações e lutas, que são proibidas, por mecanismos burocráticos que consistem essencialmente em pleitear favores juntos à burocracia do Estado – faz com que este deixe de interessar ao proletariado como instrumento de defesa de seus interesses comuns, assistindo-se de acelerado esvaziamento dessas entidades. Se esse processo, por um lado, favorece o aumento da taxa de exploração, cria por outro lado, um vazio político perigoso (Id., *ibid.*, p. 253).

Deste modo, tais instituições sociais e assistenciais vão transformar-se em instrumentos tanto de controle social quanto político dos segmentos da sociedade menos favorecidos, conservando também o modo de produção. Isto se dá tanto pela via dos resultados econômicos como pelo desaparecimento dos conflitos sociais vigentes daquele contexto. Estas foram às condições adotadas pelo Estado para criar

suas estratégias mediante o processo de deslegitimação das lutas reivindicatórias, políticas e o desconhecimento do movimento operário enquanto classe social.

Para Behring & Boschetti (2011), sabemos que desde o início do processo de formação social brasileiro, a implementação do capitalismo no país ocorreu de maneira transitória sendo marcada por traços do dinamismo do mercado interno, decorrendo disso, qualquer possibilidade de expansão no interior do país. Assim sendo, os interesses do capital estrangeiros e internos agregaram e sustentam a natureza da autocracia do exército político. Com isso, os diferentes segmentos da intra-elite foram aceitos, mas qualquer mobilização que viesse da classe subalterna em busca de representação política dentro dessa ordem era percebida como algo inadmissível nesse país.

No Brasil a consolidação da dominação burguesa aconteceu de modo conservador, principalmente ao que diz respeito ao autoritarismo a classe trabalhadora, marcada pela repressão entres outras tantas imposições impostas pela elite dominante. Tendo em vista, que na raiz histórica do processo de formação social da sociedade brasileira esta sempre esteve atrelada a um caráter antidemocrático, sendo funcional e aberta apenas aos interesses da classe dominante.

Sobre esse processo de predominância da elite burguesa na representatividade da arena política e deste modo de produção capitalista permitir ganhos amplos na esfera societária aponta, (FERNANDES 1987:212 citado por BEHRING & BOSCHETTI):

[...] no contexto do difícil capitalismo dependente, o horizonte histórico da burguesia brasileira dificilmente seria/será suficientemente amplo, no sentido da realização de uma revolução nacional e democrática.

Berhring & Boschetti (2011), afirmam que ao realizar algumas pesquisas sobre a formação social brasileira, buscou identificar as características estruturais, precisamente sobre a política social no país. Segundo as mesmas, a primeira constatação ao que diz respeito ao surgimento da política social no Brasil e que não ocorreu no mesmo tempo histórico dos países de capitalismo avançado. Haja vista, que no Brasil durante o período escravocrata do século XIX não ocorreu uma radicalização das lutas operárias no sentido do reconhecimento de sua cidadania

social, com representações fortes e político-partidárias. Decorrente disso ocorreu à criação dos direitos na sociedade brasileira que foram resultado da luta de classe imposta pelo bloco dominante. Se por um lado os direitos sociais principalmente os trabalhistas e previdenciários fazem parte da agenda reivindicatórias dos movimentos e mobilizações da classe operária. Por outro, serviam como meio de garantir autenticidade da elite burguesa neste âmbito de cerceamento de direitos políticos e civis.

Segundo Behring & Boschetti (2011), Na década de 1945, Getúlio Vargas perde seu mandato e começa um novo cenário no país depois de 15 anos de gestões, mediante a desordem econômica, políticas e sociais. O Brasil a partir desse momento deixa de ser um país desurbanizado, tendo em vista, uma parcela considerável, embora ainda tenha suas bases voltadas para o setor agrário-exportador que continua forte nesse período, tendo o segmento do movimento operário e civil com representações organizativas e maduras. Sendo assim, a constituinte de 1946 se configurou através de um perfil dos mais democráticos do Brasil, a exemplo do que significou esse momento foi à retirada do Partido Comunista da ilegalidade.

Sobre como se configuraram as novas correlações de lutas nesse período as autoras destacam que,

O período 1946- 1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes. A burguesia brasileira encontrava-se muito fragmentada e a maior expressão disso eram suas organizações político-partidárias, divididas entre a União Democrática Nacional (UND), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Idem, 2011, p.109).

Ainda (Id., ibidem) diante de tais reposicionamentos de correlações de forças políticas e de outros segmentos da sociedade e de uma enorme disputa de projetos os quais se encontravam com as condições objetivas em efervescência mediante o processo de desenvolvimentismo voltado para substituição de importações. Tendo como principal característica desse período intitulado como Nacional Desenvolvimentismo, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek que propagava o crescimento no país de 50 anos em 5. Com isso, tal processo dá um enorme salto para o setor econômico capitalista colaborando para o aguçamento dos

diversos movimentos dos segmentos da sociedade brasileira, dando margem para expansão do movimento operário e uma maior aglomeração da mesma, no sentido que a partir desse momento a classe trabalhadora já se reconhece enquanto classe para si e possui maior representação na base organizacional.

Aliado a isso, acontecem à ampliação significativa dos conflitos na área urbana ao que diz respeito às Ligas Camponesas, em detrimento de não haver nem uma reforma agrária nas bases concentradas de terra no país. Decorrente disso expandia também os estratos médios urbanos a destacar os movimentos estudantis que reivindicava por direitos relacionados ao ensino superior. Assim, é neste contexto complexo que se apresenta a política social em detrimento de um processo moroso e seletivo tendo como expressão disso a desarticulação entre elas. Desse modo, configura-se no país um período de grande instabilidade nas bases institucionais na sociedade brasileira.

Em suma, Historicamente, as mobilizações da sociedade civil receberam diferentes tratamentos. No período anterior a 1930, os movimentos sociais eram tratados como “caso de polícia”, com forte repressão. As manifestações ocorridas no período de 1930 a 1964 ficaram conhecidas como populismo e elas reivindicavam a reforma de base e melhores condições de vida para a classe trabalhadora do campo e da cidade. Antes de 1964, com alguns setores sindicais e a esquerda tradicional, o Estado passou a intervir na relação capital e trabalho, de maneira fragmentada e seletiva, deixando de fora os trabalhadores rurais e os do setor informal.

No Brasil em março de 1964, instaurou-se o processo do golpe ditatorial, que durou 20 anos e marcou a sociedade brasileira de maneira contundente e regressiva, principalmente ao que tange o âmbito político, cultural e social, tendo em vista, sua determinação autoritarista. Segundo Faleiros:

[...] no contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (*apud* BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Ao mesmo tempo em que as políticas públicas eram impulsionadas, por outro lado ocorria de modo restrito ao que se diz respeito à questão do acesso, e isso se dava como meio de garantir a legitimidade no período ditatorial militar no país. Pois se alargava os espaços para variados segmentos das políticas tais como: a saúde, a previdência e a educação privada, porém esse processo se dava de modo restritivo para o segmento da população que mais necessita, ou seja, não se imprimia as políticas sociais como direitos a todos. Com isso, esse período se configurou através de um papel dualista em relação ao acesso às políticas sociais. Isto é,

[...] para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para as políticas sociais e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do *Welfare State* europeu. Outra herança é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo – assistencial – industrial – tecnocrático – militar (FALEIROS *apud* BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.137).

Conforme Behring & Boschetti (2011) deste modo, podemos ressaltar que o Brasil durante a ditadura militar pós-64 vivenciou mais um processo de modernização conservadora através de uma perspectiva de desenvolvimento nacional que tinha como característica marcante o processo industrial e urbano, a modernização do Estado brasileiro e com ampliação das políticas sociais no país.

No entanto é importante ressaltar o processo contraditório que a ditadura apresentou, principalmente em relação ao chamado milagre econômico, tendo em vista, que neste período a economia brasileira cresceu em níveis altíssimos em praticamente todos os setores, com isso se pregava melhores condições de vida a todos, o que de fato não aconteceu, haja vista que esse processo trouxe maiores benefícios para a classe burguesa do que para a classe trabalhadora.

Deste modo, podemos dizer que o caráter contraditório se dá pelo fato de que o crescimento econômico deveria garantir benefícios para todos, quando, no entanto nesse processo quem mais se beneficiou foi à classe dominante que teve maior apoio por parte do Estado para atestar seus interesses, enquanto que para a classe trabalhadora foi estimulado pelo governo um “crescimento da oferta de postos de trabalho” como forma de benefícios, mas sobre isso, podemos dizer que de modo

algun beneficiou a classe operária, pois na verdade quem se favoreceu foram as empresas multinacionais que aqui se instalaram, obtendo benefícios tanto em compra de matéria prima como em relação a força de trabalho barata, além da isenção fiscal, já que o governo mantinha os salários sempre a baixo custo, mantendo a classe trabalhado reprimida sem possibilitar qualquer reivindicações por melhorias salariais. Neste sentido, é por esse motivo que tal processo pode ser considerado contraditório principalmente para o proletariado, pois se por um lado se teve ganhado como o “aumento dos postos de trabalho”, por outro as condições dessas formas empregatícias se manifestaram precarizadas. “O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora”. (CASTELO & RODRIGO, p. 621).

O suposto milagre econômico teve seu fim em 1973, decorrente de vários fatores que contribuíram para o seu esgotamento, como processo de mobilização das classes populares o qual foi um importantíssimo indutor, com a crise do petróleo e em sequência se teve a recessão econômica que atingiu toda economia do mundo, essa recessão atravessou toda década de 1970 e perdurou até o fim da década de 1980 sendo conhecida como a década perdida devido aos baixos índices de crescimento econômico. Entretanto no fim da década de 1970 segundo Behring & Boschetti (2011, p. 15) aponta que,

[...] A crise da ditadura-crise econômica já a partir de 1974, com índices de esgotamento do “milagre brasileiro”, mas também política, com a emersão de uma sociedade civil mais complexa, que inclui uma classe trabalhadora organizada e concentrada, com uma agenda de lutas democráticas [...]

Neste sentido, a década de 1980, para o âmbito econômico foi concebida como a década perdida, porém para o social é um momento de sua maior ascensão principalmente porque neste período se teve a criação da Constituição Federal de 1988 que se configurou como uma enorme conquista, dando as políticas sociais um viés democrático, sob uma direção de cidadania e direitos. Este processo contou com a ampla participação do povo para a elaboração da carta magna. Porém, há de sinalizar que apesar da perspectiva de redemocratização e universalidade que está presente na constituição, ela não tem combinado com o neoliberalismo econômico

porque ele confronta esses ideais, tendo em vista que a década referente a 1990 foi o período de maior abertura para a inserção das políticas neoliberais, que inflexionaram a sociedade a seguir a lógica capitalista de mercado, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

As privatizações dos setores públicos foram importantes indutores das estratégias capitalistas, pois elas restringiram o acesso aos benefícios de modo que obrigou os cidadãos a consumirem desses setores, ou seja, as perspectivas de cidadãos de direito foram substituídas pelos cidadãos consumidores, e os pobres passaram a ser assistidos por meio de políticas compensatórias e de cunho focalizado, fragmentado, pontual e seletivo.

A conjuntura econômica e política do período, cujos ajustes macroestruturais, determinados pela inserção subalterna do Brasil na economia internacional, ocasionaram os arranjos da reestruturação capitalista, implicando na reestruturação produtiva, nos rumos das políticas econômica, na reforma do Estado e, enfaticamente, nas injunções dos organismos financeiros internacionais que impuseram a contra- reforma sociais de cunho neoliberal (MOTA, 2010, p. 139).

Nesta direção, podemos afirmar que as políticas sociais desde a década de 1960 vêm sofrendo transformações ocasionadas pelos redirecionamentos político-econômicos engendrados no interior da nossa sociedade sobre influências do capital internacional. Porém, é importante salientar que, aderiu-se principalmente desde a década 1990 o perfil de mercantilização no âmbito das políticas sociais, principalmente no que toca a questão do tripé da seguridade social- pois as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social passam a assumir um papel direcionado às inflexões da ideologia neoliberal, ou seja, se desprende do seu real sentido que seria voltada à garantia dos direitos aos cidadãos- atingindo frontalmente reprodução da vida social digna.

Resta salientar, que o assistente social tem um papel fundamental para a participação da elaboração das políticas sociais, para o seu gerenciamento, para a formulação e implementação de programas sociais e para a sua excursão. Sendo assim, podemos dizer que nos dias atuais a política social tem servido como mecanismo de enfrentamento da “questão social” que é objeto de trabalho do assistente social. Nesse sentido, faz-se necessário compreender os desdobramentos,

desafios, o marco legais e os traços da implementação da assistência social enquanto Política que faz parte do tripé da seguridade social no país ao lado das políticas de saúde e previdência Social.

Como visto até aqui, historicamente a Política de Assistência Social foi marcada por um processo de desproteção aos segmentos de maior vulnerabilidade social, permeada por forte caráter assistencialista. Apenas com o marco da chamada Constituição Cidadã de 1988-C/F é que a mesma passou a ser vista por outro ângulo: o da proteção social e garantia de direitos.

Deste amplo movimento resultaram conquistas quanto aos direitos sociais, visto que a assistência social passou a ser assegurada de fato pela referida Constituição, normatizada pela Lei Orgânica da Assistência (LOAS) de 1993, regulamentada pelo Governo Federal com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005. E para garantir o acesso dos serviços e benefícios a população usuária, conformando uma política de assistência social pública o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) implantou um novo modelo de gestão para excursão dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais, do SUAS.

Tais conquistas são caracterizadas como arcabouço legal da Assistência Social e vem sendo executado, de modo a dar maior suporte a Política Nacional de Assistência Social, propiciando com isso uma melhoria na efetivação dos serviços ofertados aos usuários. Em outras palavras, ela passa a ser representada como um valioso mecanismo para uma possível universalização dos direitos sociais para quem dela precisar.

Segundo o MDS:

O que antes era visto como coisa de pobre passou a ser visto com questão de todos, como responsabilidade do Estado que passou a reconhecer pela primeira vez a assistência como direito de todos, e quantos aqueles que não contribuíam para a previdência passaram a receber o benefício que tornou-se gratuito (2010, s/p).

Mediante a tais apontamentos históricos e conforme Rezende; Cavalcanti (2009, p.86), podemos sinalizar que esse processo teve um papel importantíssimo

para a construção da cidadania, posto que a partir dele a assistência social passou a ser reconhecida como política social pública não contributiva e universal. Em detrimento a isso, cabe a Assistência Social enquanto Política de Proteção Social, a tarefa de aglutinar as demais políticas sociais como forma de viabilizar o acesso.

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Art. 203 estabelece que esta política tenha por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover manutenção ou tê-la provida por sua família (BRASIL, 1988).

Com base nisso, a assistência social do ponto de vista legal incorporou um novo sentido a si, possibilitando o acesso da população às demais políticas sociais, garantindo a melhoria das condições de vida e estimulando o exercício da cidadania. No entanto, não podemos esquecer que o desenvolvimento desse processo se deu de forma lenta, ressaltando ainda que, até os dias atuais sua efetivação ainda não se deu de forma concreta através do caráter de Proteção Social. A assistência social ao estar inserida no sistema de Seguridade Social, vem se colocando como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária democrática e de responsabilidade do Estado. Posto que, a realidade histórica do trabalho filantrópico, assistencialista e clientelista, ainda permanece enraizada na cultura política do país, sobretudo no que tange às classes subalternas.

Conforme esclarece Yasbek (2008)

Isso significa que, apenas dois inegáveis avanços, permanecem na Assistência Social brasileira, concepções e práticas assistencialistas, clientelista, primeiro damismo e patrimonialistas. Décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das Políticas Sociais e especialmente da Assistência Social aos mais pobres em nossa sociedade (p.81).

A inserção da Política de Assistência Social sob a ótica das políticas universais perpassou por um grande processo de lutas para que a proteção social se efetivasse

no campo do direito. Nesse sentido, torna-se importante salientar que esse cenário persiste até os dias atuais como um grande desafio para a Política de Assistência Social.

A Lei Orgânica da Assistência Social, também conhecida como LOAS, foi outro fator importante para a sua normatização. (MSD, 2010. p, 4) Ela é responsável pela regulamentação de aspectos contidos na Constituição Federal e pela gestão das normas e critérios que regem a organização da assistência social.

A LOA a partir de sua normatização começou a estabelecer as competências no nível das três esferas governamentais: estadual, municipal e federal, visando garantir a efetivação do controle social com suas competências pré-estabelecida, sua tarefa portanto, seria efetuar as ações voltadas para Política de Assistência Social. E com a I Conferência Nacional da Assistência Social, os Estados e Municípios começaram a desenvolver estratégias para melhor viabilizar a implementação da LOAS.

Vale ressaltar que o processo de construção e aprovação da LOAS foi acompanhado de tensões posto que o projeto original não foi aprovado, vindo a sofrer inúmeras alterações que deformaram, em muitos aspectos, a proposta original que contemplava as históricas demandas da sociedade por Assistência Social. São indicativas desse processo, a concepção de mínimos sociais e a condicionalidade de renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para acesso ao Benefício de Prestação Continuada- BPC (MOTA, 2010, p. 187).

Diante disso, pode-se destacar que embora a LOAS tenha representado um grande avanço para a Política Nacional de Assistência Social, no entanto seu processo de implantação representou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação comprometendo o princípio da universalidade e a continuidade das ações.

Segundo Souza (2009), para fomentar as ações, a partir de 1998, a Lei nº 9720 acrescenta a obrigatoriedade de Estados, Municípios e Distrito Federal comprovarem a existência de recursos próprios, nos respectivos orçamentos para a assistência social. No entanto, estas imposições não representam um dever da respectiva política, mas serve como caminho para potencializar a participação da população na esfera pública e para incentivar a sua organização enquanto classe.

A Loas inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo [...] ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social. Como política de Estado passa ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidade sociais dos segmentos mais pobres da sociedade, configurando-se também, como estratégia fundamental no combate à subalternidade econômico, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. Assim, cabe a Assistência Social ações, prevenção e provimento de um conjunto de garantia ou segurança que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidade sociais (SPOSATI *apud* YAZBEK, 2004, p. 95).

Nessa mesma direção afirma Yasbek (2008 p.9) *apud* Yasbek (2005) a LOAS imprimiu uma nova compreensão da assistência social, a partir do avanço que possibilitou a passagem de sua tradição de não política para o âmbito da política pública.

Entretanto cabe ressaltar que a implementação dessa mudança fundamental a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas sim, mantendo uma relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e gestão compartilhada com a sociedade civil e controle.

Mediante a tais apontamentos, o que se pretende dizer é que a assistência ao entrar no campo da garantia de direitos, imprime responsabilidade por parte do Estado sobre a proteção social à população que dela necessitar e para isto a assistência social monta todo um aparato estratégico para buscar atender as demandas a ela postas, efetuando a garantia do serviço de forma a universalizar o direito. E ao mesmo tempo em que busca estratégias plausíveis, ela tenta romper com o caráter ainda muito intrínseco do clientelismo e benemerência, incorporando assim, a democratização dos direitos, a universalidade da seguridade social, das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático.

É nos rumos desta trajetória que discorreremos sobre os aspectos gerais e o funcionamento do SUAS e da PNAS, bem como os seus desdobramentos na efetivação de direitos.

3.2 O FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Em 2004 foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução CNASS nº130/2004. Sua aprovação se deu em meio a um longo processo de debates capitaneados pelo MDS que detalha um novo modelo de gestão para a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNAS traz uma inovação muito importante: ao colocar os direitos dos (as) usuários (as) como foco das ações, a Política de Assistência Social passa a incorporar também funções de vigilância social⁸ e de defesa dos direitos sócio assistenciais, ou seja, a ela é atribuído o dever de agir de maneira a evitar o agravamento das situações de vulnerabilidade e também o dever de garantir que os cidadãos tenham acesso a locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados.

A PNAS inova em muitos aspectos. Estrutura a assistência social em níveis de proteção como perspectiva sócioassistenciais, onde considera as diversidades locais e regionais e tem como base de referência a família, espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias (BRASIL, 2007, p.16).

Como a oferta dos serviços em cada território de abrangência a Política de Assistência Social começa a possibilitar a inserção de determinados grupos sociais mais vulneráveis, bem como o acesso aos serviços e benefícios sócio-assistenciais. Favorecendo, deste modo, a locomoção de uma rede de serviços ao público de uma determinada região.

Muitas iniciativas são fundamentais para pensar o formato da assistência social dentro do novo contexto, como por exemplo a classificação dos municípios em uma escala de portes específicos para sua execução (pequeno I, pequeno II, médio, grande e metrópoles) conhecido como portes da PNAS/2004. A Política Nacional ultrapassa a visão de atenção aos mais pobres e recoloca seu foco nas necessidades social a partir dos níveis de proteção social básica e especial (BRASIL, 2007, p. 17).

⁸ Embora saibamos que boa parte das ações previstas não são executadas como está previsto nas legislações.

A (NOB/SUAS) estipula o número mínimo de Centro de Referência da Assistência Social CRAS de acordo como a classificação de porte do município e com as dimensões de seu território. Veremos a seguir essa classificação na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação de Municípios por Parte (PNAS 2004).

Classificação dos Municípios (Habitantes)	Municípios no Brasil	População (Habitantes)
Pequeno I (Até 20.000)	3.994	32.952.033
Pequeno II (De 20.001 a 50.000)	1.008	30.422.831
Médio (De 50.001 a 100.000)	309	21.658.922
Grande (De 100.001 a 900.000)	237	57.111.351
Metrópoles (Mais de 900.000)	16	39.435.887

Fonte: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Com a aprovação da PNAS em 2004 e da NOB/SUAS em 2005, instituiu-se o SUAS. E com isso acelerou o processo de maturidade da Política de Assistência Social no Brasil.

Em 2003, Conselho Nacional de assistência (CNAS), convocou e realizou, extraordinariamente, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, através da Portaria nº. 262, de 12 de agosto de 2003, com finalidade de avaliar a situação atual da assistência social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. A IV Conferência fortaleceu o reconhecimento da gestão democrática da assistência social recomendada pela Loas, em busca de um modelo de gestão a ser consolidado na implantação de um sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, que passou a ser chamado de Sistema Único da Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2008, p.103).

A implantação do SUAS significou outro grande avanço para a Assistência Social, visto que, além de consagrar a mesma no campo dos direitos sociais, ele também se configura como um processo inovador, porque passou a possuir um caráter não contributivo dando também oportunidade a participação social e ao controle social por intermédio da participação na gestão e excursão das políticas.

O SUAS, pactuado nacionalmente e deliberadamente pelo CNAS, prever uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com serviço voltado para o fortalecimento da família, sem entanto sobrecarregar, mas ao contrário protegendo e apoiando.

Baseado em critério e procedimento transparentes, o SUAS altera fundamentalmente operações como repasse de recursos federais para os Estado, Município e Distrito Federal, a prestação de contas e maneira como os serviços os entes federais estão hoje organizados do ponto de vista da gestão de recursos (BRASIL, 2008 p. 110).

Com base na PNAS, o SUAS traz alguns conceitos diretrivos que lhes dão maior sustentabilidade, dentre os quais se destacam os seguintes: matricialidade sócio familiar, a qual reconhece a importância da família como referência no âmbito da política; descentralização político-administrativa e territorialização; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação demográfica entre Estado e Sociedade Civil; valorização da presença do controle social; qualificação dos recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultado.

A Tipificação Nacional de Serviços SócioAssistenciais de 2009 apresenta e descreve os serviços que compõem o SUAS por meio de níveis de proteção e de complexidade. Nesse então os serviços estão classificados em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Vale ressaltar que o foco da presente discussão será apenas direcionado a Proteção Social Básica, visto que apenas esse nível de complexidade está contido nos objetivos do trabalho.

Entretanto, em conformidade com o que sugere a Política de Assistência Social nos níveis de proteção social básica e especial, se torna essencial especificar o que ambas representam: a primeira diz respeito às ações preventivas de caráter indispensáveis, que possuem o propósito de evitar à vulnerabilidade social, já a segunda está relacionada ao fornecimento de serviços de média e alta complexidade, direcionados aos indivíduos que teve seus direitos violados, diante disso:

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) figuram hoje no País como unidades estatais de grande valor para todos os brasileiros. Significam a presença do Estado nos diversos territórios, os de maior Vulnerabilidade, não como uma ideia, mas como um

espaço de (re)fazer as tantas histórias de vida de cada usuário da Assistência Social (MDS, 2009, p. 10).

Portanto, a Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculo familiar e comunitário. Ela destina-se a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, da ausência de renda, do acesso precário ou nulo ao serviço público e da fragilidade de vínculos afetivos. O SUAS atua por meio de diferentes unidades, entre elas destaca-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Para o MDS (2009), O Centro de Referência da Assistência Social é uma unidade pública do SUAS responsável pela efetivação dos direitos sócio assistenciais e pela organização da gestão dos serviços de proteção básica localizada geralmente em área de vulnerabilidade e risco social. Suas ações são sistematizadas por meio da aquisição do programa caracterizado por fortalecimento de vínculos familiares e comunidades, e pela ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Os principais serviços ofertados nesta unidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV, e o Serviço de Proteção Básico no Domicílio. Esses serviços visam garantir os direitos sociais e contribui para melhoria da qualidade de vida da população em situação de fragilidade social através do fortalecimento dos laços familiares e por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Porém, é importante salientar que a oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território que habitam as famílias público alvo dos serviços ofertados. A articulação desses serviços sócio-assistenciais garante o desenvolvimento do trabalho social com tais usuários, o que permite identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado descontextualizado das situações de vulnerabilidade presenciada. Contudo, se torna importante salientar que,

As funções do CRAS não devem ser confundidas com as funções do órgão gestor da política de Nacional de Assistência Social municipal ou do DF: os CRAS são unidades locais que têm por atribuição a organização da rede sócioassistencial e oferta de serviços da proteção

social básica em determinado território enquanto o órgão gestor municipal ou do DF tem por função a organização e gestão do SUAS em todo município. Para uma melhor apreensão das atribuições dessas unidades [...] O CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social-SUAS: a matricialidade sóciofamiliar e a territorialização. (BRASIL, 2009, p. 11).

Dessa forma, pode-se dizer que a matricialidade sócio familiar pode ser entendida por meio da ideia de centralidade da família como foco da proteção social, pois é por meio desta que se garantirá a efetividade das ações e serviços ofertados pela Política Pública de Assistência Social. Nestes termos a centralidade dada à família como núcleo social é concebida a partir do reconhecimento da assistência social e do Estado como primeira instância de prevenção e proteção familiar.

Quanto à questão da territorialização, de acordo (idem, 2009, p. 13)

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para seu enfrentamento. A noção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços sócioassistenciais em local próximo aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (BRASIL, 2009, p. 13).

Portanto, pode-se sinalizar que o termo territorialização não se restringe apenas a determinação espacial de um dado local, isto é, não engloba uma questão literalmente de terra, mas sim um local marcado por pessoas que vivem naquele determinado local.

Posteriormente, será discutido como a precarização das políticas sociais e do trabalho vem rebatendo no cotidiano dos assistentes sociais, bem como as possibilidades que estes encontram para realizar seu exercício profissional.

3.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nesse nível da nossa argumentação trataremos agora da atuação do assistente social no âmbito do SUAS, sobretudo destacando os desafios da viabilização e implementação dos direitos sociais mediante o seu exercício profissional.

Segundo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) em publicação do ano de 2011, o Serviço Social durante sua trajetória ganhou espaço tanto no âmbito brasileiro como a nível mundial, no sentido que este veio ampliando seu exercício profissional em todos os espaços nos quais incidem as expressões da “questão social”, o que consequentemente rebate no campo dos direitos sociais incidindo,

[...] no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/ as crianças e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da exploração da terra, das questões ambientais resultante da sociabilidade do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violações de direitos (CFESS, 2011, p.10).

Neste sentido, podemos ainda apontar que as competências dos profissionais do Serviço Social, realizadas no âmbito da Assistência Social ou em outro âmbito ocupacional, elas são direcionadas por direitos e deveres (idem, ibidem). Estes direitos e deveres estão estabelecidos tanto no Código de Ética Profissional de 1993, quanto na Lei que a Regulamenta, Nº 8.662 de 1993 também. Estas orientações devem ser respeitadas tanto pelos profissionais do Serviço Social, como pelas instituições empregatícias. Sobre os respectivos direitos e deveres dos/das assistentes sociais aponta o CFESS (2011):

Art. 2º- Constitui aos direitos do/a assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições inerentes e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais; [...].

Art.- 3º- São deveres do/a assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor;

b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão;

c) abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; [...] (idem, ibidem, p.16-17).

Sobre os desafios postos ao Serviço Social durante o seu exercício profissional no âmbito do SUAS, apontamos ainda de que forma tais desafios se configuram nos espaços sócio ocupacionais contemporaneamente. O CFESS (2011, p.7), afirma que “[...] a intervenção profissional da política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades [...]”. Ou seja, o CFESS ao trazer tais apontamentos, chama atenção para o sentido de que o profissional não deve apenas ser um gerenciador da pobreza e nem deve apreender as questões relacionadas à dinâmica social de forma individualizada mediante um cunho moral, uma vez que estas devem estar associadas a uma interpretação crítica da realidade, baseando-se numa concepção de totalidade dialética.

Assim, é fundamental salientar a importância do conhecimento sobre a realidade o qual atua o profissional do Serviço Social na condução do referido âmbito citado acima.

Neste sentido,

[...] a capacidade de conhecer a realidade social sem sucumbir aos recortes e fragmentos das problemáticas sociais, posto que a multiplicidade das refrações da “questão social” invocam uma complexidade que não permite submetê-la aos modelos formal-abstrato de conhecimento e intervenção. Trata-se, pois de partir da singularidade daqueles fenômenos para remetê-los à totalidade apanhado no real as determinações concretas como meio heurístico mais qualificado para apreender as particularidades históricas sobre as quais incidirá a política pública da Assistência Social (MOTA; MARANHÃO & SITCOVSKY, 2010, p. 194).

No âmbito do SUAS se apresentam múltiplos desdobramentos que estão relacionados à questão do conhecimento perante a realidade social, haja vista, a importância para a realização do desempenho profissional. Mediante tais apontamentos podemos sinalizar que os autores estão considerando que não se deve

apropriar-se apenas das metodologias citadas acima, e que são utilizadas muitas vezes como única forma de atuação. Tendo em vista, que a realidade se manifesta para além do que se apresenta, ou seja, na sua forma aparente e não demonstrando a sua essência *a priori*, agindo dessa forma a atuação profissional acaba se pautando apenas numa mera utilização dos dados que se têm disponíveis.

Ainda sobre esse aspecto do SUAS no processo de gerenciamento de informações, os autores sustentam que,

[...] o processo de gerenciamento de informação ocupa um lugar de destaque na organização e funcionamento do sistema. Sejam estas informações de natureza cadastral, diagnósticos, pesquisas. Censitários etc., fato é que delas dependem o acompanhamento, avaliação e o monitoramento da PNAS. Esta assertiva nos obriga a refletir sobre a dimensão investigativa da prática profissional na medida em que a mera organização de dados e registros não garante o desenvolvimento de um processo sistemático de investigação e produção de conhecimentos sobre a realidade que orientam novas proposições e atualizações da Política da Assistência (MOTA; MARANHÃO & SITCOVSKY, 2010, p. 194).

Nesta perspectiva, o referido processo exige que os profissionais realizem pesquisas constantemente, percebendo por meio da sua prática profissional diária a importância das informações e sistematizações. Essa prática pode enriquecer exercício profissional, exercitando a sua dimensão investigativa do assistente social.

Sobre tal processo os autores sinalizam que,

[...] apresentam-se como desafiadores a capacidade dos profissionais da assistência romperem com as consequências da divisão social e técnica do trabalho, cristalizadas nas “especialidades acadêmicas” para estabelecer articulações e construir referência teórico-metodológicas e técnico - operativas que busquem romper com visões e abordagens fragmentárias dos riscos e vulnerabilidades em prol de uma intervenção qualificada, crítica e politicamente comprometida (idem, ibidem, p.195).

Portanto, como veremos adiante, apenas os levantamentos de dados não se configuram como suficientes para uma que a atuação profissional seja completa. Pelo contrário, esse processo tende a deixar a atuação mecânica, pois o profissional é imposto a preencher de forma repetitiva os dados que muitas vezes se tornam

superficiais, por vezes manipulados e até mesmo omitidos pelos usuários. O preenchimento do Cadastro Único⁹, por exemplo, é um mecanismo que extrai informações dos usuários. Esse procedimento é cansativo e repetitivo, mas necessário para que se tenham as informações sociais e econômicas básicas a respeito do núcleo familiar do usuário, porém ele por si só não permite que se extraia o conhecimento da realidade do usuário é por isso, que se devem aliar os levantamentos de dados com as visitas domiciliares para complementar a atuação do assistente social.

Deste modo, é importante compreender como se dá a realização do trabalho dos assistentes sociais concomitantemente com a equipe interdisciplinar que atuam no SUAS. No sentido, que requisita uma interação com as demais políticas as quais compõem o quadro de atendimento, visando garantir o acesso aos usuários/as. De acordo com o CFESS (2011b),

Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política da assistência Social, podem contribuir para criar ações de enfrentamento e essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida [...]. Considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilite a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/das usuários/as (2011 p. 25-26)

Nesta direção para o CFESS (2011 b), o trabalho interdisciplinar exige dos profissionais uma ação conjunta na realização de debates, reuniões, planejamentos, além disso, requer dele a articulação dos instrumentos de atuação, tais como: visita domiciliar, entrevista, observação entre outros. Esses instrumentos de trabalho do assistente social são estabelecidos nas particularidades da intervenção do exercer profissional e também para especificar as competências e habilidades na organização do trabalho. Isto é, orientados sempre pelos aparatos os quais regem o Serviço Social

⁹ “O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País”. (BRASIL, 2010, s/p.).

tais como: o Código de Ética, A Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares de formação profissional.

Nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, o CFESS destaca ainda que,

[...] é fundamental assegurar a participação dos/as profissionais das diferentes categorias que integram as equipes dos CRAS e CREAS e dos/as usuários/as, nos conselhos de Assistência Social, como forma de fortalecimento da contribuição das diferentes profissões para a construção do SUAS e para a qualificação dos espaços de controle social democráticos (2011, p.27 b).

Ao que diz respeito sobre o conhecimento da legislação social a qual se apresenta como instrumento fundamental para o exercício profissional, se coloca como uma questão imprescindível para o Serviço Social, que é a questão da atualização do conhecimento dos marcos legais, como uma necessidade contínua de todos/as/ os /as trabalhadores/as, devendo ser buscada conjuntamente pelas equipes do SUAS (idem, ibidem b).

Com isso, a referida entidade aponta as principais legislações as quais são definidas como instrumentos de trabalho dos assistentes sociais, citando a Constituição Federal de 1988; a Lei Orgânica da Saúde (LOS) de 1991; Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) publicada em 1992; a LOAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; o Estatuto do Idoso, presente na Lei 10741 de 2004; a PNAS de 2004; a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1995; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPD) de 1999; a NOB/SUAS de 2005; o Novo Código Civil que entrou em vigor apenas em 2016; a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei N°13.146, de 6 de JULHO de 2015. (idem, ibidem b).

Para (idem, ibidem b) Diante das transformações que vem acontecendo no mundo trabalho, os rebatimentos diretos para os processos de organização da classe trabalhadora são incontestáveis, assim como para as relações sociais do trabalho nas suas condições objetivas e subjetivas. Nesse contexto, torna-se necessário a qualificação vinculada ao compromisso ético-político que deve existir desde a formação e a uma capacitação constante dos profissionais que atuam no âmbito da assistência social, assim como em todas as outras políticas sociais, buscando uma

forma de estarem capacitados para enfrentar os diversos desafios postos pelas relações político partidárias, mas, sobretudo da ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora. E isto nos coloca em uma posição contínua de formação, educação e capacitação profissional como meio de enfrentar tais desafios de forma mais consciente. Vale salientar, a importância de reforçar a regulamentação da Lei N°12317, de 27 de agosto de 2010, que determinou a jornada de trabalho de trinta horas semanais para assistentes sociais. Tendo em vista, a precarização dos assistentes sociais, porque pouco tem se respeitado a sua aplicabilidade nos espaços sócio-ocupacionais de atuação. Sendo relevante destacar que a conquista das trinta horas semanais sem a diminuição do valor salarial deve ser concebida a partir das reivindicações da classe trabalhadora, no sentido que contribuiu para assegurar melhores condições de trabalho do profissional do Serviço Social. (idem, ibidem a).

[...] Sob a égide do capitalismo financeiro, a nova face da internacionalização da economia globalização- redimensionada a divisão internacional do trabalho, em um contexto de crise de larga duração que, desde a década de 1970, vem atingindo a expansão capitalista. Na contra tendência desse processo, desencadeia-se uma ampla reestruturação produtiva-incorporado os avanços da ciência e da tecnologia de ponta- acompanhada de mudanças nas formas de gestão da força de trabalho. Alia-se uma radical alteração das relações entre o Estado e a Sociedade, condensada na “Reforma do Estado”, conforme recomendações de políticas de ajustes das economias periféricas, preconizadas pelo organismo internacionais. Um dos resultados dessas políticas concentracionistas de capital, renda e poder no país têm sido o agravamento da questão social, que tem no desemprego e no subemprego suas mais nítidas expressões. Verifica-se uma preocupação do conjunto das condições de vida de segmentos majoritários da população brasileira, quadro esse agravado com a retração do Estado em suas responsabilidades sociais, justificando em nome da crise fiscal (IAMAMOTO, 2015, p.9).

Em outras palavras, isso significa que, com novo direcionamento da acumulação de riqueza do capitalismo contemporâneo juntamente com a ausência do Estado, verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da “questão social”. Esse processo proporciona o aumento das demandas do profissional do Serviço Social, assim como o aumento da focalização e da seletividade das políticas sociais, e a inviabilização dos acessos aos direitos disseminados a população, a diminuição dos salários e recursos materiais para o trabalho do profissional entre outros desafios que serão abordados mais adiante.

E é nesse terreno de tensão proporcionado pelo ideário neoliberal que as condições de trabalho do assistente social vêm sendo modificadas. E como resposta a esse processo o assistente social deve pensar seu exercício profissional, no sentido de montar estratégias baseadas em um senso crítico e coerente aos pressupostos seguidos pela profissão.

Iamamoto (2009, p. 18) destaca que,

O serviço social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso como afirmação da democracia, de liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetividades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma formação de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

Conforme (idem, 2009) as atuações dos assistentes sociais se apresentam no processo de manifestação das expressões da questão social, bem como se manifestam na vivência da classe trabalhadora na sua relação com classe dominante, através de movimentos reivindicatórios em prol de ampliação e democratização de direitos condizentes com o conjunto das políticas públicas.

Porém, como já salientado, o atual quadro social-histórico-econômico do Brasil confronta diariamente o exercício profissional do assistente social, afetando não só suas condições de trabalho, mas também atinge a vida dos usuários que necessitam desses serviços prestados pela profissão.

Mediante a isso (IAMAMOTO, 2013, p.10), chama atenção para o tema trabalho e sua relação entre o Serviço Social e processo de trabalho. “Expressa transição para outro *foco na interpretação da chamada* “prática profissional” [...], consubstanciado na análise do exercício profissional inscrito no âmbito de processos e relações de trabalho”. Sendo assim, essa relação de interdependência entre o trabalho e a prática profissional do assistente social se liga a busca de um desafio: o de qualificação e atualização do assistente social frente à realidade imposta como já foi mencionado anteriormente.

Desde a década de 1980, que o serviço social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social de técnica do trabalho social, o que supões afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Ao indagar sobre significado social do serviço social no processo de produção e reprodução das relações sociais, tem-se um ponto de partida e um norte. Este não é a prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Para eles, a esfera privilegiada na compreensão da vida social é a esfera da distribuição da riqueza, visto que a história que regem a sua produção são tidas como assemelhadas àquelas da natureza, de difícil alteração por parte da ação humana. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982 p. 23).

O Serviço Social tem conquistado espaço em diversas áreas ocupacionais tanto no setor público como no privado, seu maior empregador tem sido o Estado. E na medida em que os profissionais vêm sendo contratado por este órgão, ele poderá atuar tanto no executivo, legislativo ou judiciário, porém se optar pela via privada, ele poderá atuar em empresas privadas capitalistas em ONG's e em tantos outros setores, isto é, ele é requisitado para atuar em diversas áreas.

Como foi dito por Iamamoto (2009 p. 19),

Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas social e tecnicamente do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza partícula, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade.

Outrossim, vale ressaltar que a efetivação da atuação do assistente social em meio a realidade social não depende unicamente e exclusivamente de sua vontade individual, pois existe uma série de fatores como: favoritismo, sucateamento das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas, que estão velado em meio as condições de trabalho, podendo contribuir ou não para sua realização. Pode-se destacar ainda que esse contexto componha o quadro dos desafios para a profissão, visto que dependendo de onde o profissional esteja inserido, sua atuação poderá ser ainda mais alvo das investidas neoliberais, sendo direcionada para o âmbito das competências impostas pelo órgão empregador. Dessa forma, ele passa a atuar apenas de forma burocrata sem criticidade, passando assim, a retomar as antigas

práticas conservadoras. E é nesse sentido que se retorna a dizer que se teve apenas uma tentativa de ruptura, pois embora o Serviço Social tenha avançado em várias áreas, de modo que ele obteve uma aproximação com a tradição Marxiana e seus pressupostos, ainda restam muitos profissionais que são insetos de autonomia e que atende de forma mecanicista e burocraticamente, movida pelo senso comum.

De acordo com (IAMAMOTO, 2015, p 23),

O Assistente Social dispõe de um Código de Ética Profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado com um profissional liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalho especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demanda essa força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor. A profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais.

Ainda nesse cenário, pode-se considerar que, tanto as atribuições privativas quanto às competências sofrem um desvio de sentido, posto que diante do contexto de precarização do trabalho frente aos caprichos do neoliberalismo, ambos irão depender do âmbito de trabalho que o assistente social está inserido, uma vez que devem ser seguidas as regras conforme as exigências burocráticas e administrativas demandadas pelo órgão empregatício do profissional, sendo portando, executadas como eficácia e sem questionamentos. Conforme IAMAMOTO (2009 p. 21) revela o real sentido do que vem a ser as competências atribuições e privativas.

As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinam o assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacidade dos sujeitos profissionais. As atribuições são prerrogativas exclusivas que ao serem definidas enquanto matérias, área e unidade de serviço de Serviço Social, uma vez que a autoqualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos.

Sendo assim, tanto as atribuições quanto às competências devem seguir um viés crítico que rompam com as antigas formas conservadoras da profissão e

tecnocratas, para tanto o profissional deve montar estratégias de ação para desfazer os laços que impossibilita o mesmo de fazer o seu trabalho de maneira crítica, olhando além da aparência, considerando a historicidade das coisas, interpretando a vida social, ou seja, buscando desvelar o movimento da realidade.

De acordo com (IAMAMOTO, 2015 p. 21)

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, À realização de um leque de tarefa as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, o, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

Outra direção que se imprime como desafio a profissão é a questão das relações de poder existentes no campo do trabalho do assistente social. Essa abordagem vem tomando grandes proporções mediante ao ideário Neoliberal principalmente em relação ao âmbito de trabalho do assistente social vinculado ao Estado. Segundo (MATTOSO, 1995 citado por IAMAMOTO 2015, p 35) cada vez mais o “Estado tem se submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro, ou uma “financeirização da economia”.

No espaço do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), toda essa realidade anteriormente mencionada se torna ainda mais nítida, visto que o profissional mais que nunca se ver refém da burocraticidade que o faz agir muitas vezes mecanicamente, da falta de recursos materiais para a efetivação da atuação de maneira coerente com suas diretrizes, da questão do favoritismo, que muitas vezes o faz retomar a antiga prática filantrópica, da falta de capacitação, pois o profissional precisa estar se atualizando constantemente devido o movimento dinâmico da realidade. Esse quadro torna o serviço do profissional ainda mais rotineiro, visto que sua autonomia e seu compromisso a respeito do atual Código de Ética Profissional,

muita vez não são levados em conta. A falta de vínculo empregatício sólido é outro desafio para profissão, posto que esse seja um dos motivos que aflige a atuação do profissional para que não seja realizada de maneira satisfatória, uma vez que tal situação causa desmotivação, insegurança e desestabilidade emocional para os mesmos, tendo em vista que o profissional muitas vezes é movido pela necessidade vital, e deste modo, ele tem a consciência de que o não cumprimento das atividades preestabelecidas acarretará em sua demissão. Ou seja, mesmo que o profissional não concorde com tais requisições imposta pelo órgão empregatício, ele tem em mente duas coisas: a primeira resume-se em suas necessidades de sustentabilidade e a seguinte é a noção que o mesmo possui de que, se ele recusar trabalhar sob essas condições de precariedade do trabalho e sucateamento dos direitos existe um exército de reserva pronto para fazer o que ele não fez.

[...] Atualmente, Segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desempregos são baixos. São estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe “gente demais” para as necessidades da acumulação capitalista; [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 33).

Por outro lado, não se deve generalizar essa realidade, posto que exista uma parcela de profissionais que não agem conforme os pressupostos que baseiam a profissão, devido a sua postura política ou mediante alguma carência relacionada a seu processo de formação.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) em março de 2007, o país tinha 253 cursos de graduação em Serviço Social (incluindo os cursos presenciais e a distância). Destes, 46 eram levados a efetivação por instituições públicas, responsáveis por 5.358 vagas (16%) e 207 oferecidos por instituições privadas de ensino superior com 27.465 (87%). O conjunto do ensino superior na área totalizante 32.823 assistentes sociais em formação no país, próximo da metade do contingente profissional atual. (IAMAMOTO, 2009, p. 41).

Esse crescimento do ensino superior profissionalizante vem ocorrendo de forma desordenada podendo causar sérias complicações para o exercício profissional do assistente social, pois à medida que se tem uma demanda excedente de profissionais no mercado de trabalho dificilmente se terá postos de trabalho que acompanhe a quantidade de demanda disponível, o que acarretará no desalento do profissional que conseqüentemente poderá vir a aceitar qualquer forma de trabalho disponível, precarizando ainda mais as suas condições de trabalho. Como diz (IAMAMOTO, 2009.p. 42)

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter das políticas sociais [...]

E se tratando do estímulo a graduação privada e a distância, se torna ainda mais preocupante se interligada a situação anteriormente mencionada, porque além do fato de que é totalmente voltado para ampliação da lucratividade das entidades educacionais, o ensino também se volta para o interesse do capital. Ou seja, precariza-se o ensino e o trabalho profissional.

Ainda conforme (IAMAMOTO 2009, p. 42),

A massificação e a perda de qualidade da formação universitária estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”, redundando em um processo de desqualificação da categoria, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino a distância e na falta de experiência estudantis coletivas na vida universitária.

(Segundo o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC) nos anos de 2007, apud lamamoto, 2009), o Brasil atingia o patamar de 253 cursos de ensino superior de Serviço Social, inclusive com a inclusão do ensino presencial e a distância. De

maneira, que 46 destes eram referenciados por instituições públicas as quais são incumbidas por 5 358 vagas (16%) e 207 ofertadas por entidades privadas aos cursos de graduação com 27465 vagas (84%). Nesse período o ensino superior no âmbito do Serviço Social totalizava 32 823 de profissionais no Brasil.

Isso significa dizer, que ainda nesse período referente a março de 2007 os dados mostravam que já havia uma discrepância enorme em relação ao número de vagas oferecidas pelas instituições públicas em relação à elevação de porcentagem das vagas ofertadas pelas instituições privadas, as quais se configuram de modo alarmante para a categoria profissional acarretando diversos desafios.

Ainda segundo a mesma autora (2009), tal crescimento ganha força no início do Governo FHC e se intensifica de modo mais contundente no mandato de Lula – segundo a base de dados do MEC, - tendo como líder as instituições privadas de ensino, sendo contundentemente aligeirada pelo processo de regulamentação dos cursos superiores a distância que vão se espalhar a partir de 2006. [...]

Ao que diz respeito a esse processo de proliferação dos números exorbitantes dos cursos à distância no país Marilda lamamoto destaca que,

Os 06 (seis) primeiros cursos de graduação a distância autorizados e em funcionamento, já eram responsáveis, em março de 2007, por 9.760 vagas informadas, o equivalente a 30% das matrículas. Destes, apenas 01 (um) curso em uma universidade estadual, a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS iniciou com 2 760 vagas em 2006. Os 05 (cinco) outros cursos a distância são ofertados por instituições privadas, destacando-se a Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal – UNIDERP –, com 3 800 vagas (idem, s/p.).

Conforme (idem, 2009), dessa maneira será partir de 2010 que o ensino superior à distância lançará ao mercado ao equivalente a 10 mil diplomas e profissionais por ano. Juntamente com as 70% vagas ofertadas pelo ensino superior presencial, certamente crescerá o número do contingente profissional até o presente ano. Tal duplicação acarretará grandes implicações para atuação dos assistentes sociais tais como; as relações trabalhistas e as situações salariais. Notemos que o que ocorre a partir desse processo é que segundo afirma a mesma autora “[...] um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de

postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, [...]” (id.,ibidem, 2009,s/p). Assim, contribuindo em um pequeno espaço temporal para mais precarização das condições de trabalho nos espaços sócios ocupacionais dos assistentes sociais.

Para (idem, 2009), vale ressaltar que não se refere puramente a uma recusa às inovações tecnológicas ao ensino a distância, o que valida à iniciativa deste curso. A grande questão está no âmbito de privatizar o ensino superior que ocorre uma graduação com existência em um curso universitário, o qual requer conhecimento teórico-prático e tem como requisito a realização do estágio supervisionado, no sentido que este tem uma relação concreta com os acontecimentos da realidade social da população familiar com quem se trabalha. Sobre essa apropriação ao que diz respeito ao conhecimento realizado e fundado no trabalho coletivo aponta (Lojkin, 1995, p.17 apud Lewgoy, 2009, p.42). “[...] não pode ser apropriada e, menos ainda, ser enriquecida, se for apropriada privadamente, ela perde seu valor de uso [...]”. Ou seja, sua disseminação no valor de troca nesse modelo predominantemente desta sociedade capitalista, tudo vira uma mercadoria e por isso, perde seu valor de uso, uma vez que só quem pode ter acesso é quem puder pagar por tal serviço na órbita do capital.

Desta forma, diante deste contexto de diversos tensionamentos e desafios posto pela ofensiva do capital, lamamoto (2009), nos chama atenção para uma convocação coletiva, no intuito de requisitar um cuidadoso debate e monitoramento ao que diz respeito à ampliação do ensino superior do curso de Serviço Social e de como é feita sua organização no âmbito territorial. [...], outrossim, é importante lembrar que o processo de formação profissional é um exercício contínuo o qual exige uma qualificação e atualização permanente, haja vista, que precisamos estar preparados para compreendermos de que maneira se apresenta a totalidade da vida social. Por esses motivos e tantos outros não citados aqui, é que devemos nos engajar sempre por uma educação gratuita e democrática onde todos os homens possam ter o direito de ter direitos.

Ainda nessa perspectiva sobre o profissional de Serviço Social, lamamoto (2015, p. 22), chama atenção para o rompimento do assistente social em relação à

visão fatalista e messiânica que atualmente também vem se tornando tendência em meio ao exercício profissional.

Olha para fora do serviço social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrata do serviço social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos.

Ademais, o que se torna importante ressaltar é que, embora a assistência tenha alcançado conquistas significantes, muito ainda precisa ser revisto para que essa materialização de fato ocorra, visto que nos dias atuais a Política da Assistência Social tem se encontrado em um estado deplorável fase a aos desmontes dos direitos conquistados a duras penas, sobretudo quanto ao ponto de vista da implementação das próprias ações e também sobre a questão da dinamização dos serviços para viabilizar os direitos e a cidadania, que a cada dia tem sido mais precarizados. Um exemplo típico dessa realidade é a viabilização dos direitos sociais que muitas vezes são usados como forma de barganha política, instrumentalizada pelos assistentes sociais, principalmente, por meio dos benefícios eventuais. Sendo assim, pode se dizer que assistência tem sido objeto de grandes ataques, retrocessos e rupturas aos direitos sociais, alimentados pelo ideário neoliberal.

Tais limitações, pela qual a Assistência Social tem perpassado, podem ser compreendidas por via da incorporação das velhas formas de efetuar as ações sob o sentido de caridade, benevolência e favor, que historicamente foi construída no Brasil. Mediante a isso, cabe ainda ressaltar que, a todo instante este fantasma ronda a assistência social, sendo somadas a ela as velhas características, que sucateiam a sua essência enquanto política de direito. Segundo Rezende e Cavalcanti (2009), esse processo representa “[...] uma relação de subalternidade transformando o beneficiário em um eterno dependente, sendo, portanto, vítima de ações clientelistas, ficando a mercê da benevolência dos benfeitores”.

Mediante a tais apontamentos, o que se pretende dizer é que tanto a Política Nacional de Assistência Social- que de maneira geral, abriga um terreno fértil de muitas dificuldades, principalmente, ao que diz respeito com a efetivação dos

serviços- como também os profissionais do Serviço Social que atuam nesse âmbito, recebem frontalmente os reflexos dessas dificuldades.

E ao que tange ao Serviço Social diante dessa realidade exposta, o que se pode sinalizar, é que o profissional em seu cotidiano de trabalho tem estado inserido em uma realidade contraditória, onde há um aumento da demanda de serviços, porém uma redução do financiamento das políticas sociais providas pelo processo de Reforma do Estado, portanto, o que se pode destacar ainda é que, o mesmo não deve ser visto apenas a partir do desenvolvimento do prisma assistencialista; burocrática e tecnicista imposta pela demanda ideológica capitalista, mas sim, deve-se buscar um novo perfil para sua atuação profissional, deste modo, o assistente social deve-se capacitar para desvendar as múltiplas análises dos processos sociais tanto em suas dimensões macro quanto na micro, ou seja, o profissional deve pensar a sua frente, sendo criativo para desviar das armadilhas e desafios imposta pela atualidade, pois o seu foco deve estar sempre voltado para a garantia e ampliação da democracia societária e não para ser um mero executor das políticas sociais.

3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

O objetivo desse item é demonstrar como a Política de Assistência Social é gerenciada nas esferas do município de João Pessoa.

A Política de Assistência Social no município de João Pessoa se constitui no campo estatal através da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH), que tem a função de gerenciar a Política de Assistência Social mediante o limite territorial da Paraíba, dessa forma se articulando com as demais secretarias do governo do Estado para executar os serviços sócio-assistenciais.

Conforme Sposati (2009), a partir de 14 de fevereiro de 2005 sob o amparo da PNAS/2004, ocorreu uma reestruturação da assistência social nos municípios. De acordo com essa nova lei, a Secretaria de Promoção Social foi substituída, e criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) na gestão do prefeito à época Ricardo Vieira Coutinho. O contexto histórico da SEDES, na cidade de João Pessoa-

PB, está associado intimamente a implantação das Diretrizes da LOAS e da PNAS de 2004.

Ainda de acordo com Sposati (2009), em julho de 2005, com a publicação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS, foram elaboradas as propostas de adequação administrativa da gestão de assistência social nos municípios com a reformulação de modelos vigentes. O objetivo era de promover a universalização do direito à proteção e à inclusão social, por meio do SUAS.

A SEDES definiu como sua atribuição,

[...] Implementar políticas públicas sociais para a população em situação de exclusão social, por meio de ações e programas baseados nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, fortalecendo a democratização do Estado e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida dessa população, na perspectiva de consolidação de sua autonomia e das transformações sociais (Sposati, 2009, p. 134).

Segundo Sposati (2009), Os objetivos da SEDES são: coordenar as ações das políticas sociais desenvolvidas pela SEDES; implementar ações que garantam a transversalidade como política pública: juvenil, étnico-racial, de gênero e diversidade sexual; garantir ações e comportamentos e combate a todos os tipos de discriminação; desenvolver atividade sócio econômicas e implementar ações que gerem oportunidade de trabalho e renda para a população de baixa renda; desenvolver programas de habitação de baixa renda na legislação urbana contida no Estatuto da Cidade; formular estratégias de ações para população que vivem em área de risco, assistindo-as em situações emergenciais.

Atualmente, o município de João Pessoa conta com onze unidades de CRAS, que fazem o acompanhamento sócio-assistencial das famílias integradas à rede das políticas públicas. Eles funcionam nos bairros seguintes: Alto do Mateus, Cruz das Armas, Cristo redentor, Ilha do Bispo, Gramame, Grotão, Mandacaru, Mangabeira, Padre Zé, São José e Valentina de Figueiredo.

O Serviço Social tem como função primordial no âmbito da Proteção Social Básica prevenir o agravamento das situações de risco e vulnerabilidade social, sobretudo fazendo a viabilização dos direitos sociais por meio dos serviços ofertados

nesta esfera, fazendo os devidos encaminhamentos para a rede sócio-assistenciais e fortalecendo a autonomia das famílias mediante seus direitos.

Como sinalizamos no decorrer deste trabalho, sabemos que o assistente social ao longo dos anos vem ganhado espaço no âmbito das Políticas de Assistência Social no país, e por isso, vem sendo cada vez mais requisitada a intervir junto à realidade social.

E sobre esse aspecto o CFESS (2011), destaca que,

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos (p. 4).

Portanto, a ampliação da Política da Assistência Social tem requisitado do profissional do Serviço Social uma intervenção baseada no compromisso da ampliação da democracia e viabilização dos direitos universais, além disso, requer do mesmo uma atuação direcionada a um viés crítico ancorado pelo método crítico dialético, conforme determina o Projeto Ético-Político que norteia a profissão.

Outro ponto importante que devemos levar em consideração, é ter a clareza que nem uma profissão e nem uma única política de proteção social por si só poderá dar conta das mazelas criadas e recriadas nessa dinâmica estrutural da sociedade capitalista.

Diante disto o CFESS (2011) esclarece que,

“[...] é fundamental que os/as trabalhadores/as envolvidos/na implementação do SUAS tenha clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social [...]” (p.8).

Estas são implicações não podem ser percebidas na sua forma fragmentada, isoladas das condições objetivas, como bem considera o CFESS (2011, p.8. grifo

nosso), pois, para enfrentamento dos desafios diários vivenciados pela classe trabalhadora não pode ser compreendida de maneira segmentada, mas sim, articulada com o conjunto das políticas públicas e inclusive com a política econômica a qual deve se comprometer em criar postos de trabalho, renda e uma divisão justa da divisão da riqueza social produzida pela classe trabalhadora.

Em conformidade com tais apontamentos a assistência social não pode ser considerada como a única política da rede de proteção sócio-assistencial. No entanto, funciona como um campo de suma importância que haja uma articulação entre as demais políticas que compõem o campo da Seguridade Social.

Sobre tal articulação o CFESS aponta que,

[...] corre-se dois riscos: o primeiro, de superdimensionar a Assistência Social e atribuir a ela funções e tarefas que competem ao conjunto das políticas públicas; e o segundo, de restringir o conceito de proteção social aos serviços sócio assistenciais; neste caso, o conceito de proteção social passa a ser confundido com a Assistência Social e perde sua potencialidade de se constituir em amplo conjunto de direitos sociais [...] (2011, p.9).

Segundo Mota; Maranhão & Sitcovsky, a Política da Assistência Social durante sua trajetória Histórica vem se configurando a partir de uma dimensão compensatória compondo o tripé da seguridade social juntamente ao lado da Saúde e da Previdência Social, visando dar cobertura às vulnerabilidades sociais e aos segmentos da classe subalterna. Nos dias atuais essa natureza compensatória contribui para a refuncionalização da expansão do desemprego da força de trabalho sobrando para o capital (idem, 2010).

Diante do exposto, entendemos que o profissional do Serviço Social se torna essencial, pois, “[...] tem sido um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas”.

Contudo, é importante frisar que a implantação das políticas públicas no âmbito da assistência social, não tem sido tarefa fácil. Ao contrário, a Assistência Social tem sido objeto de grandes ataques, retrocessos e rupturas aos direitos sociais alimentados pelo ideário neoliberal. Fatores como desenvolvimento do neoliberalismo, correlação de forças em níveis políticos sobre a sociedade, a luta pela predominância das classes dominantes e a busca incessante pelos próprios interesses individuais de

muitos que detém, resultaram na desproteção e falta de investimento na área social, deixando a sociedade ainda mais vulnerabilizada, aumentando como reflexo disso a pobreza e a miséria que aos poucos vão tomando dimensões maiores. E é diante desta conjuntura de vigência do neoliberalismo juntamente com a crescente diminuição do Estado para o social é que a classe trabalhadora passa a ser mais exploradas.

Nesse sentido, a pobreza torna-se marcada por “[...] carências diversas, a falência estatal deixa a população miserável entregue à sua própria sorte” (REZENDE & CAVALCANTI, 2009, p.85). E a sociedade desprotegida se vê obrigada a obedecer à ordem demandada pelo capital e aos poucos vão cedendo a sua lógica.

E de acordo com essa realidade percebe-se que isto é uma constante, e que a cada dia vem tomando proporções grandiosas, pois na medida em que o capitalismo entra em colapso, o mesmo vai montando mecanismos e estratégias para auto se renovar, e é em conformidade com isso, que o mesmo vai buscando cotidianamente novas tecnologias que venham facilitar o seu objetivo de cooptação de mais-valia. E à medida que esse processo vai se desenvolvendo, aqueles indivíduos que lhe interessa como instrumento de lucratividade vai se tornando insuficientes, sendo necessário moldar-se a essas necessidades que o capitalismo impõe. No enquanto, aqueles que já não possuem condições necessárias para atender a essas demandas do capital, passam a ser taxados como um incômodo desnecessário, visto que, já não pode oferecer mais contribuições para o desenvolvimento do capitalismo. Outro caso que já foi sinalizado, mas que também são exploradas pelo sistema capitalista, é aqueles que por um motivo ou outro, são percebidos como segmentos da sociedade perigosos; estes por sua vez, ficam desprotegidos e a margem da sociedade sem condições mínimas de sobrevivência.

Em linhas gerais vale salientar que os diversos desafios enfrentados na dinâmica social na atualidade, não podem ser vencidos em sua totalidade, tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade capitalista sob influências neoliberais e por isso, necessitamos estarmos respaldados a partir da direção social crítico-dialética e pelo compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional, visando à ampliação e democratização dos direitos universalizados, uma divisão justa da riqueza social produzida e outra ordem social para além dessa vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a discussão realizada no decorrer da pesquisa apresentada, cuja sua finalidade era a de compreensão como as transformações societárias tem rebatido nas condições de trabalho do Assistente Social no âmbito da Proteção Social Básica. Podemos salientar que desenvolvimento do presente estudo nos possibilitou a compreensão de uma reflexão acerca de como as transformações societárias contemporâneas do contexto econômico-políticos têm impactado a classe trabalhadora trazendo novas formas de trabalho, além disso, nos permitiu a compreensão dos elementos atuais que precarizam o trabalho do profissional, bem como limites e desafios que restringem a atuação do Assistente Social ainda nesta esfera da Política de Assistência Social. Dessa forma, podemos ainda apontar que o referido estudo tem a finalidade de colaborar com a produção do conhecimento direcionada a área da atuação profissional do Serviço Social na Proteção Social Básica e com a comunidade acadêmica que podem aprofundar futuramente a discussão do tema.

Diante disso, entendemos que as transformações societárias contemporâneas incidem fortemente no contexto das condições históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade brasileira. Sendo assim, tais transformações atingiram de maneira contundente tanto o plano objetivo quanto subjetivo da classe trabalhadora, o que incide diretamente na dinâmica objetiva dos processos de trabalho do assistente social, nas novas formas de organização e relações de trabalho e nas condições de atuação do profissional do Serviço Social dentro dos espaços sócio-ocupacionais. Essas mudanças têm colocado novas exigências para o profissional do Serviço Social, que também é concebido como profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho. Tais transformações não trouxeram apenas novas demandas para o Assistente Social, mas também uma nova forma de atuação profissional, que agora se apresentam precarizada.

Sendo assim, os assistentes sociais dentro dos seus espaços-ocupacionais têm encontrado diversos obstáculos que dificultam o seu agir de forma coerente com o Código de Ética, no entanto, atualmente um dos maiores desafios consiste na própria consolidação do mesmo. Deste modo, podemos compreender que para que o

profissional consiga contornar esses obstáculos é necessário primeiramente que ele consiga apreender o significado do serviço social dentro da sociedade, como um profissional que deve usar a criticidade como elemento central da sua atuação para que seja feita uma leitura crítica da realidade vivenciada, caso o contrário ele continuará sendo um mero executor de políticas sociais assim como no passado, atuando de formas mecanicistas e por meio de ações clientelistas.

Outros desafios presentes diariamente no espaço de atuação do assistente social se dão mediante a escassez dos recursos materiais e humanos, a falta de autonomia impostas pelas próprias condições de trabalho demandadas nas instituições, o sucateamento das condições salariais que resulta em uma dupla jornada de trabalho, a fragilização dos vínculos empregatícios pelo fato de não serem oferecidos por via de concurso público¹⁰.

A título de exemplo sobre a precarização do trabalho na Política de Assistência Social, em se tratando de vínculo empregatício, segundo dados da MUNIC-IBGE/2013, o quadro de recursos humanos da política no país em 2013 era composto por 37,2% de servidores estatutários, 35,8% sem vínculo permanente, 16,6% possuíam somente cargos comissionados, e 7,0% eram empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dados do Censo SUAS 2013 mostram que dos profissionais que atuam nos CRAS de todo o país, 33,7% são servidores estatutários, 7,2% são empregados públicos (CLT), 10,0% encontram-se ocupando cargos comissionados e 49,1% possuem outros vínculos não permanentes. E do total de profissionais de nível superior que atuam nesses equipamentos, 45,5% são assistentes sociais.

Dessa forma os dados apresentados reforçam a fragilidade dos vínculos empregatícios que existem na Política de Assistência Social, assim como também demonstram que no âmbito da assistência o profissional que mais têm a suas condições de trabalho precarizadas são os assistentes sociais.

Neste sentido, para romper com tais desafios é necessário que o profissional esteja atrelado a uma formação contínua, fazendo uso sempre da pesquisa para respaldar a sua atuação para que o mesmo perceba que a realidade vivenciada não se apresenta apenas em sua imediatividade, assim evitando que o profissional caia nas armadilhas de uma atuação mecanicista e superficial. Outro fator que se torna

¹⁰ Quando trata-se da política de assistência social, dentro da seguridade social, é a que menos apresenta a contratação por concurso público.

importante desenvolver é a questão da instrumentalidade, que exige do profissional a articulação das três dimensões: Teórico-Metodológica, Ético-político e Técnico-Operativa, posto que uma seja interligada a outra, logo, não pode ser desvinculadas, tendo em vista, que é a articulação dessas dimensões que possibilitam os profissionais a fazerem a distinção de como deve ser a sua atuação independentemente da instituição em que esteja atuando, das correlações de força político-partidárias que se apresentam e das condições conjunturais as quais irão se defrontar perante o profissional.

De um modo geral, a proposta aqui discutida buscou identificar de que maneira o trabalho do assistente social tem sido sucateado, dito isto, podemos sinalizar que esse cenário se expressava sobre várias formas, a começar pela própria precarização da política da assistência assim como das demais políticas sociais que é o principal mecanismo de atuação dos assistentes sociais para a viabilização dos direitos sócio-assistenciais que desde sua gênese tem enfrentado diversos desafios para se materializar como política pública, no sentido de superar suas antigas práticas históricas como: o seu processo de consolidação que se deu de maneira lenta até seu reconhecimento como política pública de direito, a restrição da abrangência no acesso aos serviços e benefícios, tendo em vista que atinge um enorme contingente de usuários que deveria ter acesso a tais direitos. Aliado a isso, abre-se margem para a filantropia, clientelismo, benemerência como forma de favor, resgatando a as antigas práticas verticalizadas entre o político e o usuário.

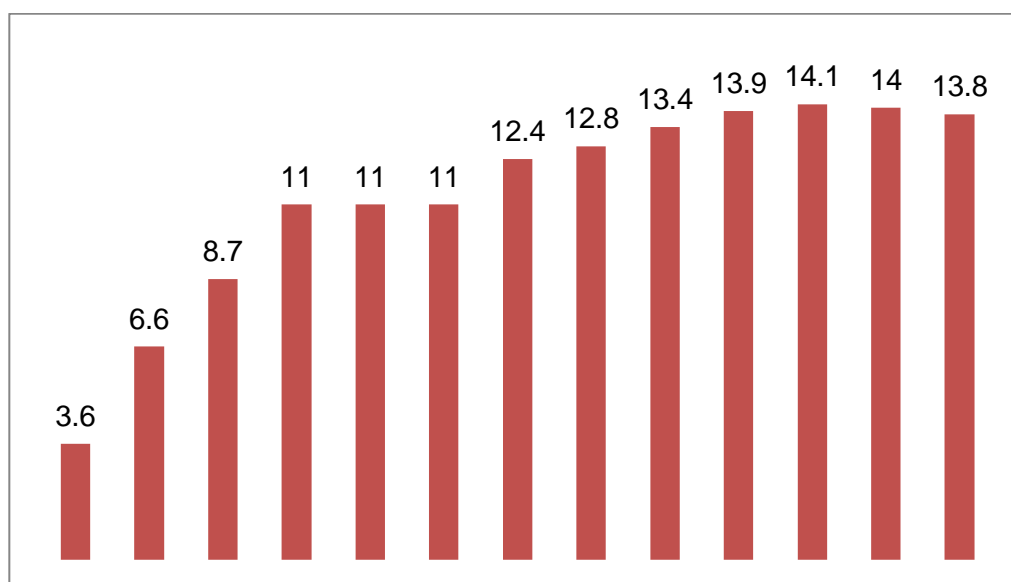
Contudo, a precarização da Política de Assistência Social se deu de forma ainda mais contundente no Brasil, com a reforma do Estado sobre influência da ofensiva neoliberal que ao redimensionar a base econômica do país deu início a severos ataques na esfera social. Esse processo resultou nos desmontes dos direitos sociais, expandindo o caráter compensatório, seletivo, pontual e fragmentado, das políticas sociais.

Diante de tais desdobramentos, podemos ressaltar que em detrimento das transformações societárias contemporâneas desse novo modelo de financeirização imposto a setor econômico refletiu em novas formas de sociabilidade humana, resultando uma diversificação na forma de organização de trabalho e dos serviços que passam a ser caracterizado de formas mercantilizadas. A exemplo disso, tempos a educação, a saúde, habitação, previdência, o lazer, cultura e entre outros serviços. Ao

que tange a Política de Assistência Social na atualidade, podemos ainda destacar de que maneira os desmontes dos direitos, os congelamentos de recursos e cortes vêm atingindo o contingente populacional, a começar pela redução da quantidade de famílias usuárias que foram cortadas do benefício Bolsa Família do Programa do Governo Federal, assim com também o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS¹¹ que tinha a função de gerir as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Social, mas que atualmente foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDSA¹² a CLT que vem sendo atacada, restringindo os direitos que foram conquistados a partir de grandes lutas da classe trabalhadora juntamente com os movimentos reivindicatórios.

Ao que tange a redução da quantidade de famílias usuárias as quais foram cortadas do benefício Bolsa Família do Programa do Governo Federal o gráfico (06), demonstra que a queda inicia desde o ano de 2013 e continua em decadência até 2015.

Figura 5: Bolsa Família – Famílias Beneficiadas (em Milhões) Desde 2003 a 2015 (Da Esquerda para Direita).



¹¹ O Ministério do Desenvolvimento Social é um órgão do governo federal, cujo é responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social; segurança alimentar e nutricional de assistência social e de renda de cidadania, sendo também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

¹² O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário é resultado da fusão entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Dessa maneira, é partindo da perspectiva que existem diversos desafios e tensões que permeiam tanto a formação profissional, quanto às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, que nos faz direcionar para uma perspectiva de necessidade da ampliação ao que diz respeito à assistência, como forma de manter em um nível aceitável as desigualdades sociais ocasionadas pelas diversas expressões da questão social.

Portanto, no decorrer do nosso trabalho pudemos sim, compreender de que maneira as condições de trabalho do assistente social encontra-se precarizadas no âmbito da Proteção Social Básica. No sentido que temos consciência que estamos inseridos numa sociedade capitalista que por sua vez, não permitiu grandes reformas sociais dentro dessa lógica social comandada pela burguesia opressora, apenas permitiram alguns avanços legislativos ao longo dos anos no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e nas demais políticas, que na atual conjuntura não tem se materializado. Vale ressaltar ainda, que nos dias atuais tenham ocorridos diversos desmontes aos direitos sociais, trabalhistas dentre outros, haja vista, que nos encontramos em uma conjuntura de tempos difíceis. Em detrimento desses paradigmas enraizados na base societária percebemos que é impossível solucionar as inquietações colocadas neste trabalho como ponto de partida. Em linhas gerais, embora haja tantas divergências as quais impedem espaços sócio-ocupacionais de modo a deliberar formas mais democráticas de espaços menos precarizados nas condições objetivas das instituições, no qual está inserido o Assistente Social.

Assim, sobre essa questão da precarização das condições de trabalho do Assistente Social dentro da Proteção Social Básica ou em qualquer outro âmbito de atuação, sendo necessário procuramos fortalecer nosso Projeto Ético Político através de uma formação qualificada e contínua atrelada a pesquisa para podemos estarmos preparados/as a responder de maneira consciente todas as inflexões e as correlações de forças postas diariamente nos espaços sócio ocupacionais das diversas instituições mediante as ofensivas do capital, e a certeza de que só teremos uma sociedade justa, livre e emancipada fora dessa ordem vigente.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O Que é a Mundialização do Capital. Trabalho e Mundialização do capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.** Editora Práxis, 1999, p. 1-11.

ANDERSON, Perry. **Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático.** São Paulo: Paz e terra S.A, 1995, p. 09-23.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** Brasil: Entre o Futuro e o Passado, o Presente Dilacerado. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2008.p.127-278.

BEHRING, Elaine; IVANETE, Boschetti. **Política social: fundamentos e história.** Ed. 9. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do serviço social; v.2).

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Ética, história e projetos profissionais.** In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. (Orgs.), Ed.1. Repressão 12. São Paulo: Cortez, 2012. p.31-38.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social Proteção Social.** Orientação Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS. 2009.

CANTALICE, Luciana B. O.: **Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro: as teses da crise, da (possível) Dissolução da Hegemonia Histórica.** Incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social. Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: 2013. p.1-26.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** In: (NEO) desenvolvimentismo & Política Social. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n112. p, 613-636, out./dez. 2012.

CAVALLI, Michelle. **A Categoria Mediação e o Processo de Trabalho no Serviço Social: Uma Relação Possível?.** s/d, p.4-15.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; PRÉDES, Rosa. **A precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: Fundamentos da Precarização do**

Trabalho do Assistente Social. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.1, p.1-24, jan-jun / 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social: **Parâmetro para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social: **Materialidade e Potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais Brasileiros.** Código de Ética do Assistente Social Comentado. Ed.1. Repressão 12. São Paulo: Cortez, 2012.p. 31-70.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Ética, História e Projetos Profissionais:** Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. Ed. 1. Reimpressão12. São Paulo: Cortez, 2012. p.38-52.

CHESNAIS, François. Mundialização: O Capital Financeiro no Comando. Publicado em Les Temps Modernes, 607, 2000 e reproduzido com a permissão do autor e da revista. Tradução de Ruy Braga. 2000, p.1-22.

CNAS. Conselho Nacional da Assistência Nacional: **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução CNAS nº109 de 11 de novembro de 2009. Brasília: CNSS. 2009.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. **Os Serviços na Contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços.** In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). A Nova Fábrica Difusa: Ensaio Sobre a Reestruturação Empresarial, o Trabalho e as Demandas ao Serviço Social. Parte1. Ed. 5. São Paulo: Cortez, 2010, p.97-113.

COUTO, Berenice Rojas. YAZBEK, Maria Carmelita. RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência e o SUAS: Apresentando e Problematicando Fundamentos e Conceitos.** In: _____.(Org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma Realidade em Movimento. Ed. 3. Revista e atual. São Paulo: Cortez, 2012, p.54-87.

ECOAGRO. Disponível em: <http://www.ecoagro.agr.br/evolucao-graos> Acesso em: 24 de Maio de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, de Raul. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico - Metodológica.** Parte1. São Paulo: Cortez, 2011. Ed: 34. p. 77-130.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **Instituições Assistenciais e Serviço Social**. In: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico – Metodológico. Parte 2. Ed.34. São Paulo: Cortez, 2011. p.248 – 342.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. (NEO) Desenvolvimentismo & Política Social**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n112, p.637-67, out/dez.2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Conselho Federal do Serviço Social – CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. (Orgs.) Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social. Horizonte sociocultural e Ideoteórico do qual Dimana a Problemática**. Ed.10. São Paulo: Cortez, 2014, p. 53-74.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Trad. Adail sobral, Maria Stela Gonçalves. Ed. 5. São Paulo: Loyola, 2014, p.14-17.

JOÃO PESSOA, Prefeitura Municipal de. **Secretaria de Desenvolvimento Social**. 2016. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/> Acesso em: 1 de Novembro de 2017.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: Desafios para a Formação e Exercício Profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá Outras Providências). Brasília, 2010.

MAESTRINER, Maria Luiza. **O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2001.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Especial Apresenta História da Assistência Social no Brasil. 2013. Brasília. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=gq4YXI1pggg> > Acesso em: 1 de novembro 2017.

MORAES, Josiane. MARTINELLI, Maria Lúcia. **A Importância Categoria Mediação Para o Serviço Social. XX Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social**. s/d, p. 1-10.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cesar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. **As tendências de Assistência Social, O Suas e a formação profissional**. In: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). O Mito da Assistência Social: Ensaio Sobre Estado, Política e Sociedade. Ed.4. São Paulo: Cortez, 2010, p. 191-198.

MOTA, Ana Elizabete. TAVARES, Maria Augusta, **Trabalho e expropriações contemporâneas**. (In) MOTA (Org.). Ana. Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016, p. 229-251.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. **Serviço Social brasileiro: Cenários e Perspectivas nos Anos 2000**. (In) _____ (Orgs.). Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016, p. 29-53.

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Ângela Santana do; PERRUZZO, Juliana Felix. **O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina** (In) MOTA, Ana Elizabete (Org.). Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-178.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do Capital Fragmentação do Trabalho e Serviço Social**. In: _____(Orgs.). A Nova Fábrica Difusa: Ensaio Sobre a Reestruturação Empresarial, o Trabalho e as Demandas ao Serviço Social. Ed. 5. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-44.

MOTA, Elizabete. **A Centralidade da Assistência Social na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000**. In: _____ (Org.). O Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. Ed.4. São Paulo: Cortez, 2010, p.133- 147.

NEGRI, Fabiana. **O Exercício Profissional do Assistente Social e a Precarização no Mundo do Trabalho**: Ensaio Sobre sua Inserção no Sistema Único de Assistência Social. 2011. 243 f. (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. Ed.8 v. 1. São Paulo: Cortez, 2012, p.223-271.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco**. Grande Enciclopédia Larousse Cultural vol.18, Ofa-Per, São Paulo, Nova Cultural, 1998, p.1-16.

PAZ, Fernanda A. R.: **A Precarização no Trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social**. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf> Acesso em: 19 de Março de 2018.

PLANALTO. Presidência da República 1993. Disponível em: < Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm Acesso em: 04 de Março de 2018.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila F.; SOUSA, Fátima: **Serviço Social e Políticas Sociais**. 3º Ed.Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

RIZZOTI, Maria Luiza.: **Multiterritorialidade e os Desafios para Gestão da Proteção Social (1º Colóquio Internacional de Políticas Sociais)**. In: CONSERVA, Marinalva de Sousa (Org.). Universidade Federal da Paraíba. Núcleo de Estudo em Pesquisas Sociais- NEPPS, 2017.

SANTOS, Cláudia M.; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A Dimensão Técnico-Operativa do Exercício Profissional**. In: SANTOS, Cláudia dos Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). A Dimensão Técnica – Operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Ed.3. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

SANTOS, Cláudia dos Mônica. FILHO, Rodrigo S.; BACKX, Sheila: **A Dimensão Técnico-Operativa do Serviço Social: Questões para Reflexão**. In: SANTOS, C. dos Mônica; BACKX, S. GUERRA, Yolanda. (Orgs.). A Dimensão Técnica-Operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Ed.3. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-47.

SANTOS, Joseane S.: **“Questão Social”: Particularidades no Brasil. Particularidades do Capitalismo na Formação Social Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca Básica de Serviço Social; v.6), p.94-131.

SAS. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1/cras-paif> . Acesso em 30 de Maio de 2018.

SITCOVSKY, Marcelo: **Particularidade da Expansão da Assistência Social no Brasil**. In: Mota, Ana (Org.). O Mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. Ed. 4. São Paulo: Cortez, 2010. p.147-179.

SOUSA, Cleidianne N. 2014. Disponível em: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/pdf1/3Cad1.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

SPOSATI, Aldaíza; CONSERVA, Marinalva et al. **Topografia social da cidade de João Pessoa**. UFPB/CEDEST. João Pessoa. 2009.

SUS. **Sistema Único de Assistência Social TAPAJÓS**, Luziele (Org.); CRUZ, José; ALBUQUERQUE, Simone. Brasília: MDS, 2007.

TEIXEIRA, Francisco José S.: **Neo Desenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlenia; JUNIOR, Natan. (Orgs.) Neo Desenvolvimentismo: Apologia da Pobreza. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 03-100.

TENDLER, Sílvio. **Privatizações: a Distopia do Capital**. 2014. Disponível em: <http://colunastortas.com.br/privatizacoes-a-distopia-do-capital/> Acesso em: 05 de setembro de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. Volume 1. In: SUAS: **Configurando os Eixos de Mudança**. MDS Brasília, 2008. p. 76- 136.

_____. **A Construção do Projeto Ético- Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea**. In: Parte 2. Os Impactos da Crise no Serviço Social: Demandas e Respostas. s/a, p.93-109. Brasília, 1999.

_____. **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. In: BOSCHETTI, I.; RIBEIRO, S. (Org.). O Serviço Social na cena Contemporânea Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. p. 15-44.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 24. Ed. – São Paulo, Cortez. 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e Serviço Social: o Redimensionamento da Profissão Ante as Transformações Societárias Recentes**. O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional (parte1). Ed.24. São Paulo: Cortez, 2013. p. 83-140.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais Conselho Federal do Serviço Social- CFESS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. (Orgs.) Brasília, 2009.

_____. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. In: BOSCHETTI, I.; RIBEIRO, S. (Org.). O Serviço Social na Cena Contemporânea Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. p. 15-44.

_____. **A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: O Módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social BRASÍLIA: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. p 93-110.

_____. O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico - Metodológica**. São Paulo, Celats/Cortez, 1982.